



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata da Sessão Pública de defesa de dissertação para obtenção do Título de Mestre em Sociologia. No dia 12 de abril de 2013, às 14:00 horas, nas dependências do Sala Homero de Barros, no 1º Andar do Ed. Dom Pedro I, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos(as) Professores(as) Doutores(as) Paulo Renato Guérios – UFPR, Simone Meucci – UFPR (Co-orientadora) e Ana Luisa Fayet Sallas – UFPR (Orientadora e Presidente da Banca Examinadora), com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **Neli Gomes da Rocha**, intitulada “RIO DE MEMÓRIAS: TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA SOCIALMENTE COMPARTILHADA NO MEIO RURAL PARANAENSE EM TEMPOS DE MUDANÇA” para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo orientador. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela “..... **A PROVADA**” do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa “Cultura, Comunicação e Sociabilidades” da área de concentração em SOCIOLOGIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 12 de abril de 2013.


Prof. Dr. Paulo Renato Guérios


Prof.ª Dr.ª Simone Meucci


Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas
Orientadora e presidente da banca examinadora

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES - SCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - PPGS**

NELI GOMES DA ROCHA

**“RIO DE MEMÓRIAS. TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA NO MEIO RURAL
PARANAENSE EM TEMPOS DE MUDANÇA.”**

**CURITIBA
2013**

NELI GOMES DA ROCHA

**“RIO DE MEMÓRIAS. TRANSMISSÃO DA MEMÓRIA NO MEIO RURAL
PARANAENSE EM TEMPOS DE MUDANÇA.”**

Dissertação apresentada ao programa de pós-
Graduação em Sociologia da Universidade
Federal do Paraná como requisito parcial à
obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Luisa Fayet Sallas
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Meucci

**CURITIBA
2013**

Aos homens e mulheres velhos, adultos, jovens e crianças que me deram a oportunidade de estar aqui, neste lugar produzindo palavras e disseminando ideias.

Aos amados José Abdias e William, por serem parte de mim e deste trabalho.

À Maria de Deus e Neilane, minha mãe e minha irmã, que me ensinaram a não desistir.

AGRADECIMENTOS

Sonhei estes últimos dois anos chegar aqui, nos agradecimentos, momento de desaguar as emoções e sentimentos ao longo do tempo, pensar nos rostos e escritos daqueles personagens da vida real inseridos aqui no processo de construção desta dissertação. Aprender a traduzir em palavras o que não tem forma escrita, valores, crenças, medos, expectativas, descobertas. Nem só de metodologia vive a pesquisadora.

Quanta diversidade no perfil das pessoas que contribuíram nesta caminhada intelectual, profissional e pessoal. Motoristas, garimpeiros, empregadas domésticas, músicos, professores, pescadores, trançadeiras, catadores de papel, juízas, estudantes, ativistas, pastores, escritores, mães de santos. Crianças, jovens e velhos, dos mais variados espaços sociais e perfis humanos, agradeço igualmente a todos e todas.

Especialmente às tantas amigadas, Yasmin, Suzi, Lauro, Izzy, Débora, Juan, Vilma, Thays, Denno, trocamos nossos saberes, divido este trabalho, afinal são responsáveis pelo deste resultado.

Deixo aqui minha imensa admiração aos professores e professoras que tiveram a sensibilidade de perceber meu desejo (que nem eu sabia que tinha) em seguir em frente na vida acadêmica, que tornaram este processo de aprendizado acadêmico menos doloroso Maria Tarcisa, Paulo Vinicius, Dora Lúcia, Alexandro, Simone, Hilton, Ana, Luciana, José, Elena, Carlos, Liliana, Conceição. Superar o medo de escrever e seguir adiante, e radiante no trabalho de produção do conhecimento.

Agradeço especialmente à Sandra Ramalho, motivadora inquieta, tantas fez e cá estou defendendo o mestrado. Acreditar em alguém é um dom todo seu.

Agradeço às instituições financiadoras mediante a Bolsa de Mestrado REUNI/CAPEs e ao Consórcio COPATI por disponibilizar o banco de dados para pesquisa, fonte primária de rico material empírico.

Meu carinho especial aos estudantes cotistas raciais da UFPR e do Brasil, todos e todas. Cruzamos nossos caminhos na universidade, uma vitória histórica estarmos aqui reescrevendo nossa própria trajetória e também daqueles que nos antecederam. Sankofa!

Aos homens de minha vida, William e José Abdias, sem vocês diariamente envolvidos dentro e fora do campo de pesquisa, organizando ideias, suportando emoções. O que dizer... este resultado é nosso.

Agradeço o asé dos orixás, por me darem tranquilidade e persistência para prosseguir, aos conselhos dos mais velhos, das Iyás e Babás de santo. *Adupé-lewô-Olorun* (graças a Deus por ter conservado minha vida e a minha saúde até hoje). Asé!

Rio Tibagi, tuas águas te situam
no meu Paraná que te dá guarida
em tuas margens medram, flutuam
tantos sonhos da minha vida

Tuas águas vagam tão mansas
pelas regiões dos Campos Gerais
Rio - nas minhas andanças -
não te esqueço jamais!

Rio que corre altaneiro
por uma estrada sem fim
tu foste também travesseiro
das mágoas a correr por mim

Que saudade, que saudade...
meu querido Rio Tibagi...
...papai pescava uma traíra
e eu, um pequeno lambarí!

(Doroni Hilgenberg)

RESUMO

A proposta deste trabalho é trazer a experiência de campo de pesquisa, realizado em 2010 e ampliado até 2013, com a população rural que foi indenizada e realocada com a implantação da Usina Hidrelétrica de Mauá na região da Bacia do Tibagi no Estado do Paraná. Essa região desde 2007 é parte de uma área maior que se encontra em processo de mudanças de impactos econômicos, ambientais, e principalmente, socioculturais, dada a dimensão de um empreendimento desta natureza. Um mesmo espaço geográfico, diversas configurações sociais ao longo do tempo. Acompanhamos duas experiências familiares e suas vivências ligadas pelas águas do Rio Tibagi. Muitas gerações, perspectivas, valores, caminhos. Este é nosso universo de pesquisa. Compreender os mecanismos utilizados por estes grupos sociais para contar a própria trajetória e a relação estabelecida com o lugar onde moram constitui o fio condutor deste trabalho. Recontar acontecimentos, pessoas, objetos e espaços que o próprios julgam ser merecedores de continuidade dos seus, para identificar os “portadores da memória” e narradores da história do grupo familiar, bem como de que maneira transmitem sua visão de mundo dentro e fora do grupo. Acompanha-se, ainda, como acionar o que os define, suas memórias individuais e coletivas, principalmente neste momento de mudança social. Trata-se, assim, da memória e dos agrupamentos familiares, suas relações entre lembranças e esquecimento em tempos de mudança.

Palavras-chave: memória coletiva, mudança social, história de vida, trajetórias.

RESUMEN

El propósito de este trabajo es llevar la experiencia de la investigación de campo realizada en 2010 y se extendió hasta el año 2013, con la población rural que se compensó y se trasladó con la proveniente de la planta de energía en la región de la Cuenca de Mauá Tibagi en el estado de Paraná. Esta región desde el año 2007 forma parte de un área más grande que está experimentando cambios e impactos en la medida en que tal empresa puede generar económico, ambiental y sociocultural, principalmente. El mismo espacio geográfico, diversas configuraciones sociales a través del tiempo. Seguimos a dos familias unidas por las aguas del Río Tibagi, generaciones, perspectivas, valores, modos. Este es nuestro universo de investigación. La comprensión de los mecanismos que estas personas recurren a contar su propia historia y la relación con el lugar de residencia, nuestro guía este trabajo. Relatar acontecimientos, personas, objetos y lugares que consideren dignos de su continuidad. ¿Qué son los "portadores de la memoria" y narradores de la historia del grupo familiar? ¿Cómo transmitir su visión del mundo dentro y fuera del grupo? Activación de lo que define a ellos, a sus memorias individuales y colectivas, especialmente en esta época de cambio social. Memoria y varias familias, sus relaciones entre los recuerdos y el olvido en tiempos de cambio.

Palabras clave: la memoria, el cambio social, trayectorias de historia de vida.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA/PR	22
MAPA 2: DISTRITOS RURAIS ORTIGUEIRA– MAPA RODOVIÁRIO DO PR	22
MAPA 3 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CORDEIRO E SCHNEIDER	89

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES FIGURAS

FIGURA 1 – “SERTÕES DE TIBAGY”, MAPA COM PONTOS DE MINERAÇÃO DO RIO TIBAGI, ELABORADO EM 1755	50
FIGURA 2 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER- REGISTRO DO CAFEZAL PLANTADO NAS TERRAS DA FAMÍLIA	58
FIGURA 3 E 4 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTRO DE CULTOS RELIGIOSOS REALIZADOS NA REGIÃO.	60
FIGURA 5 - REGISTRO DE PESCARIA COM A FAMÍLIA CORDEIRO RIO TIBAGI	70
FIGURA 6 - REGISTRO DO LOCAL DE PESCARIA DA FAMÍLIA CORDEIRO	71
FIGURA 7 - REGISTRO DO ALTAR DE SRA. MATILDE. IMAGENS QUE FORAM DE SUA MÃE, FALECIDA COM 92 ANOS, BENZEDORA.	73
FIGURA 8 - REGISTRO DA PRIMEIRA COLHEITA DO MILHO NA NOVA PROPRIEDADE. AUTORIA: NELI GOMES. DATA: FEVEREIRO/2011	75
FIGURA 9 - REGISTRO DA CELEBRAÇÃO DE CULTO NA CAPELA DA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA SCHNEIDER	98
FIGURAS 10 e 11 – ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTRO DE MULHERES EM POSE NAS ÁGUAS DO RIO TIBAGI. AO CENTRO, DE ÓCULOS, SR. ^a EDENIR SCHNEIDER; ABAIXO, O REGISTRO DE HOMEM IDOSO COM SEUS NETOS, TENDO A CERCA COMO DEMARCADOR DE OCUPAÇÃO. NHÔ PAULO SCHNEIDER E OS NETOS EM POSE PARA FOTO.	102
FIGURAS 12 e 13 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTROS DE DUAS FORMAS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELA FAMÍLIA, PRÁTICAS DO MEIO MASCULINO, POIS AOS HOMENS CABE O DOMÍNIO DO ESPAÇO PÚBLICO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR	103
FIGURA 14 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. IRMÃS FORTUNATA E MARIA AMÉLIA, VINDAS DA ALEMANHA	104
FIGURA 15 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTRO DA EMBARCAÇÃO PARA TRAVESSIA DO RIO TIBAGI	106
FIGURA 16 - REGISTRO DO NÚCLEO FAMILIAR DE SR. JOÃO SANTANA.	110
FIGURA 17 E 18 - OBJETOS DA FAMÍLIA CORDEIRO. REGISTRO DOS INSTRUMENTOS MÚSICAIS VIOLÃO E VIOLA, UTILIZADOS NAS AS FESTAS DE SÃO SEBASTIÃO; AO LADO, O REGISTRO DO ALTAR COM DE SANTOS	113

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAMPO, VIVÊNCIA E CONTATO COM A TEMÁTICA	21
FOCO DE PESQUISA - MEMÓRIAS COMPARTILHADAS DE UM LUGAR.....	26
1 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE PESQUISA	30
1.1 “CAMPONESES NÃO SÃO APENAS AGRICULTORES”. PERSPECTIVAS SOBRE O RURAL BRASILEIRO	30
1.1.1 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS: USOS E SENTIDOS DO TERMO “CABOCLO” E DO TERMO “COLONO”	35
1.2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES SOBRE AS MEMÓRIAS SOCIAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO	41
1.3 MEMÓRIA SOCIAL COMO OBJETO DE ESTUDO E MÉTODO DE PESQUISA.....	43
2 O TEMPO E O ESPAÇO DAS FAMÍLIAS, SUA MEMÓRIA SOCIAL.....	48
2.1 CONVÍVIO COM O RIO TIBAGI.....	48
2.2 “O BAIRRO DOS ALEMÃO” - FAMÍLIA SCHNEIDER.....	53
2.2.1 “ELE QUE PEGOU A FAMÍLIA E DESCERAM DE LÁ POR, POR ÁGUA, PELO RIO TIBAGI”, OU A CHEGADA DOS SCHNEIDER	62
2.3 FAMÍLIA CORDEIRO, MARGEANDO O RIO DESDE O TEMPO DOS ANTIGOS	67
2.3.1 “SEMPRE PASSOU DE PAI PARA FILHO”, TRAJETÓRIA E RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NA FAMÍLIA CORDEIRO	80
2.4 SOCIABILIDADE ENTRE A FAMÍLIA SCHNEIDER E FAMILIA CORDEIRO.....	87
3 OS PORTADORES DA MEMÓRIA	92
3.1 “NÓS SOMOS UM POVO SEM MEMÓRIA” SR. CALVINO.....	96
3.2 “GUARDIÃS DA MEMÓRIA” CAIXAS DE HISTÓRIAS	100
3.3 “MAIS VALE A FÉ QUE O PAU DO BARCO”, DITO POPULAR DO RIO TIBAGI. QUEM SÃO OS NARRADORES NA FAMÍLIA CORDEIRO?	108
3.3.1 “A GENTE COMEÇA A LEMBRA E DÁ UM NERVO NA GENTE LEMBRAR DO PASSADO” SRA. MATILDE	112
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é fruto de um percurso iniciado em 2010, migrando de uma pesquisa de cunho técnico para projeto de mestrado em 2011. Adquiriu ao longo do tempo novo fôlego, outros enfoques e perspectivas. A entrada no campo de pesquisa foi ganhando outros sentidos e interesses por parte da pesquisadora. As mudanças foram muitas; a percepção sobre as pessoas, sobre o lugar ganhou outros ares. O contar e recontar as histórias de família em diálogo com a perspectiva da memória socialmente compartilhada, suas trajetórias, mudanças e adaptações é analisada pelo prisma da sociologia.

Em maio de 2010, socióloga recém-formada, passei a compor a equipe do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, referente ao Programa Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá - UHM¹², pelo período de um ano (maio 2010/maio 2011). Minha intenção naquele momento consistiu em pôr em prática os conhecimentos adquiridos durante os cinco anos no curso de Ciências Sociais na UFPR. Com o avançar das atividades em campo, realização de entrevistas, visitas às casas prioritariamente no meio rural, atividades de filmagem em cachoeiras e pescaria no rio. Tive participação direta na preparação, organização e análise deste material empírico em diversas fases. Acompanhei a realocação de famílias para as novas terras e visitei em momentos diferentes as mesmas famílias. Pude acompanhar as mudanças no cotidiano das pessoas e sua readaptação constante ao meio, a outras pessoas. Fui percebendo a riqueza do material empírico em construção. Parte desse material em 2011 tornou-se projeto de mestrado e aqui se apresenta na forma de dissertação, pela perspectiva da análise qualitativa, em que os próprios moradores são os narradores de sua trajetória naquele espaço, as memórias individuais e aquelas compartilhadas são a base do trabalho, visando mapear suas configurações sociais diante do processo de mudança em curso.

No Brasil a liberação de grandes empreendimentos está condicionada à realização de inúmeras exigências legais sobre os impactos naturais e sociais, dentre elas o acompanhamento do chamado fator humano. Experiências anteriores de implantação de usinas e seus conflitos sociais mostraram a importância de garantir à população adequada realocação, indenização e acompanhamento na adaptação das famílias à nova morada e labor. A obrigatoriedade no acompanhamento da população atingida, removida ou que em

¹ O programa é uma exigência da legislação que rege essa modalidade de empreendimento e será tratado mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

² A equipe foi composta por sociólogos, historiadores, fotógrafos, cinegrafista, pedagogo.

alguma medida teve de deslocar-se do espaço onde vive ou trabalha para outro lugar de sua escolha, dando-lhe condições para adequar-se e prosseguir sua vida após o processo de mudança.

Em meio a uma geografia sinuosa de vales e cadeias de montanhas, região de clima temperado e úmido, inserida nos Campos Gerais do Paraná. Margeando o Rio Tibagi encontra-se o distrito de Lajeado Bonito, localizado no município de Ortigueira. Este bairro rural está inserido em uma região do Paraná que mantém histórico fornecimento de fontes alimentares como açúcar, arroz, carne de porcos e aves, milho, mandioca, banana aos centros de trocas, o que nos remete ao “tempo dos tropeiros” e das grandes explorações do garimpo. Ao longo do tempo presenciou inúmeros momentos sócio-históricos de ocupação populacional na região, foi “palco” da exploração das margens dos rios: ora pela prática do garimpo de ouro e diamante, interesse que percorreu gerações; ora o transporte das “bruacas” cheias de milho, açúcar, arroz, mandioca, banana, cachaça em cavalos pelas *picadas* nas matas; as porcadas dos safristas guiando os porcos pelo “*brejão à dentro*”, para a venda. Essas travessias seguiam em geral para os centros mais próximos principalmente para as localidades de Monte Alegre (hoje Telêmaco Borba) ou Queimadas (atual Ortigueira). Esta cidade tornou-se a referência urbana para o Lajeado Bonito, sendo a via mais próxima para o acesso aos bens e serviços do Município, assim como o escoamento de produção e consumo dos que permanecem habitando aquele meio rural, embora cada vez mais próximo do urbano.

Inserido historicamente nesse panorama de trocas materiais e simbólicas, o distrito do Lajeado Bonito, cuja rua principal permanece “de chão batido”, com animais domésticos transitando livremente; conta com uma escola pública (na qual o período da manhã é gestado pelo município – primeiro ciclo do ensino fundamental e nos demais períodos de responsabilidade do Estado – segundo ciclo do ensino fundamental e ensino médio), duas sedes religiosas, uma Igreja Católica (datada da década de 1950) e uma casa que é Sede da Igreja Batista, algumas dezenas de casas, pequenos comércios como padaria, quitanda, mercearia/boteco e borracharia. Lajeado Bonito ainda está à espera de infraestrutura de água e esgoto, saneamento básico e saúde, acessível aos moradores.

Esta região, desde 2006, é parte de uma área maior que se encontra em processo de transformação com a chegada da Usina Hidrelétrica de Mauá-UHM³ e de todas as implicações que um empreendimento desta proporção pode gerar nos aspectos econômicos, ambientais e principalmente sociais. Para este empreendimento, em 2007, foi

³ A concessão da Usina Hidrelétrica de Mauá foi adquirida por meio do leilão de Energia n.º 004/2006 – ANEEL, realizado em 10.10.2006, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, formado pelas empresas COPEL Geração S.A. (51%), subsidiária integral. Na área de influência direta do empreendimento, foram cadastradas 191 propriedades e 33 ilhas, totalizando 378 famílias as quais possuem vínculo com as propriedades incluindo meeiros, posseiros, arrendatários distribuídos entre os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba. (CADASTRO SÓCIOECONÔMICO 2007).

realizado o mapeamento de 378 famílias, estendendo-se por 191 propriedades entre proprietários ou posseiros, além das 33 ilhas indenizadas pelo plantio ali realizado. Parte das famílias gradualmente foi realocada para áreas de sua escolha.

Essa população de moradores atingidos de Ortigueira e Telêmaco Borba passou a conviver desde então com a presença de inúmeros profissionais ligados ao empreendimento (engenheiros, agrônomos, antropólogos, sociólogos, assistente social, entre outros), atividades de aplicar questionários, reuniões, entrevistas, perfil socioeconômico, localização de área para reassentamento, negociações e acordos individuais de realocação e indenizações tornavam-se comum. O Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico, referente ao Programa Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá-UHM⁴, compõe este quadro de ações voltadas para manter contato direto com a população atingida. Esse programa teve por objetivo *“identificar, mapear e preservar o patrimônio histórico, cultural e paisagístico da região a ser atingida diretamente e indiretamente pela implementação da Usina Hidrelétrica de Mauá-UHM, como parte das obrigações do empreendimento inserido no Termo de Acordo para Indenização aos Atingidos. Neste Termo ficou estabelecido que um “plano de indenização deverá seguir as seguintes diretrizes básicas: Preservar a cultura e a tradição da população atingida; Evitar o êxodo rural das populações atingidas pelo futuro reservatório; Manter o vínculo à terra para os produtores rurais; Propiciar melhoria da qualidade de vida das famílias atingidas”.* (RELATÓRIO TÉCNICO, 2010, p.179)

Metodologicamente inúmeras foram as técnicas utilizadas para possibilitar aos pesquisadores o acesso às visões daquele grupo social, suas opiniões, a interpretação e reinterpretação das realidades ali presentes e em processo de mudança, vivenciadas naquele espaço e por aquela população. Entrevistas individuais e em grupo, observação participante, registro fotográfico de lugares que os moradores indicassem como espaços próprios para o lazer, trabalho, religiosidade, os seus *“espaços de sociabilidade”* na região. Utilizamos, ainda, a digitalização de material documental, mapas e fotografias de acervo pessoais. Tudo isso gerou um rico banco de dados de fonte primária com registros fotográficos, histórias, causos, lugares, modos de fazer, saberes caros aos que ali permaneceram durante gerações, do garimpeiro ao pastor; da pescadora ao agricultor.

Iniciadas as atividades de campo, em junho de 2010, por meio da Associação de Moradores Salto Mauá agendou-se com os moradores, em especial aqueles em processo de realocação de suas moradas, um primeiro encontro. Ao chegarmos ao local indicado, o pátio da escola, encontramos 11 pessoas⁵ (seis homens, cinco mulheres), todos adultos e

⁴ O programa é uma exigência da legislação que rege essa modalidade de empreendimento e será tratado mais detalhadamente no decorrer do trabalho.

⁵ Para fins de pesquisa, manteremos os nomes das pessoas entrevistadas atingidas parcial ou totalmente, das quais possuímos autorização do uso da entrevista e imagem que compõem um banco de dados da pesquisa. A

residentes nas proximidades, todos convidados espontaneamente, em geral casais. Uns vindos a pé, outros de carro ou ainda de moto (embora seja considerada zona rural, nenhum morador surgiu a cavalo). O objetivo do encontro: ouvir cada pessoa, sua visão sobre a chegada do empreendimento, suas histórias de vida, suas memórias sobre a região e os lugares que lhes eram caros.

A partir de suas narrativas se delinearão os caminhos a seguir da pesquisa, os lugares a serem visitados; quais as cachoeiras e ilhas de maior apreço do grupo; os lugares de pescaria. Perceber, enfim, os espaços naturais que possuem valor material e simbólico para aquelas pessoas.

Quanto ao método para a entrevista em grupo, a distribuição espacial para a entrevista coletiva foi pensada e organizada em forma de semicírculo na parte frontal da escola, para que tanto os entrevistados quanto entrevistadores pudessem perceber as expressões e gestos⁶ uns dos outros, diante das falas. Todos aqueles ali presentes se conheciam “de nome”, entretanto, não necessariamente mantinham relações entre si; embora as pessoas ali presentes se conhecessem por compor a vizinhança ou pertencer à mesma filiação religiosa, o vínculo entre os moradores estreitou-se principalmente após a confirmação da construção do empreendimento e o início de encontros entre próprios moradores. Esses encontros posteriormente culminaram na decisão coletiva de formação da Associação de Moradores Salto Mauá, figura jurídica que atuou como mediadora durante o período de negociação com o empreendimento.

Durante a entrevista em grupo, notamos certa tensão das pessoas diante daquele processo de transformação social, principalmente em torno da expectativa do porvir. Identificamos algumas narrativas referentes a suas percepções sobre a chegada do empreendimento à região, as experiências e expectativas dos entrevistados diante daquele quadro social. Seguem alguns trechos das falas:

no início gerou muito medo, muita incerteza, muita ansiedade do que poderia acontecer, se a gente teria direitos. Hoje a gente sabe que tem. Eu fui um que saí para lutar em torno disso. Defender os direitos dos atingidos. Enquanto outros tentaram lutar para que a usina não saísse e o empreendimento não se concretizasse. Então o que houve foi um grande medo, ninguém tinha certeza que ia realmente acontecer. O pessoal que tá aqui já foi aferido os direitos e outros estão em processo. Eu creio que mudou muito. [...] **Do lado sentimental perde muito, como o gosto pela**

UHM iniciou suas obras em 2007, entretanto, nosso trabalho de pesquisa teve início em 2010 visando à Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial e Paisagístico da população removida de suas moradas e realocadas em áreas de sua escolha. Durante cinco anos ocorreram assembleias, encontros e câmaras técnicas envolvendo inúmeros profissionais (engenheiros, agrônomos, biólogos, arqueólogos, sociólogos, assistentes sociais etc.) com os moradores para que se chegasse a um consenso em relação à remoção, indenização, realocação das famílias por parte do empreendimento. O material original é de domínio público e está sob a responsabilidade do Consócio COPATI, com sede em Londrina/PR, e da COPEL.

⁶ Utilizamos a técnica da entrevista em grupo denominada grupo focal e o registro videográfico, que compõem o banco de dados da pesquisa geral.

pescaria. Eu e todos aqui levaríamos o rio para onde nós vamos, porque muito dos lugares que eu conheci quando criança vão sumir e isso não tem dinheiro que pague. (SR.DAVI, 40 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO/2010)

Na época era uma expectativa muito ruim, um medo de perder o pouco que tinha. Cada um falava uma coisa, era ONG dizendo que a gente não tinha direito a nada, vão passar como um rolo compressor em cima da gente. Eu sou um que mudou muito com a ideia do que ia acontecer e o que aconteceu. [...] No meu caso nós tivemos muita sorte de voltar pra mesma área que antigamente foi de nossa família, a mesma propriedade que foi da família da minha esposa há mais de 140 anos e o dono aceitou vender para gente. (SR. JOÃO MARIA, 65 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO/2010)

Eu escuto esta história de usina desde que eu era criança, mas só agora que parecer ser de verdade. A água vai cobrir tudo. Fiquei com medo de passarem por cima de mim e sair sem nada. (SR. MARIA CASTORINA, 42 ANOS ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO/2010)

Primeiro, a questão a pessoa, vai mudá tudo, o lugar que ele mora, porque digamos assim, todo mundo valoriza seu lugar, ele já queira ou não ele vai tê que mudá, né?. [...] então tem esse lado sentimental, né. Quem gosta de pescaria, todo tipo de peixe vai mudá. De outro lado a melhora de vida de muita gente que não tinha nada. Eu sim, tipo assim, eu tenho uma visão talvez diferente sabe? Porque o que faz o lugar é a gente, né. Mas a maioria do pessoal não pensa esse lado, então tem esse lado sentimental, né, que vai deixá lá trás. Só vai ficá na lembrança depois. [...] né! Questão de pai, de família, tudo se perde. Um lugar que passou tanta gente vai encher de água e virá passado, né? (SR. PAULO, 45 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM JUNHO/2010)

Essas narrativas expõem percepções dos indivíduos que vivenciaram todo o processo de mudança naquela região, apontando inúmeras questões, dentre as quais: inquietação diante das incertezas com a vinda do empreendimento para a região, expressada no trecho: **“Na época era uma expectativa muito ruim, um medo de perder o pouco que tinha. Cada um falava uma coisa, era ONG dizendo que a gente não tinha direito a nada, vão passar como um rolo compressor em cima da gente. Eu sou um que mudou muito com a ideia do que ia acontecer e o que aconteceu”**.

Ao mesmo tempo em que a possibilidade de melhoria das condições de vida e estabilidade econômica, outrora vista como algo distante, presente nos trechos que seguem: **“então hoje a possibilidade da gente melhorar de vida é muito grande. Eu tô muito contente, muito feliz.”**; **“Do lado sentimental perde muito, como o gosto pela pescaria. Eu e todos aqui levaríamos o rio para onde nós vamos, porque muito dos lugares que eu conheci quando criança, vão sumir e isso não tem dinheiro que pague”**.

As falas sintetizam o valor simbólico e subjetivo presente naquele espaço por eles habitado, a ênfase dada à figura do Rio Tibagi é um exemplo por se tornar um elemento

natural presente na trajetória por várias gerações, agregador de diversos perfis sociais (grandes e pequenos proprietários, pescadores, garimpeiros, lavadeiras de roupa ou apenas o brincar em suas cachoeiras) e, a nosso ver, o “*espaço de sociabilidade*”, por vezes, pouco considerado em relação aos benefícios econômicos. São percepções que vão desde as implicações de cunho econômico até as possíveis mudanças nas interações entre os moradores e o meio em que viviam.

Essas questões pontuadas pelos moradores incentivaram alguns indivíduos a buscar mais informações e a entender aquele processo vivido na região a partir da visão de quem já passou por situação similar, considerando que não seriam os únicos. Foi a partir do diálogo com pessoas que vivenciaram esse mesmo processo em outros empreendimentos⁷ que teve início a organização dos moradores na forma de Associação de Moradores Atingidos por Barragem do Rio Tibagi⁸ no papel de negociador intermediário entre os moradores e empreendimento, tanto como uma forma de pressão coletiva para a efetivação de acordos entre as partes quanto de aproximação com a coletividade por parte da comissão executiva da Associação. Esta atuou como espaço de representatividade daqueles moradores, inclusive na elaboração de um mapeamento de todas as pessoas que seriam indenizadas pelo empreendimento, concentrando maior atividade entre 2008 e 2011, período de realocação para as novas propriedades. Esse processo gerou um rico material documental que pode ser analisado de forma esmiuçada em outros trabalhos acadêmicos e que neste trabalho nos auxilia no entendimento do processo de organização social, os conflitos existentes naquela *configuração social*⁹.

A criação da Associação expressou a consciência dos moradores de que não adiantaria questionar a construção da usina individualmente naquele momento e que o mais prudente seria permitir que todas as pessoas que fossem em alguma medida atingida pela UHM tivessem seus direitos garantidos – proprietários de terra, posseiros, garimpeiros, arrendatários e outros –, atuando como “uma ordem coletiva que possa trazer

⁷ Ainda em meados de 2006/2007, durante os primeiros encontros para realização de cadastro das famílias e aplicação de pesquisa socioeconômica, representantes do empreendimento sugeriram aos moradores que visitassem algumas famílias reassentadas devido à construção da Barragem de Salto Caxias e pudessem conversar, trocar opiniões com pessoas com experiências similares. Esse encontro aproximou tanto o grupo de moradores visitantes com aqueles já indenizados. O encontro repercutiu de inúmeras formas, situando os pontos positivos e negativos daquela mudança, inclusive como base de referência nos formatos das indenizações e organização coletiva dos moradores. O que gerou em 2007 a criação da Associação de Salto Mauá para o acompanhamento de todo o processo legal com o empreendimento.

⁸ Segundo as Atas da Associação, esta foi fundada em 28 de julho de 2007, sem finalidade lucrativa, configurando pessoa jurídica de direito privado. Objetiva “melhorar a qualidade de vida de seus associados em geral, organizando-os defendendo-os junto ao poder público e pessoas jurídicas da iniciativa privada, especialmente nas questões referentes ao atendimento de suas necessidades e interesses gerados por eventuais Barragens que venham a ser construídas no Rio Tibagi”. Composta por uma comissão executiva eleita pelos associados e sem remuneração.

⁹ O referencial de Norbert Elias e o uso do conceito de Configuração Social. O entendimento de que grupos sociais não existem por si só, mas estão em constante relação de interdependência entre diversos agentes e fatores socialmente constituídos ao longo do tempo. Para o autor, o jogo social está repleto de relações de poder “superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão são elementos dessa dimensão da vida social” (ELIAS, 2000)

uma melhor condição e qualidade de vida para estas pessoas, mormente aquelas de menor poder aquisitivo” e que trouxesse benefícios para toda a comunidade e não “apenas a defesa dos direitos patrimoniais das pessoas”, como afirmou o primeiro presidente da Associação em ata¹⁰. A representação da associação tornou coletivas pautas e demandas dos moradores, acordou-se, por exemplo, que a indenização seria individual, por núcleo familiar e que os filhos dependentes teriam direitos à sua parte nas terras. Entretanto, essa postura não foi consensual, houve desacordos e até fragmentação de concepções entre os moradores, pessoas que se mostravam contrárias à própria construção do empreendimento na região¹¹. Neste contexto por volta de 12 famílias, de um universo de 191, se colocaram inicialmente contrárias à construção do empreendimento, situação que foi resolvida apenas em meados de 2012 com a adesão de toda a população atingida e indenização das mesmas.

Cabe expor, ainda, que a Associação trouxe para aquele universo rural, em processo de mudança, o hábito de formalizar e tornar oficial eventuais insatisfações do indivíduo perante os acordos firmados com o empreendimento e da ação coletiva de pressionar por acesso aos direitos ali envolvidos. Refletido no grande número de documentos individuais que, por meio da Associação, reivindicavam a concretização do que fora acordado anteriormente. Questões eminentemente de cunho econômico, desde a regularização de pagamentos das indenizações ao fornecimento de água para as novas propriedades.

Parte desse universo social torna-se agora dissertação, por meio do recorte analítico proposto: a produção/reprodução/perpetuação de memória. E esta será aqui estudada pelo prisma interdisciplinar da sociologia, antropologia, história e fotografia, utilizando para isso o banco de dados gerado durante todo o período de campo realizado entre 2010 e 2013 em Ortigueira, especificamente com famílias que residiam entre os distritos rurais de Lajeado Bonito, Sapé, Sulfurosa. Esse período de inserções no campo nos permitiu acompanhar algumas famílias desde sua realocação (quando houve), indenização e adaptação por um ano, possibilitando-nos, assim, perceber mudanças de diversas ordens, inclusive na produção da memória de si, do grupo e do meio.

Em minhas memórias de campo¹² relembrei daquele primeiro encontro em grupo descrito acima, e as lembranças mais marcantes foram: inicialmente, a fala do Sr. Divonei Schneider expondo a importância de sua família para a história da região, por sua

¹⁰ A presidência da Associação nos dois primeiros anos foi do advogado Ricardo Jorge Rocha Pereira, seguido do ex-secretário Divonei Schneider, que permanece no cargo até meados de 2013.

¹¹ Um exemplo é Sr. Kiko, ele se mostrou opositor pelo grande impacto ambiental que a usina causa, florestas inteiras derrubadas para produzir energia elétrica, diz ele.

¹² Ao reler minhas notas, rever fotografias e entrevistas do campo, foi possível acionar a memória de pesquisadora e perceber as minhas lembranças daquele encontro. Este exercício me permitiu observar o campo de pesquisa de outras maneiras, em diálogo com as teorias sociais.

condição de família colonizadora que prosperou e permaneceu na mesma terra desde os pioneiros imigrantes alemães. Em seu entendimento (assim como o de outros moradores), a chegada do empreendimento poderia trazer: a possibilidade do ganho financeiro e econômico, principalmente para as famílias de menor poder aquisitivo por meio das indenizações negociadas individualmente. Por outro lado, traria também a perda simbólica para os moradores daquela região no que diz respeito as redes de sociabilidades. A exemplo, os cemitérios antigos¹³, “saltos”, cachoeiras e ilhas pelo curso do Rio Tibagi, lugares esses, dentre tantos outros, onde ocorreram suas experiências individuais e coletivas que ficaram submersas com o represar das águas que formam o lago.

Em um segundo momento, no decorrer das conversas, ao questionarmos o grupo sobre o que não gostariam de deixar para trás, prontamente afirmam: o rio. Informação esta por si só muito significativa, ainda mais em se tratando de entrevista em grupo e a produção social da memória de um grupo e a convivência geracional naquele espaço.

E, em um terceiro momento, concomitante a isso, percebemos as lágrimas do casal de pescadores, Sr. Adenilson Cordeiro e sua esposa Sr.^a Genira Santos Cordeiro (a “Zena”), seguido, ainda, da mudança na participação e na postura do casal. Passaram de ouvintes, quietos e monossilábicos, para narradores de causos e críticos, falaram do quanto diminuiu o número de peixes, sobre o “lixo, muito lixo nas margens vindas de não sei onde”, de esconderem-se dos ‘homi’ por “tomarem a rede”¹⁴, da esposa que é pescadora e que “sabe mais que muito homem” e da filha caçula que já “guiava o bote”, e por fim, do quanto sentirão falta do rio, que, na verdade, já sentem mesmo antes de sair de sua casa, que fica apenas a alguns passos do rio. Aquela vontade de “sair pescar” e “roubá uns peixes, limpá e fritá ali mesmo”. Para esta família aqueles peixes pescados quase diariamente fazem parte do orçamento familiar. Um tipo de moeda de troca entre a vizinhança por outros produtos como arroz, mandioca, óleo. Por outro lado, esta mesma família vive “a grande oportunidade de nossa vida”, nas palavras do Sr. Adenilson Cordeiro.

O que motiva um indivíduo a contar e recontar a história de sua família ressaltando seu histórico de distinção, principalmente neste contexto de mudança? Ou ainda, qual o sentido daqueles indivíduos que por meio da fala, e das lágrimas, expõem sua euforia e receio diante da mudança? O período de adaptação atua de forma igual entre as pessoas que passam por um mesmo processo de mudança? Estes personagens da vida real serão

¹³ Locais de cultos aos mortos tanto indígenas quanto não indígenas.

¹⁴ O casal pratica a pesca em bote, tipo canoa, e não possui carteirinha de pescador; eles nunca o fizeram porque é muito caro. Fiscais ambientais retiram o material daqueles pescadores sem documentação principalmente fora do período de proibição da pesca. A mesma situação do Sr. Brasília Cordeiro, pai de Adenilson Cordeiro, pescador, que morou toda a vida na região.

nossos sujeitos de pesquisa, os narradores de suas memórias dos lugares, das pessoas tanto de outrora quanto de hoje.

A dinâmica de ocupação social de suas famílias e seus meios para acionar a memória individual e coletiva perpassará esta dissertação. Neste trabalho temos a possibilidade ainda de verificar o período de adaptação dessas famílias, buscando perceber a reestruturação do cotidiano, da rotina, do seu modo de vida depois do *acontecimento* da Usina. Esta pesquisa é inquietante em todos os sentidos e por isso mesmo atua na pesquisadora o contínuo exercício de rever o material de campo, aquele feito em 2010 ao obtido em 2013, instigando diversos temas sociológicos e afins.

Vejamos, então, algumas percepções sobre a inserção social do Sr. Divonei Schneider naquela configuração social. Nasceu e cresceu nas propriedades da família distribuídas pela região. Naquele meio rural passou a maior parte da vida, identificou-se como “apenas agricultor” que gosta de pescar com os amigos. É figura amplamente conhecida de longa data da maioria dos moradores, sua ascendência alemã é indicada pelo sobrenome, seu pai e avô foram presbíteros na região e sua mãe professora da escola. Um tio concorreu para vereador nos anos 1950. Casou-se aos 17 anos na igreja inserida na propriedade da família e, embora alfabetizado desde criança, concluiu recentemente o ensino médio, com curso técnico em administração.

Esse indivíduo, ao saber da confirmação da usina, começou a conversar com outras pessoas mais próximas e a trocar informações. Aquela sua inquietação inicialmente por ser morador atingido transformou-se em mobilização coletiva por direitos e, em conjunto com outros moradores e parentes, iniciaram reuniões informais na propriedade de seu pai. Ao iniciarem as reuniões entre empreendimento e moradores, tomava constantemente a palavra: “*eu fazia muitas perguntas*” – diz ele. Suas inquietações eram as de outros moradores também e a partir desses questionamentos tiveram contato como representantes de ONGs e movimentos sociais relacionados às construções de barragens como, por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragem, o MAB¹⁵. Com o avançar do debate e após contato com outros atingidos por barragem, participou do processo de criação da Associação de Atingidos por Barragens do Rio Tibagi, na qual, em 2007, atuou na função de secretário da Associação¹⁶. Como liderança, acompanhou o processo de negociação com o empreendimento na dupla função, representante da associação (na função de secretário 2007/2009, seguido de presidente, 2010/2012) e morador atingido diretamente.

¹⁵ Existe vasta bibliografia sobre a temática e a relação nem sempre tranquila entre grandes empreendimentos e movimentos ambientais e políticos.

¹⁶ Com sede na região urbana do município de Ortigueira/PR.

Essa participação tão íntima tem, teve e terá implicações na sua relação com os demais moradores e na produção de memória de todo o processo do acordo indenizatório entre os moradores e o empreendimento. Contribuiu de forma significativa para aquele trabalho de pesquisa que realizamos em 2010¹⁷, ao mediar nossa inserção no campo, apresentando-nos aos moradores e explicando o objetivo daquelas entrevistas. Ademais, viabilizou o encontro com seus pais e parentes, possibilitando agrupar, para entrevista, o maior número de integrantes de sua família: os Schneider¹⁸. Desde o primeiro momento, já apontando, mostrou toda uma preocupação em manter a memória de sua família viva por acreditar na importância dela desde a colonização do lugar, assim como ele, outros integrantes de sua família envolveram-se na comissão executiva da Associação.

As atividades de salvaguarda do patrimônio paisagístico e cultural¹⁹ da região de Ortigueira, especialmente em áreas a serem submersas pelo lago da usina, objetivaram, registrar os “modos de fazer” do grupo social ali presente, as maneiras como eles realizavam atividades rotineiras a exemplo da pescaria ou do garimpo. Registramos a chamada “pescaria artesanal”, segundo os próprios moradores. Para isso, agendamos uma pescaria com o casal, o Sr. Adenilson Cordeiro e a Sr.^a Genira Santos Cordeiro, acompanhando a atividade na temporalidade e com o meio de execução dos entrevistados.

O ponto de encontro foi o lugar de morada de parte da família, utilizando o bote de madeira para fazer a travessia do Rio Tibagi, seguimos para algumas ilhas e pontos de pescaria, filmamos o processo de pescaria com uso de linha e de rede, a colocação e retirada das redes pelas margens do rio, os peixes pescados e sua limpeza, o consumo. Algumas redes pequenas, outras maiores distribuídas ao longo do rio, em pontos já

¹⁷ Para nossa pesquisa, conseguiu, em dois dias, contatar e agendar com os moradores nosso primeiro encontro e atuou como “interlocutor” intermediando nosso contato inicial com os moradores a serem entrevistados.

¹⁸ Esse último encontro demandou tempo e empenho pelo fato destes familiares estarem “espalhados” pela zona rural da região, principalmente os mais velhos e aqueles com “boa memória” da família e do passado na região.

¹⁹ Desde a década de 1970, com a realização da Convenção “*Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*”, a UNESCO passa a considerar patrimônio cultural incluindo as características etnológicas e antropológicas singulares do presente. Nos anos 90, 1989, elabora-se uma recomendação da UNESCO sobre a necessidade de salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular: Diz o texto, “compreende-se uma ampla variedade de manifestações, somam-se as produções de populações rurais (usualmente identificadas como culturas ‘populares e tradicionais’) àquelas criadas em zonas urbanas por distintos grupos sociais. Por fim, nos anos 2000 produz-se uma modificação nessa nomenclatura (“popular e tradicional”) com a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO). Incorporando efetivamente uma dimensão do patrimônio até então pouco privilegiada, que é o seu reconhecimento expressivo “*imaterial*” que são efetivamente: os usos, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos e em alguns casos os indivíduos reconheçam como parte do patrimônio cultural e seus âmbitos de manifestação (tradições e expressões orais, artes do espetáculo, rituais e atos festivos, conhecimentos relacionados com a natureza e o universo e técnicas tradicionais). Maiores detalhes em OLIVEIRA, Ana Gita. Salvaguarda do Patrimônio Cultural: Bases para Constituição de Direitos, IPHAN, 2004. Acesso em 20/02/2013 – www.iphan.gov.br/patrimoniomaterial.

conhecidos com os “pontos bons de pesca”. Depois de todas as redes presas às plantas e estendidas pelas margens até cruzar os afluentes, resta esperar a manhã seguinte para sua retirada, feita antes do sol nascer, e conferir se foi “bom” ou não o resultado. Nesse momento percorremos, ainda, ilhas e ilhotas onde ele, a mulher e as quatro filhas (quando pequenas) pernoitavam nos fins de semana; os lugares onde as mulheres lavavam roupas, nas pedras do rio, os inúmeros “saltos” – pequenas quedas d’águas pelo curso do Rio Tibagi.

Acompanhamos as pescarias da família em outro barco para manter distanciamento suficiente, alterando o mínimo possível a execução que normalmente seguiam. Fizemos isso várias vezes, o que possibilitou uma aproximação com a família e outros pescadores durante o trabalho de campo.

Em diversos momentos, eles narraram suas histórias de vida, as experiências de “cura” por meio de benzimentos, a devoção por Nossa Senhora Aparecida e São Sebastião presente na família há gerações; o “gosto” da família pela “pescaria artesanal” e os lugares preferidos da família e vizinhos para a atividade. Devido a essa maior aproximação, abriram-nos sua casa e apresentaram-nos aos demais integrantes de sua família: os Cordeiro. A Sr.^a Genira Santos Cordeiro se dispôs a nos acompanhar em algumas filmagens de cachoeiras que seriam submersas. Guiou-nos para algumas cachoeiras e grutas que faziam parte da rotina dos mais velhos da família, e que há muito tempo não visitavam²⁰. O Sr. Adenilson Cordeiro mediou nosso contato com Sr. João Santana Cordeiro, integrante da família, reconhecido na região por “curar” diversos males com o benzimento. Grande parte da família nasceu e viveu naquela região margeando o rio. A “retirada” dos peixes das águas é o grande prazer do casal, e outrora da família, tanto para o lazer quanto para o sustento. O plantio de roças e o extrativismo das florestas surgem em suas narrativas como atividades exercidas por homens e mulheres.

Nas entrevistas fizeram referência aos “*parentes com cara de índio*”, ao modo de moerem milho, retirar a palha do arroz e descascar mandioca utilizando o “*Minjolo*” ou “*monjolo*”. Narrativas livres, espontâneas, sem preocupação com a cronologia. Identificamos também inúmeros relatos, em diversas gerações da família (dos mais idosos aos mais jovens), de como a vida foi muita sofrida, com muita pobreza e necessidade. Presenciamos a euforia do Sr. Adenilson Cordeiro com a realocação e indenização, pois pela primeira vez o “**trabalho pra si próprio, na terra que é sua**”, e a frustração diante das dificuldades de readaptação cotidiana após a mudança.

²⁰ Uma das cachoeiras mais comentadas entre os entrevistados foi o “Salto Aparato” que ficará totalmente submersa. Sr.^a Genira Cordeiro sabia do lugar e, mesmo sem nunca ter ido, nos levou até o salto conseguindo chegar seguindo os caminhos abertos pelos que a frequentam no meio da mata.

O contato recorrente com estas três pessoas, Divonei/Adenilson/Genira, nos possibilitou uma maior aproximação às histórias e “causos” de suas famílias, cada qual com suas realidades sociais, suas percepções sobre o passado e as alterações ali em processo; mudança essa não só física ou geográfica, mas também, e principalmente, socioeconômica. A chegada do empreendimento no local provocou mudança no cotidiano dessas pessoas, de forma direta ou indireta, e foi percebida em diferentes momentos.

Os Schneider, já historicamente proprietários de terra, preocupados em manter a memória dos seus. Os Cordeiros, agora também proprietários de terra, preocupados em melhorar a vida para os seus. Após a cheia do lago, a vida e o trabalho em geral se recriarão, sendo redescobertos pelos inúmeros perfis sociais ali instalados, desde os proprietários de grandes extensões de terras até os moradores que margeavam o rio como as famílias de ribeirinhos, garimpeiros e pescadores de Ortigueira e Telêmaco Borba/PR. As implicações sociais e ambientais tornarão inutilizáveis os saberes acumulados por décadas, como nos disseram alguns pescadores: **“vamos ter de aprender pescar de novo”**. Em pouco espaço de tempo a população se tornará estrangeira em sua própria terra pela necessidade de adaptar-se aos novos moldes socioeconômicos inseridos na região.

Considerando a instalação da UHM na região como um acontecimento marcante na trajetória daquelas famílias e diante desse quadro de possibilidades de análise sociológica, o presente trabalho se propõe a investigar: quais mecanismos essas pessoas e suas famílias utilizam para recompor seu passado evidenciando os acontecimentos que são merecedores de continuidade às próximas gerações. Com isso, pretendemos identificar: quais os integrantes de cada núcleo familiar são os “portadores da memória”, ou seja, aqueles autorizados pelo grupo a exercerem o papel de “narradores” da história do grupo familiar; os mecanismos por eles utilizados para acionar as memórias individuais e coletivas; os temas considerados mais relevantes para definir quem são.

A pesquisa se propõe, inicialmente, a ouvir as percepções daqueles que fazem parte da ocupação daquela região, contadas a partir das experiências pessoais e(ou) aquelas “vivas por tabela”, como diria Michel Pollak²¹, expondo a maneira como enxergam o mundo, seus “fragmentos” de memórias compartilhadas e a maneira como dão inteligibilidade à sua trajetória, observando quais os temas que lhes são caros e como reconstróem o seu passado. Assim será possível identificar seus valores, visões de mundo e dinâmicas sociais em torno do trabalho, da religiosidade e as maneiras de relacionarem-se entre si e com meio social.

²¹ Expressão utilizada pelo autor na publicação: POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

Em torno dos eixos Memória e Família, suas relações entre lembranças e esquecimento, percebemos a diversidade das relações estabelecidas com o espaço, ontem e hoje; o lugar da fala dos sujeitos e suas perspectivas. Considerando que a posição do sujeito naquele meio social tem influência no processo dinâmico de construção da memória socialmente compartilhada entre os integrantes de ambas as famílias, desde a percepção de quem são os “portadores da memória” até a identificação das temáticas que expressam sobre si e sobre os seus, neste sentido, para Paulo Guérios (2007), “a posição que um determinado sujeito ocupa em uma configuração social é um dos fatores que gera diferenças e semelhanças na produção de lembranças” (GUÉRIOS, 2007).

A importância dessa perspectiva se concentra no papel destinado aos narradores dessas histórias construídas por pessoas comuns, por vezes ocultadas da história oficial e de muitos estudos sobre o rural brasileiro, com o intuito de possibilitar ao campo acadêmico ampliar sua visão sobre o meio rural e percebê-lo pelo prisma da memória socialmente compartilhada, suas redes e inter-relações naquele meio social em que a cultura e a sociabilidade são protagonistas.

CAMPO, VIVÊNCIA E CONTATO COM A TEMÁTICA

A inserção na temática foi demarcada a partir do convite para compor a equipe, como socióloga, do Programa de Salvamento do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico referente ao Programa Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Mauá-UHM²², em junho de 2010. Na prática, o trabalho de campo consistiu, por um lado, na mudança no modo de vida dos pesquisadores, inicialmente geográfica, ao sair do ambiente urbano de Curitiba e vivenciar o cotidiano rural do interior do município de Ortigueira/PR.

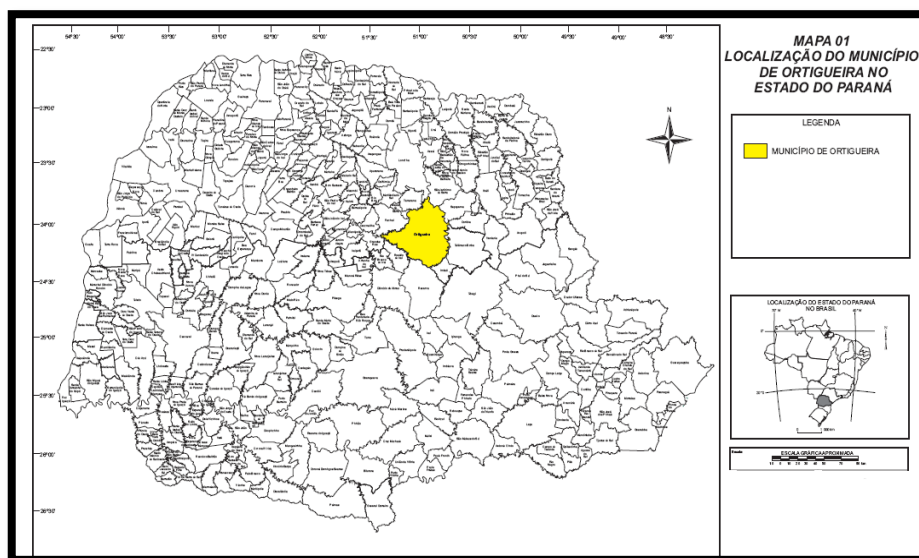
Neste ponto, entendemos oportuno trazer alguns aspectos acerca de Ortigueira. Os mapas político (MAPA 1) e rodoviário (MAPA 2) nos mostram a atual configuração geográfica do município de Ortigueira, suas 68 comunidades e cinco distritos: Lajeado Bonito, Natingui, Monjolinho, Barreiro e Bairro dos França²³ (MAPA 2). Os dados socioeconômicos das últimas décadas apontam queda da população rural na região, embora ainda represente cerca de 66% de sua população, dos 25 mil habitantes cerca de 17 mil vivem no rural (IBGE, 2009). A atividade produtiva está concentrada na pequena propriedade rural familiar, destacando-se a agricultura, a agropecuária, a apicultura e a

²² O programa é uma exigência da legislação que rege esta modalidade de empreendimento e teve como foco a salvaguarda dos bens móveis e imóveis, tanto materiais quanto imateriais. Foi formada uma equipe de sociólogas a mestre Sandra Ramalho e a então graduada Neli Gomes da Rocha, sob supervisão da professora Ana Luisa Fayet Sallas, equipe de fotografia e vídeo e duas professoras da região para auxiliar na organização de material de campo. A parte relativa ao registro fotográfico teve apoio ainda do professor de sociologia e fotógrafo Ângelo José da Silva da UFPR.

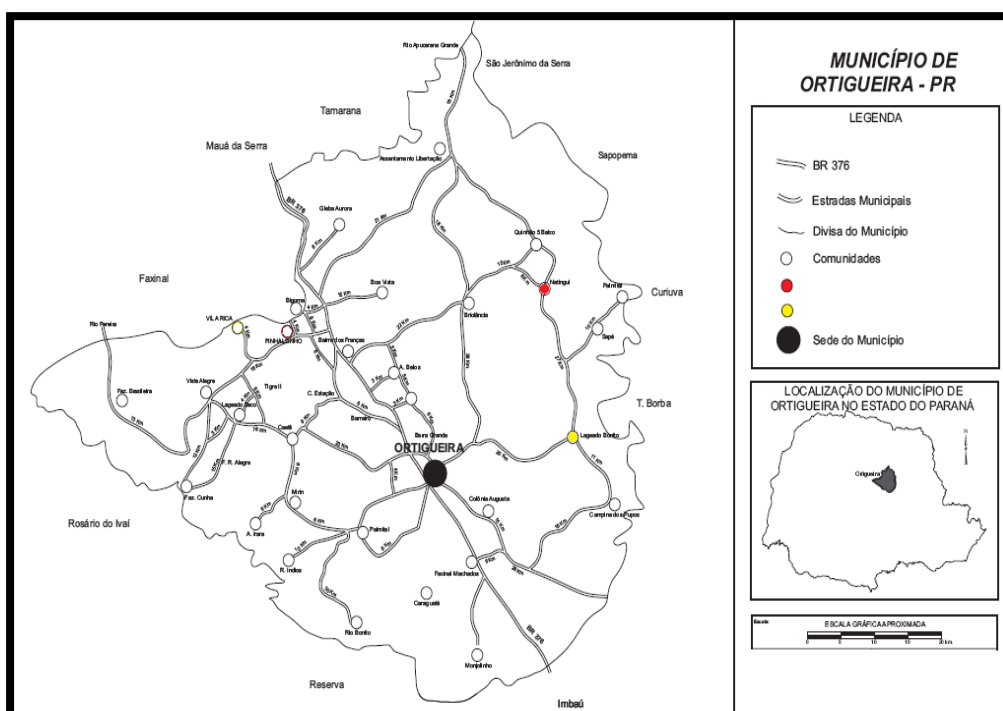
²³ Link: http://www.plauto.com.br/institucional-descricao.php?id_noticia=57 acesso: 31.05.2012

cerâmica, com grande concentração de pequenos produtores descendentes de alemães e ucranianos, além de migrantes de várias regiões do Paraná, como Castro e Tibagi, bem como de outros estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (ORTIGUEIRA, 2009). A composição social da região está igualmente refletida no índice de desenvolvimento humano: a população que vive em condições de pobreza chega a 23,20%, e este indicador difere do encontrado para o Estado do Paraná, que é de 20%.

MAPA 1: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE ORTIGUEIRA/PR-
FONTE:IPARDES – 2010



MAPA 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS DISTRITOS RURAIS ORTIGUEIRA
– MAPA RODOVIÁRIO PR



Isso posto, retomemos o nosso percurso. Essa mudança incluía pensar a logística de como acessar o campo, o deslocamento de Curitiba para o município de Ortigueira/PR e o contato direto com os moradores que seriam removidos de suas casas e realocados por várias localidades entre a zona rural e urbana, em muitos casos de difícil acesso. Fato que dependia das condições das estradas, das condições do tempo e certamente da disponibilidade dos moradores mediante o agendamento prévio. Foi preciso percorrer em média 250 km em estrada de chão por dia de campo realizado e, mesmo após o trabalho de campo, organizar todas as entrevistas e registro fotográficos em um banco de dados separado em núcleos familiares para facilitar sua localização posterior.

O trabalho de campo foi realizado no período entre junho de 2010 e agosto de 2010 de forma contínua; de setembro de 2010 a janeiro de 2011 de forma mais espaçada. E entre agosto/setembro de 2012 e janeiro de 2013 de maneira mais pontual e delimitada ao projeto de mestrado com questões mais direcionadas à pesquisa sobre a produção de memória de dois núcleos familiares. A logística voltava-se para identificar quais os meios mais adequados para estabelecer contato com as pessoas: 1) por intermédio de outros profissionais externos à localidade como engenheiros, agrônomos, assistentes sociais, prestadores de serviços para o empreendimento; 2) escolha aleatória com base no cadastro das famílias, mediante a documentação; 3) por meio da Associação de Moradores Atingidos pela UHM. Esta última foi a alternativa escolhida, e ela se justifica pelo fato de possibilitar a conversa aberta com os moradores, sem a supervisão de outros profissionais externos, vista sua influência simbólica, em maior ou menor grau, sobre as respostas, mesmo que involuntariamente. Além disso, a mediação foi possível por intermédio do secretário da instituição, pessoa da região que conhecia cada morador, cada família e que também era um morador removido de suas terras, ou seja, um agente de “dentro”. Embora a nossa presença em campo fosse possibilitada pelo empreendimento, para os moradores, as “coisas” que perguntávamos eram muito diferente das questões de outros funcionários e, com o decorrer das entrevistas, as pessoas nos identificavam como “as jornalistas que querem saber sobre nossa família e sair pelo rio passear nas cachoeiras”, disse Sr. Davi Cordeiro certa vez.

A experiência de campo foi muitíssimo enriquecedora, fato que motivou a entrada no mestrado. Inicialmente com intuito de aproximar uma realidade de mudança social abrupta ao exercício da reflexão, visando compreender a complexidade das relações sociais mesmo em uma região aparentemente sem grandes divergências ou distâncias sociais entre os indivíduos. Após analisar o material de campo, desde anotações, entrevistas, imagens, conversas informais durante as refeições ao visitá-los e pelas estradas de chão nas atividades mais distantes, foi possível perceber que independente do meio social, urbano ou rural, as inter-relações entre as pessoas são repletas de disputas,

conflitos, subjetividade. E dificilmente podem ser objetivadas sem a atenção contínua por parte do pesquisador. O investigador também precisa a todo o momento se questionar sobre suas ações e seu papel como alguém de “fora”, passivo de pré-noções e valores.

Este campo de pesquisa e toda a experiência acumulada no dia a dia de trabalho incitaram diretamente minhas memórias de infância e juventude, das férias escolares vividas na casa dos avós maternos em Lagoa Seca, no interior do Piauí, zona de caatinga. As lembranças das “reza” para tirar “sol” (mau-olhado), a lata d’água na cabeça, a semana santa cheia, os causos. Essas lembranças da vivência com meio rural de outrora, a identificação com o modo de vida dos entrevistados influenciou no trânsito pelo campo de pesquisa, o que possibilitou algumas narrativas mais ricas em detalhes. Outra peculiaridade deste campo de pesquisa foi realizar grande parte das atividades grávida, condição que teve implicações de várias maneiras. Os constantes cuidados necessários, principalmente quando realizávamos visitas às cachoeiras, grutas, matas, travessias de barcos. A gravidez expôs uma inquietação por parte de algumas pessoas, em geral mulheres, que não entendiam como uma mulher grávida trabalhava sem o marido ao lado e ainda saía para tão longe; “*que trabalho mais estranho*”, diziam. Particularmente, essa experiência foi muito tranquila.

Paralelo às memórias pessoais havia o receio de não saber lidar adequadamente em contextos aparentemente distantes de minha trajetória – famílias de colonos alemães. A impressão inicial era que por serem colonos, portanto, com outra visão de mundo, tornariam nossas entrevistas menos profundas, com algum tipo de afastamento ou ainda pelo fato de serem entrevistados por uma pesquisadora negra, algo raro na região. Durante o decorrer do campo, essas pré-noções foram sendo superadas e, a cada nova entrevista, fui percebendo mais proximidades do que afastamentos nas narrativas de suas histórias de vida.

A escolha por investigar as formas de recompor o passado de famílias rurais dessa região surgiu quando cursei a disciplina interdisciplinar do Mestrado de Sociologia e Antropologia da UFPR denominada Trajetórias Indivíduo e Sociedade: Trajetórias, biografias e histórias de vida²⁴, cujos textos indicados para leitura dialogavam diretamente com o tema que desejava tratar – memória compartilhada. O contato com o conceito de Memória Coletiva de Maurice Halbwachs me fez perceber o caráter social da memória. As implicações do presente e seu elo com passado. Lembranças individuais e coletivas agindo na formação da identidade das pessoas. Pude perceber que a memória socialmente compartilhada não é homogênea entre os indivíduos, mas fragmentada e não linear. Que adquire consistência na medida em que outras pessoas vão inserindo suas

²⁴ Ministrada pelos prof. Dr. Paulo Guérios pelo Programa de Pós-graduação Antropologia Social da UFPR e Simone Meucci, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR, no ano de 2011.

memórias individuais, tornando os fragmentos de memórias em visões de mundo. Ou ainda, pensar sobre lembranças e esquecimento, na produção da memória, foi definidor e marcante para o entendimento do campo de pesquisa realizado e no recorte proposto.

Os registros das histórias de vida, relatos das trajetórias; a digitalização de acervo iconográfico (fotografias, mapas, documentos pessoais); o registro fotográfico e videográfico, a observação de celebrações religiosas, trabalho e lazer, tudo isso gerou o banco de dados da intimidade de grupos familiares registrados em um momento de ressignificação de muitos espaços. Este material concentra “os relatos ou histórias de vida, não são uma simples coleção de informações orientadas aos fins da pesquisa, de uma pesquisa particular”. Seu conteúdo é resultado de observação e elaboração de variáveis para compor uma sociologia não do vivido, mas da vida. O pesquisador incorpora “do relato de vida ao relato da vida, a mesa está posta para inúmeras pesquisas que só podem ser explicadas pela variedade dos objetos de pesquisa que lhes são atribuídos, e nas acepções as mais diversas possíveis.” (HAULE, 2012), a análise do meio social tanto do ponto de vista da sociologia quanto de outras perspectivas como da psicologia, da história ou antropologia à sua maneira.

Ao fazer a cronologia desta minha inserção no campo é perceptível a mudança na forma de enxergar o espaço social, os agentes sociais que se estuda. O visível amadurecimento perante os sujeitos de pesquisa ao perceber de perto suas interações sociais e o quanto são complexas. E, não devemos perder de vista que as ciências sociais lidam com indivíduos, com pessoas, e que por mais objetivo que o método pretenda ser, o universo empírico é muito mais rico. Por isso, esta dissertação é um exercício de reflexão que pontua um recorte da realidade diante da imensidão de outras possibilidades de análise, sem a pretensão de conclusões fechadas e determinantes.

FOCO DE PESQUISA - MEMÓRIAS COMPARTILHADAS DE UM LUGAR

O campo de pesquisa propiciou à pesquisadora acompanhar, em um curto espaço de tempo (pouco mais de dois anos), uma mudança ocorrida, para muito além da geografia do lugar. Aquele meio social mudou. As pessoas mudaram de casa, de trabalho, de rotina. E essas mudanças puderam ser percebidas nas recorrentes visitas, mediante a participação nas atividades que fizeram parte de seu cotidiano antes do empreendimento e também presenciando as alterações destas, após empreendimento. Mudou também a percepção da própria pesquisadora que partiu de uma experiência profissional de cunho técnico, a participação em projeto que gera um laudo parecer técnico. Para adentrar em uma pesquisa qualitativa, reflexiva e crítica a partir do contato com a realidade daquelas pessoas. Ou seja, olhar para os agrupamentos familiares e perceber sua dinâmica social, suas redes de sociabilidades, os seus narradores ou as narradoras das histórias da família e perceber suas memórias compartilhadas. Movimento do pesquisador de objetivar o subjetivo, compreender as relações de poder e formas de transmissão do saber simbólico. Algo dinâmico e que tende a assimilar características daquele que as transmite, sendo a todo o momento ressignificada.

A hipótese é que núcleos familiares de uma mesma região geográfica lançam mão de diferentes modalidades para contarem e recontarem suas histórias. Em certos momentos, recorrendo à oralidade, palavra a palavra como meio de passagem do conhecimento, de valores e da própria trajetória da família ou do grupo social. O saber transmitido pelo hábito de observar, fazer e refazer.

Em outros, utilizam *modos mnemônicos* para acionar a memória, por meio de registros fotográficos, objetos e utensílios, mapas e documentos que ativam as lembranças em torno daquele objeto físico e o que ele representa para o indivíduo ou grupo. Em outras palavras, a associação mais ou menos mecânica de recordação de uma coisa por outra, os pontos de apoio da memória. Ou ainda, aquelas lembranças associadas aos espaços físicos, naturais ou arquitetônicos que possuem um elo com a trajetória do narrador ou do grupo pertencente – “paisagens da memória”.

Outrora visto como homogêneo, ao longo do tempo aquele universo de grupos familiares se mostrou diverso e multifacetado²⁵, ao considerar tanto a presença de vários perfis de famílias, crenças, trajetórias quanto as visões de mundo que ocupam ou ocuparam aquele meio rural. Percebemos em um mesmo espaço geográfico a presença de famílias antigas e extensas, e, ao mesmo tempo, famílias nucleares recentes. Os homens do garimpo de hoje e as lavadeiras de outrora; casas só de mulheres – várias gerações –,

todas parentes, e também a mulher sozinha com seus muitos filhos; o homem-só em sua casa, sua roça e seu mundo; as crenças e a fé de católicos e protestantes, ervateiras de banho e benzedeiros; grandes e pequenos proprietários de terra, posseiros ou não. Muitas pessoas idosas, poucos adultos, pouquíssimos jovens e muitas crianças.

Diante dessa diversidade social, optamos por tratar de duas modalidades de organização familiar presente naquele meio social rural: a primeira corresponde ao *colono*, representada pelos descendentes de imigrantes alemães que habitam a região desde a chegada ao país, por volta de 100 anos. Abordaremos sua trajetória e consolidação na região, desde o acesso à terra, a vinda de familiares de além-mar (adultos, velhos e crianças) e as relações sociais estabelecidas com valores e visões de mundo mais próximas do Velho Mundo do que com os valores e saberes que ali existiam; outras concepções sobre o manejo da terra e da alimentação, a relação com o sagrado e com os outros grupos sociais anteriormente ali presentes. Esta família, que se consolidou no ambiente rural brasileiro, construiu sua caminhada pela agricultura (inclusive monocultura de café) e pela pecuária, com base no trabalho familiar, e principalmente não assalariado, conseguiu mobilidade social aos descendentes.

Outro perfil de realidade familiar, traremos outro grupo familiar que habita a região há várias gerações, historicamente margeando o leito do Rio Tibagi, com características que remetem à contribuição da cultura cabocla ou ribeirinha. Sua fixação na terra é estabelecida pela “lida” com a pesca e o plantio de pequenas roças (concentrando o uso da terra em pequenas extensões eminentemente para a subsistência familiar). Possui características de maior trânsito por toda região tanto em relação à moradia quanto em relação às áreas de cultivo. Contexto de baixo acesso a bens e serviços, comprometendo historicamente sua melhora de vida, a inserção escolar da família ocorre apenas na geração nascida no século XXI, com acesso à educação pública, uma vez que, por várias gerações, se aprendem desde a mais tenra idade os diversos afazeres domésticos e as técnicas de pescaria e plantio de roça, por exemplo.

No diálogo entre as variáveis (tomando a liberdade para o uso do termo em uma pesquisa qualitativa) memória e família, apresentamos os seguintes questionamentos: Quais as maneiras que ambas as famílias lançam mão para resguardar sua memória e reconstituírem seu passado? Quem são os portadores da memória? Quem está socialmente autorizado a falar sobre a trajetória de cada núcleo familiar? Quais temas surgem como relevantes por parte do *portador da fala* para serem socializados e traçarem a trajetória do núcleo familiar?

Questionamentos que surgiram durante o trabalho de campo com a percepção da desigualdade socioeconômica e diversidade sociocultural, expressadas pela localização e composição das habitações, no tamanho e na infraestrutura das terras e redes de

sociabilidades de cada família. As diferentes formas de relação com o meio, desde aquela área destinada à morada até os modos de uso da terra para o plantio. A nosso ver, a distribuição geográfica dos moradores pela região e a sua mobilidade por aquele espaço podem influir na recomposição de seu passado. Por exemplo, se uma família habita por várias gerações no mesmo espaço geográfico circunscrito por suas propriedades, também ali ficarão suas memórias individuais e coletivas, concentradas naqueles lugares compartilhados pelo núcleo familiar, pois ali suas atividades sociais e produtivas foram realizadas e tornaram-se espaços de sociabilidade durante sua trajetória.

Por outro lado, os moradores, em geral ribeirinhos, com características de cultura cabocla, historicamente não possuem propriedade fixa e circundam uma área maior que o local de morada, seja para o plantio, seja para criação de animais. Sem a “barreira” das propriedades privadas, ampliam seu conhecimento sobre aquele espaço geográfico e, conseqüentemente na produção de lembranças, se estenderão por toda a região percorrida, em geral percurso feito pelo rio. Como indica o caso de moradores que possuem moradia e pequenas roças às margens dos rios (outrora terra de ninguém e atualmente propriedade de alguém) e só podem fazer uso da terra na forma de arrendamento ou nas ilhas. Em geral os homens deixavam suas casas por dias, até semanas, para pescar e plantar por ilhas espalhadas pelo curso do Rio Tibagi²⁶ e afluentes, esses espaços atuam como “segunda casa”.

Situações que definitivamente ficaram submersas a partir da implementação da UHM de Mauá. É o caso dos frequentadores das ilhas para trabalho ou lazer, espaços naturais que se tornaram inacessíveis. Ou ainda, aqueles moradores indenizados que se tornaram proprietários de extensões de terra, “donos da terra” sem a necessidade de plantar em outros espaços, passando a concentrar sua rotina e dedicação de trabalho às terras adquiridas pela indenização.

Vale ressaltar que não constitui propósito da pesquisa trabalhar de forma comparativa as duas realidades familiares, aqui estudadas, e sim de forma relacional, com o intuito de identificar as maneiras das quais elas lançam mão para reconstituir o passado de seu contexto familiar e sua trajetória, proporcionando aos descendentes, e por intermédio deles, sua continuidade. Ademais, pretendemos identificar o diálogo entre as experiências de vida dessas famílias como elementos de interdependência naquele contexto social, localizando-as em perspectivas mais amplas, como o processo migratório, a ocupação, o povoamento do Paraná, os direitos sociais e identitários. Com isso poderemos aproximar fatos históricos consolidados (como a ação de governantes em sanar os vazios geográficos em meados do séc. XIX).

²⁶ As 33 ilhas utilizadas pelos moradores oficialmente são da União, mas ao longo do tempo foram utilizadas para plantio e pouso nas pescarias.

Esta pesquisa de base qualitativa nos coloca em consonância ao que afirma Houle (2012): “as histórias de vida nos contam, na realidade, a história da vida em sociedade, e também nos levam a redescobrir que o objeto último da sociologia é a vida”. Para isso, a utilização da história de vida como base de dados para uma pesquisa qualitativa constituiu um material que possui características singulares por evidenciar a percepção do entrevistado; balizado por suas experiências, colocando-as em diálogo com o arcabouço teórico, sintetizando, assim, uma estrutura social. Embora não seja o único meio de análise qualitativa, tornou-se o exercício de “apreciar essa sociologia in vivo” e “requer uma sociologia não do vívido, mas da vida” este processo contínuo e dinâmico na construção do saber sociológico. (HOULE, 2012)

A partir desses critérios na seleção do objeto de pesquisa, chegou-se a dois núcleos familiares: Família SCHNEIDER e Família CORDEIRO. Dois núcleos familiares que habitam a região há pelo menos quatro gerações e possuem pessoas com lembranças do passado da família e da região, com perspectivas e valores ora percebidos como discrepantes, ora identificados como convergentes. O intento é, ao adentrar o meio rural, percebê-lo pela perspectiva da memória socialmente compartilhada. Suas redes de sociabilidade e as relações de interdependência presentes naquela *configuração social*, em especial após a vinda do empreendimento. Para isso, utilizamos diversas técnicas para coleta de dados: registro das práticas cotidianas como locais de celebrações religiosas, plantio e colheita, pescarias e lazer; elaboração de genealogias de ambas as famílias; reconstituição da trajetória da transmissão da terra nas unidades familiares, herdada simbólica ou de forma documental.

1 MARCO TEÓRICO-METODOLÓGICO DE PESQUISA

1.1 “CAMPONESES NÃO SÃO APENAS AGRICULTORES” – PERSPECTIVAS SOBRE O RURAL BRASILEIRO

No Brasil dos séculos XIX e XX o meio rural atinge grande expansão econômica pelo interior do país, principalmente com as monoculturas e os processos de seus ciclos produtivos (cana-de-açúcar, minérios, café etc.). Momentos socioeconômicos de intenso atrativo ao mercado externo, impulsionando de forma significativa o desenvolvimento do ambiente urbano. Naquele contexto, expande-se também a produção de literatura e estudos acadêmicos²⁷ sobre assuntos como: a expansão territorial; produção agrícola e mineradora; a exploração da força de trabalho (trabalho escravo e trabalho livre); a modernização das técnicas de produção; a formação étnica e as perspectivas do Brasil como nação.

Esses temas abordam o meio social rural com a intenção de compreender o seu nível de desenvolvimento diante do avanço econômico do país urbano. Mostrar suas potencialidades e superação do “atraso” em relação ao meio urbano. Esses escritos, por vezes, concentraram suas intenções em expor as relações de poder (econômico, político, social) existentes no interior do país de forma dualista. Os personagens da vida real que habitam este interior do país são vistos com “peso-morto” e são identificados em duas possibilidades de inserção social, historicamente construídas, o escravo>senhor e (ou) camponês>fazendeiro. A estrutura social é vista pelo cidadão de maneira dicotômica, fato que se ramifica nas primeiras décadas do século XX, tanto em ambiente urbano quanto em ambiente rural.

Os estudos clássicos sobre a realidade brasileira apontam a relação urbano-rural, estabelecendo o contraponto “Brasil Arcaico” do “Brasil Moderno”, com isso, emerge a percepção de que toda a “desorganização social” no meio rural e o não “enquadramento” do homem do campo ao mundo moderno de produção interferiram na incorporação plena do novo sistema. O homem do campo passa a ser visto como aquele que estaria em processo de adaptação e supressão diante da nova ordem socioeconômica advinda com a modernidade. Esta, em última instância, causaria sua extinção.

Nas palavras de Helio Jaguaribe (1998), o Brasil representa um movimento de “dualismo social”, ou seja, “de um lado está ‘uma moderna sociedade industrial’, ocupando espaços importantes na economia do mundo ocidental”. De outro lado, está “uma

²⁷ Escritores como Oliveira Vianna, Caio Prado Jr, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda ensaístas que narram esse processo de expansão do capitalismo e as visões de mundo advindas com ele. A inserção do Brasil no processo de desenvolvimento e expansão econômica na qual trouxe implicações em outras esferas, como a composição familiar, as formas de produção e o “lugar” do Brasil como nação mestiça.

sociedade primitiva, vivendo em nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miséria marginalizada urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas”. (JAGUARIBE, 1988 apud IANNI, 2004).

Um período em que o habitante do meio rural representava o atrasado nacional em relação à nova ordem social econômica e o homem do campo como aquele indivíduo não apenas à margem deste processo de expansão, mas aquele que impedia o seu avanço – sendo personificado simbolicamente pelo personagem Jeca Tatu, criado por Monteiro Lobato nas primeiras décadas do século XX. Essa abordagem cerceadora, no que diz respeito ao entendimento das dinâmicas próprias do meio rural de maneira mais ampla, impede o avanço analítico, pois não possibilita perceber suas singularidades e complexidades, desde familiar, produtiva até moral.

Nas Ciências Sociais, por meio da produção de “estudos de comunidades” tendo como referenciais a Escola de Chicago com o interacionismo simbólico²⁸, trouxeram outras percepções sobre o habitante do meio rural brasileiro. O americano Donald Pierson (1968) atribui aos estudos de comunidade a tarefa de registrar a riqueza de detalhes de um meio social atuando como uma “fotografia” de localidades que estariam prestes a desaparecer diante do avanço de hábitos modernos e individualistas como as cidades localizadas em regiões do interior do país, identificado pelo autor como “estudos de localidades rurais”.

Dentre seus escritos citaremos sua obra “Cruz das Almas”, publicada em 1951, na qual aborda sua percepção sobre comunidade rural e afirma ser esta “uma organização ou de indivíduos, ou de grupos humanos, biótica e economicamente independentes, junto com a organização inconsciente que esta interdependência cria.” Nessa abordagem, o meio rural e o homem rural passam a ser percebidos e compreendidos a partir de sua própria realidade, em interação com o meio em que vivem. Segundo Pierson (1968), o estudo da “ecologia humana” “se interessa pela competição entre os indivíduos, grupos e instituições humanas, e suas consequências”, indicando a importância de estudar essas localidades rurais ou comunidades e compreendê-las a partir de sua própria lógica, em seu contexto, utilizando seus parâmetros de valores, centrais nessa perspectiva de estudo (PIERSON, 1968).

Em consonância a essa perspectiva que considera o homem do campo e seu modo de vida em seu contexto, apontamos o estudo elaborado por Antônio Cândido, Os parceiros do Rio Bonito (1977). Trata-se de um emblemático estudo interdisciplinar sobre a realidade do caipira paulista no qual traz a abordagem da realidade vivida pelo homem do

¹ Os estudos da Escola de Chicago são exemplo dessa metodologia que preza pela interação social, relação face a face por parte do pesquisador e percepção do campo de pesquisa de forma holística, nas primeiras décadas do século XX, são elaborados os estudos de comunidade nos EUA inicialmente entre grupos urbanos, como imigrantes, negros etc.

campo e suas formas de inter-relações entre familiares. Para o autor, esta “*unidade mínima de sociabilidade*”, a vizinhança, a fé, o cotidiano e principalmente com o urbano, configura-se por um complexo processo em que a sociabilidade passa pelos hábitos alimentares, a autonomia do produtor, as trocas e o importante papel do grupo familiar. Para o autor:

a intenção não foi pesquisar a vida social e cultural do caipira no quadro de uma comunidade, no sentido corrente - isto é, um agrupamento dotado do equipamento institucional mínimo, de modo a servir de teatro para diversas atividades dos seus membros: religiosas, recreativas, políticas, administrativas, econômicas, etc. [...] O que procurei foi determinar quais as unidades mínimas de vida econômica e social, em que as relações encontram um primeiro ponto de referência. (CÂNDIDO, 1977, p.20)

Cândido considera o homem do campo como um indivíduo que, a sua maneira, resiste à modernidade preservando hábitos próprios de sua realidade. Tal representação se contrapõe àquelas caricaturas sociais realizadas outrora, como a de Jeca Tatu. Entretanto, sua abordagem mantém a perspectiva de que o “*universo de culturas tradicionais do homem do campo*” está inserido no processo de transformação e ressignificação diante do avanço do meio urbano. Segundo o autor:

as conjunturas de transformação social determinadas pela urbanização, fixei-me no estudo dos parceiros, que representam aspectos menos estabilizado e íntegro na vida social e econômica do homem do campo, mas ainda se prendem à cultura tradicional, de modo a podermos, através deles, analisar a ação exercida pelas novas condições de vida [...] ele passa por uma redefinição dos vínculos de dependência, que o incorporam à órbita da fazenda e das povoações, afastando-o relativamente das estruturas tradicionais mais características. (CÂNDIDO, 1977, p.91-92)

Outra característica salutar na publicação de Cândido é o tom de denúncia ao contínuo descaso do Estado brasileiro, por meio dos órgãos públicos, em relação à população rural esquecida e que permanece à margem da cidadania plena. Exposto na presença do discurso da pobreza, da falta de condições de suprir as necessidades mínimas do homem do campo, naquele momento não por preguiça ou incapacidade, mas devido à falta de meios e incentivos por parte do Estado. A obra, porém, pouco trata dos conflitos entre “os de dentro”, as disputas por espaço, assim como as relações de poder existentes na localidade, evidenciando um “olhar” idealizado daquela ruralidade estudada, bem como de seu habitante. A figura do caipira, central na obra, seria a categoria social

que não pertence nem ao colonizador, nem ao indígena, sendo utilizada de forma dúbia: tanto como categoria de grupo quanto algo a ser superado.

Há 60 anos o morador do campo representava mais de 50% da população, atualmente invertem-se as posições, e a realidade urbana ramifica-se chegando a 80% da população brasileira. As implicações sociais desse movimento são muitas migrações, êxodo, expansão do urbano, poucos filhos, mulher trabalhando fora, luz elétrica chegando. Alterações das dinâmicas sociais que naturalmente trarão suas próprias demandas e inquietações certamente serão outras. Olhar para o meio rural adquire novas frentes, diverso e multifacetado; é vasta a bibliografia sobre as realidades do rural brasileiro, suas dinâmicas sociais e complexidades em contínuo processo de mudança. Percebidas pela perspectiva da sociabilidade, do cotidiano, das interações, seu modo de vida e seus conflitos internos e discrepâncias.

Outros estudos sobre o rural surgem, e neles, interesse diversos, inquietações sobre o indivíduo ou grupo que escolheu permanecer no campo. Estudar grupo de pessoas que vivem parte do seu tempo guiado pela natureza, “tempo das águas, tempo de seca” que aprenderam a conciliar com o tempo do relógio, “a hora da novela”, consomem elementos materiais e simbólicos do meio urbano; o avançar constante dos valores simbólicos e bens materiais do meio urbano adentra cada vez mais rápido o meio rural.

Novos focos de análise sobre o rural, estudos sobre ampliação dos direitos, acesso à cidadania, direito à identidade cultural, e documentação civil, suas movimentações políticas e econômicas. Nessa perspectiva estão discussões presentes em trabalhos como Garcia Jr. (1989), Soares (1981), Lamarche (1998), Wanderley (1996; 2003), Ellen Woortmann (1983; 1995) e Klass Woortmann (1990) nos quais apontam, com as suas diferentes abordagens, a complexidade existente no meio rural.

Klass Wootmann (1990) estuda sobre a família camponesa²⁹, foca seu estudo no que chama de “valor-família” e busca nas subjetividades daqueles que vivem na e da terra as lógicas das práticas cotidianas de trabalho, lazer, parentesco etc. A ênfase é no ordenamento do cotidiano, seu modo coletivo e de solidariedade. Para o autor, a família camponesa possui “a ordem social mais holista do que individualista”, ressaltando a importância das inter-relações presentes na rotina da família e da vizinhança que expandem suas redes de sociabilidade com as trocas materiais e simbólicas entre os pares formando outrora uma economia, em certa medida, fechada em si mesmo.

Estudos que evidenciam o cotidiano familiar rural, como o de Mendras (1978), Palmeira (1977), Woortmann (1990), Heredi (1993), demonstraram a complexa rede de

²⁹ WOORTMANN, Klaas. 2009 (1990). Migração, família e campesinato in WELCH. Clifford A. et alli (org.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas**, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

relações de gênero, geracional, classe e crenças em contextos sociais rurais. Um exemplo, a divisão social e sexual do trabalho e os “lugares sociais” para o masculino e o feminino; para o jovem e para os velhos. Aos homens em geral destina-se os afazeres externos, o meio público, o provedor do lar e às mulheres os afazeres domésticos, o meio privado, o espaço da intimidade. A estas não raro sobrepunham-se tarefas e as mulheres auxiliavam os homens, jovens e adultos, na lida com o roçado, na colheita ou criação dos animais, e nas “porcadas”. Entretanto, a prática inversa tornava-se raridade, cuidar da morada não condiz com a experiência vivenciada pelo mundo masculino. O universo da casa foi socialmente construído como espaço de responsabilidade e autoridade da mulher, ou das mulheres, em geral a mais velha.

Heredi (1993) trata da organização da produção camponesa, suas relações cotidianas vividas no campesinato brasileiro, em especial os moldes da agricultura familiar. Aponta a presença de uma divisão social do trabalho, com subdivisões no que tange à divisão sexual e geracional das atividades cotidianas. Diz a autora, “todos os membros da família desenvolviam tarefas no campo, apresentando diferenças segundo sexo e idade.” Atuando diretamente na socialização dos integrantes da família na execução das atividades da família e em família desde *a internalização das normas do grupo, adestramento das técnicas para formação do comportamento, aprendizagem*. (HEREDI, 1993)

A pluralidade analítica nos estudos sobre a realidade rural, ou melhor, as realidades do meio rural, expõe sua heterogeneidade social, cultural, religiosa e econômica. O modo de perceber o habitante do campo mudou, percebemos agora o morador do meio rural muito próximo dos valores simbólicos do urbano.

Por fim, neste campo de pesquisa percebemos os caminhos que pessoas comuns do meio rural paranaense percorrem para agrupar-se e adquirir maior representatividade e pressão perante o empreendimento energético para garantir seus direitos como moradores atingidos e configura outra forma de perceber o morador do meio rural. Significa que as pessoas aprenderam a se organizar coletivamente para reivindicar direitos, econômicos, mas não apenas. Grupos organizados surgem em busca de direitos para acessar a terra, poder plantar e morar, ou ainda, direitos de identidade e memória. O recente reconhecimento de grupos quilombolas, como comunidades tradicionais, por parte do Estado brasileiro e sua contribuição sociocultura para o país é exemplo.

1.1.1 PERSPECTIVAS CONCEITUAIS: USOS E SENTIDOS DO TERMO “CABOCLO” E DO TERMO “COLONO”

Nos escritos sobre o Brasil Colônia, o meio rural foi descrito historicamente pelo olhar do citadino, como já apontado anteriormente. O olhar para aqueles que habitavam o rural restringiu esta representação a duas posições sociais: senhor – escravo. Categorias que trazem a marca do poder de classe e de origem étnico-racial. Poucas obras fazem referência às demais figuras existentes naquele meio. Estes não são “categorizáveis”. Existiam e movimentavam o período como uma coletividade intermediária de pequenos produtores rurais e comerciantes. No pós-abolição a mudança para a República trouxe os proprietários de grandes extensões de terras em relação, ainda que desigual, com os trabalhadores livres, que, devido aos processos de ocupação territorial em curso, adentram o país em grandes levas de migrações, e suas famílias, em geral oriundos do Velho Mundo. Esse modo dualista de percepção do meio rural acabou por cercear as inúmeras outras representações sociais existentes naquele meio como os pequenos agricultores, a agricultura familiar³⁰ em paralelo aos tropeiros, meeiros, agregados, entre outros, e o acesso desses grupos sociais às condições de trabalho como o acesso a terra e aos demais direitos de cidadãos.

É salutar o crescimento de estudos que tratam dessa diversidade social no meio rural, seja pelo prisma das origens étnico-raciais, como as pesquisas sobre a população rural negra livre que posteriormente gerou o conceito de quilombola ou comunidade quilombola³¹, seja a inserção de trabalhadores livres imigrantes nas lavouras de café, as colônias de imigrantes das mais diversos pontos do Velho Continente³², seja sobre a população indígena, seu modo de vida e a diversidade étnica³³, que percorre o país, seja ainda a cultura cabocla³⁴, amplamente distribuída pelo país, mas concentrada, atualmente,

³⁰ Para Wanderley (1996), o termo “*agricultura familiar*” se tornou um conceito genérico utilizado para identificar diversos tipos de atores presentes no campo. O camponês corresponde, segundo esta perspectiva, a uma dessas formas particulares, que se constitui como um modo específico de produzir e de viver em sociedade. Modo muitas vezes equivocadamente confundido com a própria “*agricultura de subsistência*”. Em relação a esta segunda distinção, entre os modelos de “*agricultura camponesa*” e de “*subsistência*”, O autor afirma que “*o projeto da unidade de subsistência é, antes de mais nada, conservar estruturas permitindo a sobrevivência do grupo doméstico; é óbvio que o estabelecimento camponês não pode se resumir a isso. A diferenciação entre esses dois tipos deve se conceber a partir dos sistemas de valores e de representação*” (WANDERLEY, 1996, p.70).

³¹ ARRUTI, José Maurício A. 1997. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas in **Mana**, vol. 3, n. 2, Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional.

³² SEYFERTH, Giralda. 1985. Herança e Estrutura Familiar Camponesa, **Boletim do Museu Nacional**, Série Antropologia 52, Rio de Janeiro: Museu Nacional.

³³ ALMEIDA, Alfredo Wagner B. 2009. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito in GODÓI, Emília P. et alli (org.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias**, vol. 2, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

³⁴ FRAXE, Theresinha J. P. 2004. **Cultura Cabocla-Ribeirinha Mitos, Lendas e transculturalidade**, São Paulo: Anna Blume, 2004.

na Região Norte. Neste trabalho nos ateremos a duas categorias: o caboclo e o colono, em especial o imigrante alemão.

Segundo Câmara Cascudo, a denominação “caboclo” “vem [do.tupi] *caá*, mato, monte, selva, e *boc*, retirado, saído, provindo, oriundo” (Cascudo, 1972, p.193). O termo adquire inúmeras acepções em torno de seu uso entre grupos sociais diversos: inicialmente, por indígenas da etnia Tupi para se referir aos adversários que habitavam o interior, aqueles considerados “do mato”; no século XVIII e XIX adquiriu sentido pejorativo ao ser relacionado com o processo de miscigenação entre populações indígenas e população não indígena, em geral branca. Ao direcionar esta mestiçagem com o caráter de degeneração social e racial, associando o caboclo à preguiça, doença e pobreza, esta acepção foi disseminada por de estudos históricos, antropológicos (por exemplo, as teorias do racismo científico e da Antropologia Física) e(ou) por intermédio de literatos. No caso da literatura, todo o constructo imaginário sobre o “caboclo” foi representado, e popularizado, pelo personagem Jeca Tatu, criado pelo escritor Monteiro Lobato,

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia e de vários filhinhos pálidos e tristes. [...] Jeca possuía muitos alqueires de terra, mas não sabia aproveitá-la. Plantava todos os anos uma rocinha de milho, outra de feijão, uns pés de abóbora e mais nada. (MONTEIRO LOBATO, URUPÊS, 1918)

E completa:

A nossa gente rural possui ótimas qualidades de resistência e adaptação. É boa por índole, meiga e dócil. O pobre caipira é positivamente um homem como o italiano, o português, o espanhol. Mas é um homem em estado latente. Possui dentro de si grande riqueza de forças. Mas força em estado de possibilidade. E é assim porque está amarrado pela ignorância e falta de assistência às terríveis endemias que lhe depauperam o sangue, catequizam o corpo e atrofiam o espírito. O caipira não ‘é’ assim. ‘Está’ assim. Curado, recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico. (Lobato, 1957, p. 285)

A noção de “força adormecida” atribuída ao caboclo pelo autor acima indica a maneira como são vistos os indivíduos ou grupos do meio rural, suas aptidões para desenvolver-se necessitam de impulso externo, um “concerto ontológico”. Quer dizer, “dentro de si grande riqueza de forças”, ideia que segue no sentido da necessidade de o indivíduo “renascer” socialmente na figura de um trabalhador dedicado e disciplinado que segue regras e visa ao lucro. Todavia, para isso, necessita reaprender os códigos sociais, valores e formas de lidar com a própria força de trabalho.

Nos anos 1970, Pierre Monbeig (1975) faz referência em seus escritos sobre o Brasil, seu processo de desenvolvimento, aquém do esperado pelos moldes do progresso; a presença do caboclo como fruto da mestiçagem e figura presente na vastidão do país

ainda se mantém às margens, poucas posses, sua forma de produzir não visa à expansão econômica e segue caminho oposto ao lucro financeiro, diz o autor:

o mestiçamento entre portugueses e índios deu em resultado um tipo de homem original: o mameluco, ou caboclo (...). Pescador na Amazônia e no litoral, criador no Nordeste e no Rio Grande do Sul, caçador de ouro de diamante no Brasil central e em Minas Gerais, desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, é o autêntico camponês do Brasil. Sua casa não passa de uma simples cabana, às vezes feita, inteiramente, de folhas e de troncos de palmeira.

Muitas vezes, também, é feita de terra batida, sustentada por varas entrecruzadas (casa de pau-a-pique). Mobiliário e louça ai se reduzem à sua expressão mais simples. O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho. O próprio termo caboclo já perdeu muito seu significado antropológico, e está servindo para designar o homem da terra, quer se trate de mulato, quer de mestiço de índios e de negros (cafuso e juçara), quer de branco. Resistente aos padecimentos físicos e acabrunhado pela enfermidade e pela subalimentação, corajoso, desconfiado, de uma religiosidade que o atira aos braços das mais extravagantes formas de misticismo, raramente alcançado por conhecimentos escolares, nada à vontade nas cidades, o caboclo representa um Brasil superado. Pelas suas cantigas, é ele o guardião do folclore, e tudo isso lhe confere uma certa auréola sentimental e artística. Entretanto, a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna (MONBEIG, 1975, p. 45-46).

Podemos trazer aqui essa ideia de “estado latente” para o contexto de populações ribeirinhas espalhadas pelo Brasil, estas mantiveram ao longo do tempo a ocupação às margens do poder estatal. São pessoas historicamente migrantes internos do meio rural, não proprietárias de terra, que, ao fincar raízes numa região, logo estabelecem vínculos com o meio natural **“desbravador amante da terra na qual não se fixa e que exaure com suas culturas sobre queimadas, o caboclo, com seu enorme chapéu de palha, andrajoso e descalço, é o autêntico camponês do Brasil”**.

Do ponto de vista das relações comerciais e econômicas, a população ribeirinha representa gerações de pessoas que historicamente não se desenvolveram, embora em idade de produzir e consumir **“mobiliário e louça ai se reduzem à sua expressão mais simples” não o fazem “a sua passividade torna difícil a sua integração na vida moderna. Personagem dolorosa e cativante, o caboclo representa um peso morto para uma economia moderna”** e significam pouco rendimento e lucro. Consideradas pessoas que pouco contribuíram para o município **“O caboclo pouco produz e contribui quase com nada para o mercado interno. Seu baixo nível de vida faz dele um consumidor mesquinho”**; parte não paga impostos sobre o uso da terra; muitas vezes

sem a própria documentação como certidão de nascimento ³⁵ ou título de eleitor. Ao mesmo tempo, gradualmente consomem serviços públicos dos municípios, como o uso de escola, o posto de saúde, energia elétrica, compram mantimentos, recebem aposentadoria. Mesmo assim permaneceram por várias gerações à margem do rio, da cidadania plena, da representação política, do mercado consumidor, beiram à marginalidade social por serem *“indivíduos em situação de flutuação na estrutura social”*, considerados “trabalhadores sem trabalho”, segundo Castels (1998).

Essas perspectivas sobre o caboclo concentram seu olhar na percepção de atraso e inércia, todavia, pouco considera sua autonomia diante de sua produção, seu modo de vida e a relação com a terra e com o meio. Visões pelas quais foram gradualmente sendo ressignificadas de seu teor pejorativo e gradualmente passam a evidenciar o indivíduo enquanto conhecedor, ligado intrinsecamente ao meio ambiente, tendo-o como sua principal fonte de sobrevivência e suas práticas que expõem o modo de vida complexo e diversificado.

Nas Ciências Sociais, autores como Antônio Cândido (1977) consideram o termo caboclo e a cultura cabocla como “mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo forma talvez a maioria da população tradicional. Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo, exprimindo sempre um modo-de-ser, um tipo de vida, nunca um tipo social” (CÂNDIDO, 1977). O autor opta por não utilizar o termo caboclo em seu estudo por considerá-lo ambíguo, prefere o termo caipira e cultura caipira para se referir ao modo de vida do homem do campo e suas peculiaridades. Perspectiva que é marca das demandas de seu tempo, quando o morador do campo refletia as inquietudes de sua época, os escritos adquirem tom de denúncia diante do quadro de pouca movimentação política ou ação do Estado para inserção deste grupo social na categoria de cidadão, hoje tão naturalizada.

Apresentamos também o estudo “Cultura Cabocla-Ribeirinha Mitos, lendas e transculturalidade” de Therezinha J.P. Fraxe, realizado em 2004. A pesquisa considera a concepção simbólica da cultura cabocla, e esta deve ser entendida como um “núcleo simbólico que serve para expressar certas formas de convívio social” levantando o debate sobre a noção de cultura como uma expressão social plural, híbrida e múltipla.

eles construíram um modo de vida integrado pela agricultura e extrativismo vegetal ou animal, vivendo em função da floresta, dos rios [...] uma cultura de profundas relações com a natureza, que perdura, consolida e fecunda o imaginário. O caboclo busca desvendar os segredos de seu

³⁵ Casos de idosos que morrem e a família precisa da certidão de óbito para liberar o corpo, por exemplo, que buscam os trâmites legais para fazer a carteira de nascimento pela necessidade desta para obter a certidão de óbito. A sogra indígena de uma de nossas entrevistadas é um exemplo.

munho, recorrendo a mitos, plantas medicinais, rezadeiras, assim como ao trabalho, ao labor e ao lazer (FRAXE, 2004, p.20)

Nessa perspectiva, a população cabocla expõe sua subjetividade e estreita relação com o meio ambiente e a experiência adquirida no cotidiano. Para a autora, a *“identidade cabocla não pode ser configurada a um lugar preciso, uma vez que todo ponto humanizado é seu”* e este possui também seu caráter ancestral, pois “guarda relação com o registro de determinadas matrizes de pensamento e de comportamento secular registradas na memória social dos grupos humanos e que gozam de condição da durabilidade e de persistência no tempo” (FRAXE, 2004). Perspectiva que mais se aproxima da aqui apresentada por possibilitar um importante diálogo com as narrativas obtidas em nosso campo de pesquisa no que se refere aos valores e às práticas sociais, culturais e religiosas em processo de mudança no rural, este que é múltiplo em vários sentidos.

Tratemos agora do termo “colono” na realidade brasileira. Este emerge com o processo migratório por meio da política de imigração³⁶ adotada nacionalmente, em especial voltada àqueles trabalhadores livres com o intento de ocupar os “vazios geográficos” do Brasil no fim do século XVIII e primeiras décadas do XX. Os estudos sobre a imigração europeia abordam que a imigração germânica no Brasil tem início, nos estados da Região Sul, em meados de 1820, depois é interrompida e retomada na década de 1840. Vinculava-se a um sistema de colonização baseado na vinda de imigrantes europeus em núcleos familiares com destino a propriedades de terra em geral no meio rural aos moldes do que atualmente pode ser identificada como agricultura familiar, como aponta Seyferth (1993):

A imigração alemã foi retomada após 1845, tendo em vista os interesses da política de colonização do Império, que podem ser constatados em vários relatórios e obras publicadas por diplomatas, conselheiros e técnicos do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas: os alemães eram considerados bons agricultores, imigrantes ideais para povoar vazios demográficos no regime da pequena propriedade; por outro lado, os estados alemães, principalmente a Prússia, eram vistos como países de emigração, e acreditava-se que parte do fluxo dirigido para os Estados Unidos da América poderia ser desviado para o Brasil, caso fossem tomadas medidas adequadas. (Seyferth, 1993, p.10)

A inserção de imigrantes no Brasil surge como um Projeto de Colonização, pautado no trabalho livre em grupos familiares, prioritariamente europeus, visando inserir mão de

³⁶ Segundo estudos sobre a temática, governantes brasileiros incentivaram a imigração de camponeses europeus por meio de terras cedidas “concessões para promover o processo de colonização, através da comercialização de lotes rurais com colonos interessados.” (SEYFETH, 1993, 49)

obra, vista no período como mais qualificada, para ocupar regiões consideradas pouco desenvolvidas ou desabitadas: “os imigrantes foram assentados em áreas de floresta, a demarcação de lotes acompanhando os vales dos rios. Em todas elas houve a formação de sociedades camponesas com a economia baseada na pequena propriedade familiar policultora”. A autora completa: “mas as razões de maior peso têm a ver com a própria política de colonização: a existência de problemas nas fronteiras internacionais e de grandes áreas de terras devolutas consideradas desabitadas, apesar da presença de grupos indígenas e posseiros.” (Seyferth, 1993).

O perfil étnico, climático e geográfico desse povoamento na Região Sul é apontado como “o fato mais significativo no estabelecimento e consolidação das frentes pioneiras ao longo de todo o século XIX e nas primeiras décadas do século XX” (Seyferth, 1993), tendo como característica o direcionamento, por parte do Estado brasileiro, às etnias europeias (principalmente italianos e poloneses), o que acabou por gerar contextos de comunidade étnica, econômica e culturalmente diversa da brasileira. Essa diversidade transformou-se numa questão nacional durante toda a Primeira República, ganhando intensidade durante o Estado Novo, no período da campanha de nacionalização (direcionada aos imigrantes e descendentes, mas particularmente com os chamados teuto-brasileiros).

Mota & Bonnici (2008) descrevem o “dilema” levantado pelos expedicionários que questionavam os motivos para que aquela área fossem melhores aproveitadas, afinal, “o vale do Tibagi contém todo tipo de variedade climática, do temperado ao tropical, e serve para qualquer tipo de alimentação necessária”. Em 1874, tem-se registro de uma expedição para exploração do Vale do Tibagi. Realizada por canoa que delineou o percurso do rio e contribuiu para uma dos primeiros registros da Bacia do Tibagi, dentre as quais a cartografia de Thomas Bigg-Wither, em 1876. Esses documentos expõem as características da região e os constantes conflitos com as populações indígenas da região, dentre os quais os Kaingang.

Quais as influências para o não desenvolvimento da região diante de tantas qualidades naturais? Os dados do período apontam: “o que falta é uma estirpe de gente mais empreendedora, energética e, acima de tudo, honesta, para substituir o nativo híbrido”, visto que “o onipresente baixo padrão de moralidade tem até agora emperrado e continuará travando o desenvolvimento do país” (Mota & Bonnici, 2008). O discurso colonizador e desenvolvimentista, presente no trecho citado, já indicava a intenção em investir no processo migratório, em especial o europeu, “as vantagens que essa região ofereceria ao colonizador [...] podem ser assim resumidas: clima mais apropriado; terra para pasto e para agricultura; uma localização mais central. [...] Dessa maneira, novo sangue será injetado onde precisa mais e onde colherá o maior benefício. Pode-se confiar que as leis da seleção natural façam o resto” (Mota & Bonnici, 2008).

Por fim, cabe expor ainda que definir o uso destas terminologias, caboclo e colono, não quer dizer utilizá-las como uma classe ou essência. E sim, no sentido de considerar estas pessoas como inseridas em uma dinâmica social. Com práticas sociais, culturais e religiosas que possuem historicamente características específicas entre o próprio grupo e externo a eles. Entretanto, apesar de distintas em relação à classe e suas particularidades, seus valores culturais se mesclam a partir das trocas estabelecidas pela convivência em especial no período de adaptação do colono à nova lógica de mundo, embora não possamos esquecer de que esta troca seja assimétrica.

1.2 DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES SOBRE AS MEMÓRIAS SOCIAIS NO TEMPO E NO ESPAÇO

Para fins de pesquisa, dentre as inúmeras possibilidades de investigação sociológica e antropológica, optamos por analisar a relação entre a construção social da memória e sua produção diante da emergência de mudança social. Em que medida uma mudança, em especial de cunho econômico, como a ocorrida na região com a presença de grandes empreendimentos, age material e simbolicamente nas reminiscências do passado, nas dimensões da sociabilidade e seu processo de adaptação às novas *configurações sociais* ocorridas na região. Para isso, utilizaremos suas memórias compartilhadas como objeto de análise, a partir do universo de famílias rurais, com o propósito de identificar quem são os portadores e transmissores da memória e quais as modalidades construídas por seus *agentes sociais* para resguardar a *memória da família* e, conseqüentemente, da região.

Cabe esmiuçar o sentido utilizado na pesquisa para os conceitos sociológicos: “*sociabilidade*”, “*configuração social*” e “*agentes sociais*”. O referencial teórico por nós utilizado permeiam autores que se debruçaram sobre a temática cultura e sociabilidade. Nos estudos de sociologia produzidos por Norbert Elias, a sociedade deve ser compreendida como um “todo relacional” possibilitando identificar os múltiplos processos interdependentes. Nesse jogo social há uma multiplicidade de olhares que são mecanismos elaborados e ressignificados por meio das interações sociais projetadas em indeterminadas formas do meio social. Base formadora da própria sociedade, a qual se expressaria em infindáveis quadros sociais, a família representa um destes, nos quais as redes de sociabilidade de mantêm e se renovam.

O autor reflete e se debruça sobre o conceito de processo social, ou seja, “às transformações amplas, contínuas, de longa duração [...] de figurações formadas por seres humanos, ou de seus aspectos” (ELIAS, 2006), o que lhe possibilitará obter diagnósticos e explicações destas figurações, que são as formas que as relações sociais assumem.

A *configuração social* para Norbert Elias traça as inter-relações entre indivíduos e grupos sociais para além da perspectiva indivíduo-sociedade e contribui de forma significativa na construção de análises do meio social no qual coloca estes indivíduos ou grupos sociais em constante relação uns com os outros, com a ideia de *interdependência* entre os indivíduos. Para o autor, “a relação é marcada pelo espaço social no sentido de unidade que é possível fazer relação social e espacial” (ELIAS, 1990).

Nesse sentido, a ação do indivíduo não é considerada como “racional na intencionalidade e irracional na inteligibilidade” e suas condições são definidas “pela densidade populacional, interdependência, monopólio do poder que se centralizam e dispersam.” (ELIAS, 1990) Para isso, as relações devem ser vistas como processuais e não lineares, portanto adaptáveis às situações. Na obra *O Processo Civilizador* (1990), Elias narra a história dos costumes por meio das mudanças das regras sociais observando o modo como os indivíduos as percebiam e gradualmente modificavam seus comportamentos e sentimentos a partir dessas transformações. Segundo o autor, “a civilização, que estamos acostumados a considerar como uma posse, que aparentemente nos chega pronta e acabada, sem que perguntemos como viemos a possuí-la, é um processo ou parte de um processo em que nós estamos envolvidos.” (Elias, 1990).

Nessa perspectiva, as necessidades dos indivíduos são direcionadas sempre em relação com o outro, construindo, assim, teias de interdependência como a família, igreja, nação, entre outros. O autor considera, por exemplo, que os integrantes da família formariam uma espécie de teia de relações compostas não apenas de regras determinadas e rígidas, mas também por necessidades e escolhas; assim, o termo rede sugere trocas diretas e indiretas, além de apoio e proteção (social), de forma que esta parentela confere dinamismo à estrutura familiar/vizinhança, cuja organização social perpassa pelo regulamento das trocas e das reciprocidades. Já os que não fazem parte de uma mesma rede precisam buscar outros códigos de criação e recriação do pacto social. Processo que autor atua na diluição da dicotomia Indivíduo e Sociedade ao perceber a singularidade do indivíduo como algo constitutivo de sua própria socialização e admite como sujeito do conhecimento não o indivíduo, que é perecível, mas a própria sociedade. Há, portanto, uma reconfiguração daquilo que tradicionalmente se entende na sociologia como sociedade e indivíduo para a ideia de que “a junção de muitos elementos individuais forma uma unidade cuja estrutura não pode ser inferida de seus componentes isolados.” (ELIAS, 1990).

1.3 MEMÓRIA SOCIAL COMO OBJETO DE ESTUDO E MÉTODO DE PESQUISA.

A utilização da “memória” como objeto de reflexão perpassa diversas áreas do saber, como filosofia, história, antropologia, arqueologia, sociologia, ciência política, psicologia, cada qual a sua maneira. Nas últimas décadas, com o avançar das pesquisas, foi-se alterando o sentido dado aos mecanismos de produção de lembrança, Myrian Sepúlveda Santos (2003) expõe que “a memória deixava de ser valorizada enquanto um complexo processo mental e passava a ser medida objetiva e quantitativamente através das respostas obtidas a estímulos direcionados ao sistema psíquico” (SANTOS, 2003).

Sendo assim, as diversas maneiras de se refletir sobre a memória permitem ampliar as possibilidades de percepções do indivíduo ou grupo sobre um momento, uma situação ou uma sensação utilizando suas lembranças. Essa abrangência de olhares conta também com a perspectiva da imprecisão conceitual por distintas áreas do saber. Ou seja, a concepção de “memória” utilizada pela psicologia parte de uma condição humana, uma concepção física e biológica. Essa concepção se diferencia de linhagens de pensamentos da filosofia ou das ciências sociais para os quais a percepção de que a memória é algo construído socialmente, de forma coletiva, numa compreensão da construção social da memória. Seguindo esta linha de pensamento, Guérios (2008) nos diz:

As concepções e as questões definidas para o estudo da “memória” em cada um desses campos acadêmicos são muito diversas entre si: a “memória” dos psicanalistas não é a mesma “memória” dos neurologistas, dos cognitivistas ou dos cientistas sociais. Apesar disso, esses vários saberes dialogam constantemente entre si, realimentando-se ainda com discussões que ocorrem fora dos círculos acadêmicos. As múltiplas interações que decorrem dessa circulação de ideias colocam em diálogo temas e problemas distintos, criando uma nebulosa semântica e temática virtualmente inesgotável ao redor do assunto. (GUÉRIOS, 2008, p.367)

Dentre os autores que a refletiram, temos Henri Bergson, filósofo que se dedicou à noção de memória na sua interface entre o tempo e as experiências de vida, com a ideia de *durée*, mudança e mobilidade “em termos de um tempo que é vivido e subsiste, ou seja, em termos de percepção, intuição e experiências individuais” (BERGSON, 2006) Em sua concepção, o tempo está intimamente ligado ao desenvolvimento intelectual, biológico, considerar o tempo é entender o próprio ser humano, a formação de suas estruturas mediante sua ação sobre o mundo. Tempo significa mudança.

O autor refutou a perspectiva que vê a memória percebida como propriedade para armazenar e conservar informações, portanto, uma propriedade físico-biológica e adentra ao debate sobre a ideia de memória e o hábito pensado a partir das práticas do cotidiano, sua internalização pelo indivíduo na aprendizagem, no tempo e no espaço. Memória e

hábito, “nos dois casos extremos, pressupõe-se uma experiência anteriormente adquirida [...] é passado, mas conforme dois modos, um não marcado, outro sim, da referência do lugar no tempo de experiência”. Para ele, a experiência rotineira é lembrada e relembrada a cada nova execução da atividade impulsionadora da lembrança, diz o autor: “faz parte de meu presente do mesmo modo que hábito a andar ou escrever, ela é vivida, é agida, mas do que representada”. (BERGSON, 2006).

O saber adquirido e sua constante aplicabilidade na rotina, a ponto de tornar esta rotina cíclica, inserem nos indivíduos ou grupos a noção de tempo. Le Goff (2006) aponta que outrora a temporalidade da natureza prevalecia, balizados pelas estações do ano, os ciclos lunares, da gestação, do tempo das chuvas e do tempo de plantar, momentos de medição do tempo que possuem uma lógica de fundo, o tempo da natureza prevalece ao “tempo social”, a sociedade se adéqua aos seus moldes que são construídos historicamente. Com o avançar dos tempos, o desenvolvimento e as expansões de toda ordem estipulam convenções, padronizam e reordenam o meio social sob a égide do tempo comercial. Tempo é dinheiro, e o lucro rege as relações sociais, realidade outrora restrita aos espaços urbanos. Atualmente esta delimitação segue o caminho da imprecisão, pois o tempo da roça agora é o mesmo tempo da novela.

Interdisciplinar no uso da memória, o historiador Michel Pollak(1992) a considera como elemento constituinte da identidade, pois atua na consolidação da “imagem de si, para si e para os outros”, e este processo de autoimagem está sempre em metamorfose e em constante disputa (Pollak,1992). Refletindo o movimento dinâmico de construção da memória em dois níveis: o consciente e o inconsciente, em que o indivíduo “grava, recalca, exclui, relembra” num processo contínuo de organização da memória, agindo de maneira seletiva e a proporcionar riqueza de percepções diante de uma realidade social. Diz o autor que a memória é composta por *acontecimentos*, *personagens* e *pessoas*; possui elo na construção da identidade individual e coletiva. Por isso, “existem lugares da memória, lugares particularmente ligados as lembranças, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico” (Pollak,1992). Esses *lugares* ou *acontecimentos* atuam como projeções na organização da memória individual ou coletiva.

A História Oral surge neste bojo metodológico, pois a memória possibilita e estabelece o diálogo entre estudos acadêmicos e narrativas de indivíduos que se mantiveram à margem do saber escrito e letrado, permitindo perceber a visão tanto de “pessoas públicas” quanto de “indivíduos comuns”. A esse respeito apresentamos as reflexões de Santos (2003), quando expõe:

As relações traçadas entre memória e sociedade intensificam-se ao longo do tempo. Com a crise das grandes narrativas da história, abordagens historiográficas substituíram antigas provas documentais por testemunhos orais, tornando a memória tanto objeto de análise quanto método. Sociólogos e antropólogos, cada vez mais, libertam-se do fardo evolucionista assumindo em seu lugar a historicidade que está presente em construções sociais. As memórias coletivas passam a ser sinônimo de representações coletivas que trazem com elas uma dimensão histórica. (SANTOS, 2003, p.12)

A autora nos traz uma premissa cara aos estudiosos da relação memória e sociedade, “com a crise das grandes narrativas da história, abordagens historiográficas substituíram antigas provas documentais por testemunhos orais, tornando a memória tanto objeto de análise quanto método”, a transmissão do saber de si e do mundo, inserindo no conceito *memória coletiva* para o estudo de grupos sociais e manutenção de seu elo com o tempo e o espaço. Dentre os pioneiros temos a contribuição de Maurice Halbwachs (1877-1945) ao analisar o papel da memória como um constructo social coletivo pelo qual os indivíduos constroem e reconstróem seu passado de forma processual, numa relação de troca, tendo as lembranças como eminentemente coletivas. Ou seja, uma linhagem de pensamento na qual envolve seres reais relacionando-se uns com os outros, e suas construções do presente influenciam na produção das lembranças, pois “tudo que lembramos do passado faz parte de construções sociais que são realizadas no presente”. Essa nova configuração do uso da memória como ferramenta sociológica, ao introduzir a noção de memória socialmente compartilhada, os indivíduos recordariam a partir de “quadros sociais”, ou seja, estruturas sociais construídas anteriormente e independente do indivíduo³⁷, sobrepondo práticas sociais e lembrança. Para o autor, “se as imagens se fundem estreitamente com as lembranças, e se elas parecem emprestar às lembranças sua substância, é porque nossa memória não é como uma tabula rasa.” (HALBWACHS, 1968)

O autor observa que as instituições sociais, como aquelas de cunho religioso, político ou econômico, deveriam ser compreendidas por meio de investigação de suas práticas coletivas visando explicar o sistema de códigos e convenções estabelecidas no grupo e fixadas no tempo e no espaço.

Seus estudos sobre memória e a relação entre tempo e espaço dá uma guinada na produção do conhecimento tornando a “memória tanto objeto de estudo, quanto método de pesquisa”, como afirma a pesquisadora Myrian Sepúlveda Santos (2003). O caráter social da memória se torna um ponto inovador para a reflexão dos estudos de sociologia da

³⁷ É salutar a influência da produção sociológica de Émile Durkheim na construção reflexiva e inovadora, em seu tempo, de Halbwachs, em especial sobre a noção de consciente coletivo.

memória, “mesmo que o indivíduo estivesse só, recordaria através de memórias que não seriam só suas. Indivíduos não se lembram por si mesmos e, para lembrarem, necessitam da memória coletiva, isto é, da memória que foi construída a partir da interação entre indivíduos.” (SANTOS, 2003)

Contribuindo para o debate apontamos as reflexões de Guérios (2008), que expõe alguns limites, distorções na aplicação no uso do conceito de memória que a interpretação de Halbwachs teria. Um dos pontos é que a memória ou os fragmentos de memórias não podem ser observáveis, pois é “uma abstração”, por isso ao evocar lembranças estas só adquirem objetividade quando transformadas em material empírico para assim poderem ser investigadas. Neste momento é que a sociologia dialoga com a história ao fazer uso da História Oral e seu papel de objetivação do subjetivo, ao transformar relatos de lembranças e memórias em material empírico, rico em experiências sociais, por vezes, historicamente ocultadas, utilizando técnicas adequadas. “O passado deixou de ser resgatado tendo como ponto de partida uma estrutura pré-determinada e passou a ser compreendido pelo olhar dos grupos sociais envolvidos em sua construção”, e completa: “os trabalhos sobre políticas da memória, assim como aqueles alicerçados na História Oral e na oralidade multiplicam-se, transformando os relatos em objetos de estudo” (SANTOS, 2003).

Nesse sentido, os relatos sobre a História de Vida das famílias aqui estudadas nos possibilitarão perceber como agem no processo de rememoração se sua trajetória sem as barreiras da estrutura linear e cronológica imposta pela relação História e Memória, apontando, assim, sua relação com o espaço em que habitam e interagem, proporcionando uma “conversa” entre os relatos dos entrevistados e a história oficial.

A Memória flerta ainda com os estudos da imagem, seja parada ou em movimento, pois “o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social” (CELLARD, 2012) e possui o poder de sintetizar a representação de si ou do outro, seus elementos culturais e identitários num click fotográfico. Configuram *vestígios mnemônicos* (LE GOFF) que acionam a memória na forma de imagem, no relembrar de situações ou experiências de si e de outros ali representados.

Para as Ciências Sociais, essas questões têm aproximado metodologia e técnica de pesquisa no campo qualitativo, conforme observa Guran (1990). O uso de imagens na pesquisa em Ciências Sociais pode ser de dois tipos: a) a fotografia feita com objetivo de se obter informações; e b) a fotografia feita para demonstrar ou enunciar conclusões (Guran, 2000, p.155). A utilização da fotografia nos informa sobre o campo de estudo, a relação tempo e espaço e o papel da produção de memória naquele contexto. O *corpus fotográfico* expõe através do tempo “congelado”, ora *emique* a partir da óptica do agente de pesquisa sua perspectiva sobre sua trajetória, como vivem, seu cotidiano e sua paisagem. Outra, do *etique* olhar do pesquisador diante daquela realidade social

conciliando tanto cuidados técnicos e com registro mais espontâneo possível dos agentes. Para o autor, “uma distinção fundamental a ser considerada na análise do material fotográfico é a natureza *emique* ou *etique* da imagem”.

O uso da imagem fotográfica indica sua dupla função, corpus de pesquisa pode ser simultaneamente instrumento de pesquisa e compor o próprio objeto de pesquisa. Em ambas as modalidades, nada impede que uma mesma imagem, seja ela *emique* ou *etique*, cumpra diversos papéis durante a pesquisa e na demonstração das conclusões. Assim, a fotografia acaba por inserir outras dimensões à análise, como aponta Caiuby Novaes:

O uso da imagem acrescenta novas dimensões à interpretação da história cultural, permitindo aprofundar a compreensão do universo simbólico, que se exprime em sistemas de atitude por meio dos quais grupos sociais se definem, constroem identidades e apreendem mentalidades. (...) Certos fenômenos, embora implícitos na lógica da cultura, só podem explicitar no plano das formas sensíveis o seu significado mais profundo. (NOVAES, 1998, p.116)

Neste campo de pesquisa foi possível registrar, por meio de fotografias e vídeos, um importante processo de alteração social, a partir de uma memória visual tanto do grupo familiar e da região, aquelas “de dentro” através das fotografias familiares (álbuns de família, documentos pessoais), acontecimentos e eventos; quanto “de fora”, externo a ele, por meio das fotografias com o olhar do pesquisador, embora com base no registro oral dos lugares e práticas culturais significativos aos indivíduos. Estes lugares foram identificados mediante as entrevistas e a observação participante, lugares naturais e sociais fotografados em dois momentos o pré-empreendimento e pós-empreendimento, quando possível. A riqueza empírica deste material *per se* já configura um vasto campo de pesquisa que poderá ser utilizado posteriormente. Neste trabalho há fragmentos de representações sociais individuais e coletivas por meio de imagens que, em silêncio, narram o processo de mudança daquele meio social das cachoeiras e grutas ao espelho d’água que forma 30 metros acima o lago. Pierre Bourdieu (2002) assinala que as fotografias representam um “sociograma leigo” e o estabelecimento de relações e papéis sociais, por vezes, emite na imagem a presença das relações de poder demarcadas no tempo e no espaço.

2 O TEMPO E O ESPAÇO DAS FAMÍLIAS, SUA MEMÓRIA SOCIAL

2.1 Convívio com o Rio Tibagi

Nesta pesquisa, com o decorrer das atividades em campo foi possível perceber nas conversas e entrevistas que perguntas referentes à sua vida aproximavam as pessoas e diminuía o receio de “falar coisa errada”. Ao relembrar causos, situações rotineiras ou marcantes, surgiam suas memórias do lugar, do meio social e natural de sua morada. O Rio Tibagi esteve presente tantas vezes e, em tantas as falas, sobre o passado ou sobre o presente. As lembranças de infância, de trabalho, da fé, do mito, da mudança, trazem a presença do rio como recorrentes. Quando em grupo, nas conversas, os fragmentos de memória vão ganhando forma à medida que uma pessoa expõe suas lembranças, esta narrativa ao envolver outra pessoa ali presente tem sua memória também acionada. Essas memórias passam de individuais para coletiva na interdependência de experiências e passam a compor a memória compartilhada entre aquelas pessoas sobre aquele lugar. O campo de pesquisa inseriu um dado que é central nesta análise, pensar as diversas configurações sociais em que o Rio Tibagi foi testemunha e a sua maneira participante.

O Rio Tibagi presenciou em seu curso ao longo do tempo o constante avançar não apenas das águas, mas também do ser humano sobre a natureza. Por ele passaram pessoas, animais, alimentos, minérios. Acompanhou a expansão humana e as implicações deste avanço. Seus bens naturais explorados para subsistência, ou para produção de energia. No decorrer dos ciclos naturais e sociais, essa construção social é redefinida por grupos sociais diversos que constituíram na bacia do Tibagi e região sua morada.

A cultura indígena é uma delas, a primeira. Cabe dizer, naquele espaço geográfico construíram seus saberes compartilhados, com seus próprios conflitos e divergências com suas práticas sociais, seu modo de vida, seus mitos. A cultura Kaingang representa uma dentre tantas que por ali passaram. Outrora “viviam nas florestas em toldos e acampamentos que estabeleciam nos campos existentes nas imensas florestas de araucária”. A floresta fornecia o suficiente, “viviam da caça, pesca, mel, frutas, raízes e larvas; produziam milho, abóbora, amendoim e feijão em roças de coivara” (TOMMISINO, 2011).

A mitologia Kaingang tem na tradição da oralidade e na vivência meio de compartilhamento do saber. Seus mitos trazem sua estreita relação com o meio natural, com a terra e com o Rio Tibagi. Um deles narra o tempo do grande dilúvio, a invasão das águas que cobriram por completo a terra habitada³⁸, como identificado no trecho que segue:

³⁸ Referência às consequências do material por Telêmaco Borba entre os Kaingang da bacia do Tibagi no final do século XIX. Fonte: NIMUENDAJU, Curt. As lendas da criação e destruição do mundo como

Em tempos idos, houve uma grande inundação que foi submergindo toda a terra habitada por nossos antepassados. Só o cume da serra Crinijimbé emergia das águas. Os Cainganges, Cayurucrês e Camés nadavam em direção a ela, levando na boca achas de lenha incendiada. Os Cayrurucrês e os Camés, cansados, afogaram-se: suas almas foram morar no centro da serra. Os Cainganges e alguns poucos Curutons, alcançaram a custo, o cume de Crinijimbé, onde, uns no solo, e outros, pela exigüidade de local, seguros aos galhos das árvores; e ali passaram muitos dias sem que as águas baixassem e sem comer; já esperavam morrer, quando ouviram o canto das saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-a na água que se retirava lentamente. (...) Depois que as águas secaram, os Cainganges se estabeleceram nas imediações de Crinijimbé.” (TOMMISINO, 2011, p.10 APUD BOUTIN, 1908: 20-21).

Recontado por seus descendentes, expõe reminiscências compartilhadas e configura também base de sua identidade, resguardada pelos mitos. Na passagem “*pelas saracuras que vinham carregando terra em cestos, lançando-as na água*” narra sua chegada ao lugar escolhido para o grupo se estabelecer, a morada do grupo após o *grande dilúvio* é um lugar construído simbolicamente e que sintetiza a identidade do grupo, a transmissão do conhecimento pela oralidade se mantém, evitando o esquecimento de seus laços identitários.

Estudos apontam a presença de populações indígenas no Paraná, várias etnias como os Kayowá e os Kaingangs³⁹. Mapas e documentos do século XVIII registram a presença de grupos indígenas pela bacia do Tibagi. Esses documentos possibilitam identificar tanto a presença indígena pela região quanto perceber a preocupação em conhecer a localização destes grupos por parte do colonizador. É o caso do registro de uma expedição de reconhecimento da bacia do Tibagi, realizada pelo sertanista Lopes e o cartógrafo Elliot e seus relatos sobre o contato com indígenas diz:

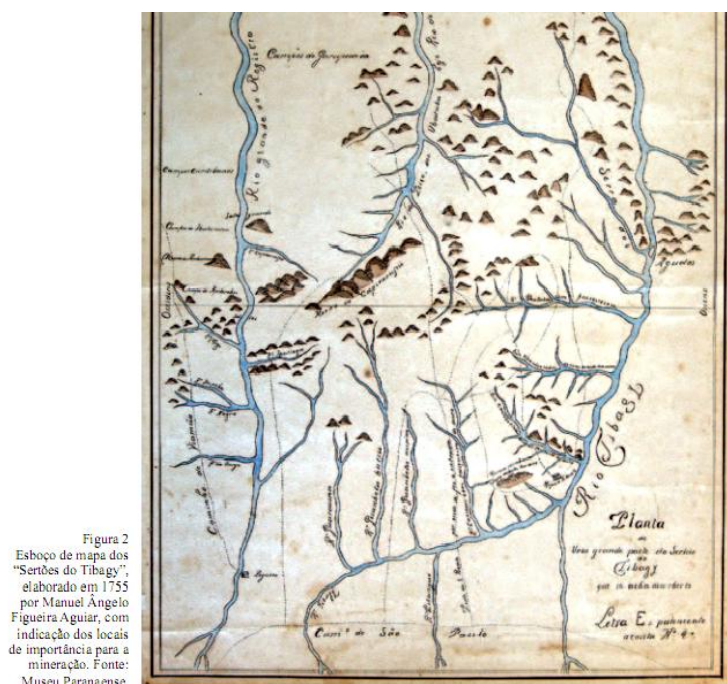
fundamentos da religião dos Apapocúva-Guarani. São Paulo, Hucitec-EDUSP. 1987. e Etnografia e indigenismo. Sobre os Kaingang, os Ofaiê-Xavante e os Índios do Pará. Campinas, Ed. da UNICAMP. 1993.

³⁹ O Estado do Paraná possui hoje 18 Áreas Indígenas (AIs) onde vivem os Kaingang, os Guarani e alguns remanescentes dos Xetá. As AIs onde vivem os Kaingang são: Apucarana (município de Londrina), Barão de Antonina (São Jerônimo da Serra), São Jerônimo (São Jerônimo da Serra), Queimadas (Ortigueira), Mococa (Ortigueira), Marrecas (Guarapuava), Rio das Cobras (Laranjeiras do Sul), Palmas (Palmas), Manguieirinha (Manguieirinha), Ivaí (Manoel Ribas) e Faxinal (Cândido de Abreu). Os Guarani vivem nas seguintes AIs: Laranjinha (Santa Amélia), Pinhalzinho (Tomazina), Ocoí (São Miguel do Iguçu), Cotinga (Paranaguá), Tekohá Añetete^{39[2]} (Diamante D'Oeste) e ainda nas TIs kaingang de São Jerônimo, Manguieirinha e Rio das Cobras. O fato de viverem em algumas TIs kaingang se explica por razões históricas: de um lado, os Guarani não receberam terras próprias do governo e, de outro, os Guarani (já pacificados anteriormente) foram utilizados pelos governos imperial e republicano como anteparo estratégico nos processos de conquista dos Kaingang arredios de toda a região. Uma vez conquistados os Kaingang, os Guarani permaneceram nas mesmas terras delimitadas das colônias indígenas do Império (colônias indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo) e, depois, das reservas indígenas criadas no início do século XX pelo governo republicano. Os Kaingang falam a língua kaingang que pertence à família jê. Os Guarani falam a língua guarani que pertence à família tupi-guarani. No Paraná vivem três grupos dialetais guarani: os Nhandéva (Nhandéva; Chiripá), os Kaiová (Kayová; Kaiwá; Kaiowá) e os Mbyá (Mbüá; Mbiá). Na região norte do Estado vivem grupos nhandéva e kaiová. Informações obtidas no artigo: OS KAINGANG E OS GUARANI NO PARANÁ: INIMIGOS MÍTICOS NO PASSADO, ALIADOS POLÍTICOS NO PRESENTE, de Kamyie Tommasino – UEL, 2011.

depararam em 1830 com índios *Kayoá*, encontraram os *Tañiguá* e os *Oguauíva*, aldeados pelo governo no ano de 1837 entre os rios do Peixe e Itariri. Teriam vindo *d'além Paraná*, segundo lhe contaram; atravessaram o rio Paraná, abaixo da barra do rio Ivaí, subiram este rio até as ruínas de Vila Rica, transpuseram sua margem direita e dirigiram-se para o Tibagi. (Tommisino, 2011, p.16 *apud* Nimuendaju, 1987, p.11-12)

A presença humana na bacia do Tibagi acelerou e com ele o desenvolvimento mais ou menos acentuado pelo seu trajeto. O garimpo paulista de Pedra Branca e suas minas de diamante e ouro⁴⁰ é um exemplo. Diamantes e ouro explorados por toda sua extensão eram descritos como “*Uns de cor do reino, outros brancos, cor de prata e amarelos de ouro*”.⁴¹ informando a existência de um lugar a ser explorado e significou ganho econômico, para alguns. É o caso da extração de 12 oitavas (46g) por negros escravizados de um morador local, em 1755. Fato que incitou a elaboração do primeiro mapa feito da região, os *Sertões do Tibagy*. Nele constam os pontos de maior ocorrência de ouro e diamante pelo seu curso, as *faisqueiras* espalhavam-se por todas as vertentes do rio. (FIGURA 1)

FIGURA 1 – “SERTÕES DE TIBAGY”, MAPA COM PONTOS DE MINERAÇÃO DO RIO TIBAGI, ELABORADO EM 1755.



⁴⁰ Fonte: “Última Aventura no Garimpo”, de Luiz Leopoldo Mercer, pesquisa online.

⁴¹ O estudo “Diamantes do Tibagi no Paraná” de Antonio Liccardo; Tiago Augusto Barbosa & Karin Linete Hornes, 2012 indicam alguns interesses em explorar o rio Tibagi e nos diz: “Em 1802, Martim Francisco Ribeiro de Andrada (irmão de José Bonifácio) esteve na região em expedição científica examinando os córregos Monjolo, Faisqueira, Fortaleza, São Domingos, Santa Rosa, Borges e quase todos os braços do Tibagi em ambas as margens”. Mercer, E.A.; Mercer, L.L. História de Tibagi. 1943 (Disponível no Museu Histórico de Tibagi)

Uma das funções de elaborar mapas com a geografia da bacia é tornar visíveis possíveis ganhos econômicos em investir naquela região, para isso, é preciso desbravar suas características naturais e sociais, vencer condições adversas do clima ou de adaptação ao meio. O “El Dorado paranaense” adquiriu status de terra promissora ainda nos anos de 1754, disseminou a fama que despertou interesses diversos em colonizadores de toda ordem⁴².

Na bacia do Tibagi, que corta o município de Ortigueira (MAPA 1), seu primeiros povoados formaram-se em torno da demanda de pousos e alimentação dos garimpeiros e comerciantes da bacia do Tibagi e os tropeiros que se dirigiam ao Caminho de Viamão. A ocupação se concretiza por meio da pecuária nos primeiros latifúndios no fim do século XVIII e XIX. No início do século XX, agrupamentos de pessoas se instalaram num outeiro chamado Monjolinho, formando ali um pequeno povoado, em terras então pertencentes ao Município de Tibagi. Uma área entorno de 300 alqueires de terra, um espesso taquaral seco, que foi queimado para o plantio de povoação, desde então, passou a ser conhecida por Queimadas. Esse avanço de ocupação territorial significou para as comunidades indígenas a delimitação de algumas terras indígenas – Mococa e Queimadas⁴³. (RELATÓRIO, 2007)

Descortinado esse cenário, passaremos para a aproximação dessa construção sócio-histórica do Rio Tibagi com a trajetória de famílias que se mantêm na região há várias gerações: Família Schneider e Família Cordeiro. Estas famílias concentraram suas atividades produtivas e sociais no meio rural, seja para subsistência ou para troca, mas mantendo relações com o meio urbano. A figura do rio Tibagi se apresenta de forma mais ou menos contundente de acordo com a configuração social. É na bacia do Tibagi que ambas vivenciaram experiências semelhantes. O êxodo rural crescente e contínuo de familiares; o plantio, a pesca ou o garimpo para os homens e lavagem de roupa, banhos e pesca para as mulheres. Seja para o trabalho ou divertimento acompanharam os períodos de secas e cheias do rio Tibagi, seus pontos de plantio e pesca. A grande queimada dos “baianos” do garimpo; a mudança dos “picadão” na mata por estradas de terra; a chegada da usina e suas implicações.

O material de campo nos permitiu a reconstrução objetivada de suas trajetórias, suas percepções individuais e compartilhadas sobre o modo de vida e suas dinâmicas de produção social da memória. Neste sentido, em suas narrativas, “os indivíduos estariam interagindo entre si segundo uma reflexividade nova, aberta ao risco e as novas

⁴² Estudos apontam que ao fim do século XVIII instala-se a colônia indígena de São Pedro de Alcântara com objetivo de catequizar os índios ali presentes, seus territórios seguiam o curso rio Tibagi. (p.193)

⁴³ Sobre essas Terras Indígenas, foi elaborado documento – Elaboração de Estudos Sócio-Ambientais nas Terras Indígenas de Queimadas e Mococa como atendimento ao Termo de Referência Funai- Ofício n. 235/CMAM/CGPIMA/2006 – Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC – 2007.

constelações sociais, partem do pressuposto de que o passado que existe é aquele que surge através das narrativas do presente [...] o passado que existe, se existe, é inerente à ação social.” (SANTOS, 2003) possibilitando-nos, assim, compreender o campo estudado do ponto de vista de quem narra.

Guardadas as devidas proporções, ambas compartilharam no Rio Tibagi experiências semelhantes com visões de mundo diferentes. Práticas sociais que se delinearam por caminhos diferentes como a relação com a terra, com a família ou com a fé que se reaproximaram com a eminência do empreendimento e a necessidade de contar sobre si para um outro, em tempos de mudança. Apresentam-se aqui a construção e reconstrução do tempo vivido, e do tempo não vivido, suas *configurações sociais* e relações estabelecidas com o lugar de morada. Cabe ressaltar que essas experiências de vida, ao serem narradas, contêm também sua subjetividade interpretativa, tanto por parte do entrevistado quanto do pesquisador, característica presente em toda análise de base qualitativa.

2.4 “O BAIRRO DOS ALEMÃO” - FAMÍLIA SCHNEIDER

Seguindo pela estrada de “chão batido”, contornamos a cadeia de montanhas que cortam a região. Trechos de estrada de boa qualidade e sem buracos ou lamaçais. Inserida na parte alta, chegamos à localidade de Sulfurosa, outrora conhecida como “*bairro dos alemão*” (pela quantidade de descendentes de imigrantes na área com um mesmo tronco familiar). Depois de várias tentativas para coincidir a disponibilidade dos entrevistados com a nossa presença em campo, enfim, naquele domingo de sol nos encontramos com os integrantes da Família Schneider. Em uma das propriedades da família, inserida às margens da estrada, estão as terras herdadas dos pioneiros imigrantes alemães desde sua chegada ao Brasil, como nos informam Sr. Augusto e Sr.^a Edenir. Estes nos receberam⁴⁴ na varanda da casa e tão logo feitas as apresentações gerais sobre o encontro iniciamos as entrevistas⁴⁵. Sr. Augusto, brasileiro, filho de alemão, teve acesso ao letramento, aposentado exerceu funções de: presbítero, agricultor, pecuarista, garimpeiro e serviu às forças militares quando jovem. Sr.^a Edenir, esposa, brasileira, filha de alemães, aposentada e exerceu a função de professora, lecionando em escolas ligadas à Igreja Presbiteriana pela região. Nascidos na região, casados há mais de 40 anos, são primos diretos; tiveram seis filhos⁴⁶.

O casal demonstrou curiosidade pela característica do nosso trabalho - ouvir histórias. No início, percebemos as queixas do Sr. Augusto por “andar muito esquecido” e não lembrar mais do tempo passado – “não me lembro de muita das coisas”, dizia. No entanto, com o avançar das perguntas foi lembrando, e sendo lembrado, do seu tempo de garimpo; do plantio de café, de cana-de-açúcar; das porcadas e das pescarias com o pai. Lembrou ainda de seu casamento e de que são primos; a construção daquela casa, há 48 anos, encomenda que fez ao amigo. Esquecera os causos do “tempo dos antigos” que contava quando jovem, seu filho Divonei ajudava-o, acionando a memória tanto do pai quanto da mãe, ao recontar as histórias que ouviu. A Sr.^a Edenir, ao lembrar do que sua mãe lhe contava, expôs, *“então, a história dele é a minha. Mistura... e daí minha mãe era filha do irmão do pai dele, né. Os nossos pais, nossos eram irmãos. O pai da minha mãe e o pai dele eram irmão. Eu, eu lembro assim as vezes como ele lembra. Como ele tá*

⁴⁴ A entrevista foi realizada em julho de 2012, em conjunto: Sandra Ramalho, sociologia coordenadora do projeto e Neli Gomes da Rocha.

⁴⁵ Durante o encontro realizamos entrevistas individuais com Sr. Augusto, Sr.^a Edenir, Sr. Divonei, ora individuais, ora em grupo e as seguidas conversas não gravadas, como durante o almoço a entrevista foi interrompida e deu lugar as conversas na cozinha e após na varanda da casa e no passeio realizado pela propriedade.

⁴⁶ Os filhos à medida que cresciam, casavam-se e seguiam seus caminhos, ora investindo na emigração para centros urbanos, ora construindo pequenas residências de madeira dentro da propriedade até conseguirem comprar seu próprio “pedaço de chão” fora ou pela região.

contando, é o que eu sei também. E daí ela contava que, tipo dessa história dos antepassado, né".

Para seu filho, Sr. Divonei, nossa presença criou certa ansiedade. A expectativa em contar a história de sua família, em suas palavras, *"contar nossa história que é mais importante por ser mais antiga, colonizadora do lugar"*, como forma de reconhecimento de sua trajetória na região desde a colonização, quando *"tudo era só mato"*, dizia ele. Sr. Divonei Schneider, 41 anos, agricultor e presidente associação de moradores, foi o único filho que continuou morando naquela propriedade com sua família nuclear em uma pequena casa ao lado da casa dos pais. Sua saída aconteceu quando conseguiu adquirir a própria terra e pelo divórcio.⁴⁷ Desde 2007 esteve envolvido diretamente, a partir da Associação de Moradores, nas relações entre moradores e empreendimento. Em conjunto com outros moradores, identificou os moradores que teriam direito à indenização, acompanhou as negociações individuais com o empreendimento e possíveis desacordos. Em 2009, participa das negociações com o empreendimento. Separa-se da esposa a contragosto dos pais e inicia relacionamento com Silmara, então com 18 anos. Em 2010-2011, iniciamos nossas atividades em campo e a figura de Divonei foi muito presente. Em diversos momentos, ativo e à frente nas questões, envolvendo a associação. Em 2012, na associação, com grande parte das questões encaminhadas passa a conciliar os trabalhos da associação e com os de agricultor. Em 2013, outra adaptação, com recebimento da indenização, a nova casa, recém-casado e filha recém-nascida, a intenção é retornar integralmente ao meio rural como agricultor⁴⁸ e deixar as atividades com a Associação de Moradores.

Podemos perceber nesse seu processo sua transição de agricultor filho de presbítero e professora, caminhar para o papel de liderança de um grupo, seguido de novo retorno ao manejo da terra. Em um curto espaço de tempo presenciou um processo de mudança individual e coletiva na região, estas têm implicações na sua percepção sobre a dinâmica de vida no campo, afinal, este sujeito adquiriu a experiência de negociar, articular, propor, argumentar e transitar pelos mais diferentes espaços sociais. O retorno ao meio rural certamente não será visto da mesma maneira que inicialmente, sua vivência e acúmulo de conhecimento o tornaram apto tanto a negociar com engenheiros e técnicos do empreendimento e questionar informações ou posicionamentos, quanto a ter domínio sobre as técnicas do plantio, ou seja, tem o conhecimento de o que e quando plantar. A nosso ver, sua postura expressa uma consciência do sujeito sobre a importância em tornar

⁴⁷ Separou-se da esposa em 2009, deixando a casa onde morava para a família nuclear, a esposa e filhos.

⁴⁸ Em janeiro de 2013 fizemos uma visita, sem agendar, para visitá-lo e entrevistá-lo novamente e encontramos sua atual esposa cuidando da casa e da filha com 3 meses, sua plantação de milho pronta para ser colhida e as visitas de moradores a sua procura. As atividades da associação são realizadas em sua casa, improvisadamente, pois não há mais escritório e sem caixa.

pública sua trajetória familiar, tanto pelo reconhecimento público deste “valor familiar” quanto a possíveis perdas de status ou distinção social do grupo familiar diante da configuração social. Esta consciência de si, do outro e a mudança sociocultural ali instalada⁴⁹ foram identificadas em campo como algo presente nas ações de Sr. Divonei, com maior evidência, e em outros familiares de forma menos contundente, como a Sr.^a Nair e Sr. Felipe, ambos, pela da manutenção da religiosidade na família.

Considerando que o acesso à propriedade no Brasil rural de 100 anos atrás configura um elemento distintivo no meio social, para aquele grupo familiar de colonos imigrantes ter propriedade e residência os insere em um lugar social diferente de outros grupos que se estabeleceram na região ao longo do tempo e fizeram da posse sua possibilidade de manejo da terra. Aquela propriedade, originalmente, corresponde a uma das mais antigas *terras da família*, área com acesso tanto ao Rio Tibagi e nascentes quanto à estrada principal. Na parte alta, cercada com arame por toda sua extensão, em seu interior há: uma casa pequena, sede da Igreja Presbiteriana do Brasil na região; uma estrutura coberta, com banheiros, cozinha e espaço aberto (local onde ficava a escola e passou a ministrar exclusivamente leituras bíblicas e reuniões da igreja); um curral de madeira antigo, utilizado para marcar o gado; área de pastagem de gado; a residência central; há, ainda, outras duas casas pequenas de madeira, outrora habitadas por parentes; e ao fundo da propriedade, o córrego foi represado e ali construído uma fonte para celebrações da família, em especial religiosas, como aniversários, batismo e casamentos.

A residência principal possui a estrutura em madeira, ampla e espaçosa, inúmeros detalhes que remetem à contribuição da cultura alemã, construída por encomenda do Sr. Augusto a um morador próximo. Com característica arquitetônica alemã, foi construída há quase 50 anos, precisamente 48 anos. Fora desmontada e remontada, ampliada e reformada, mantendo, contudo, suas características iniciais (embora adaptada aos utensílios domésticos mais modernos como geladeira, fogão, micro-ondas, entre outros). É similar a outras residências pertencentes a outros membros da família na região, e presente, também, em outras localidades com ocupação germânica no Brasil. Manteve sua localização e estrutura, a propriedade não foi atingida em sua totalidade pelo empreendimento, apenas uma pequena parte que margeava o rio⁵⁰, portanto, sem a necessidade de realocação.

Inúmeras celebrações familiares ali foram realizadas e atua como um elemento socialmente distintivo, pois agrupa elementos simbólicos que os diferenciam de outros

⁴⁹ Outro tema de pesquisa não aprofundado que pode ser melhor investigado em outros trabalhos.

⁵⁰ Quando o morador possui uma pequena área atingida pelo empreendimento, não há obrigatoriedade em retirar-se dela, configurando um atingido indiretamente, ou parcialmente.

contextos. Celebrações e cultos ocorrem com frequência e configura um espaço de sociabilidade familiar em atividade, a casa é um espaço e símbolo visível da presença de um grupo familiar que ocupa um determinado lugar, Segundo Sobral (1999)⁵¹, “é um espaço que é, por isso, uma base da memória, um símbolo identitário, além de uma fonte de recursos. Compreende-se assim o relevo dado por estas famílias a um patrimônio que é (a) sua propriedade e de que a parte mais visível é a sua residência e a propriedade fundiária.” (SOBRAL, 1999)

A família tem forte relação com a religiosidade, desde sua vinda com os pioneiros, em grande medida ainda possui centralidade nas relações estabelecidas no Brasil. Compartilharam práticas sociais em torno da escrita bíblica, valores e ritos como batizados, casamentos, cultos e atividades da igreja refletindo-as em suas ações coletivas, na divisão de atividades cotidianas e nos lugares socialmente estabelecidos aos homens e mulheres, adultos e crianças, solteiros e casados. Na divisão social do trabalho em geral, aos homens destinava-se o papel de “desbravadores” executando as atividades externas, seja na lavoura, na pecuária, na comercialização de produtos ou no espaço religioso; às mulheres, a responsabilidade com os afazeres domésticos, a criação e alfabetização das crianças (foram alfabetizados na escola da propriedade), atividades nas lavouras quando necessário e organização das igrejas, concentrando ações no espaço privado, no espaço da intimidade.

Na perspectiva do trabalho na terra as narrativas apontam para a ocupação e exploração dos recursos naturais de formas variadas. A agricultura familiar desde o contexto de chegada envolveu os familiares numa relação de produção predominantemente coletiva e de certa maneira “fechada em si mesmo”, com a participação de homens e mulheres na lavoura principalmente de café e cana-de-açúcar. Nas terras baixas, o plantio e o garimpo ocuparam importante espaço como fonte de renda, o excedente da produção e os diamantes encontrados no rio eram vendidos e revertidos na aquisição de novas terras. Nas terras altas antigamente havia uma vasta mata de araucárias com suas criações de porcos à solta, denominada “porcadas”, indicando o sistema safrista⁵². Chegado o tempo de abate, os porcos eram levados pelos caminhos até o ponto de venda mais próximo. Aproveitando a viagem, seguiam também, o café, o açúcar, a cachaça e a banana, produtos do trabalho de toda família na propriedade. Há relatos sobre o destino dessa produção para pontos mais urbanizados de Ortigueira, antiga Queimadas, nos informando sobre a divisão social do trabalho dentro da família,

⁵¹ Fonte: José Manuel Sobral e seus escritos sobre o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira, Lisboa, 1993.

⁵² Maiores detalhes sobre esta modalidade de trabalho rural, CHANG, Man Yu. 1988. **Sistema Faxinal: Uma Forma de Organização Camponesa em Desagregação no Centro-Sul do Paraná**, Londrina: IAPAR.

sendo pensada desde a sua produção ao escoamento. É o que constatamos nas falas a seguir:

SR. AUGUSTO: “Acredito que tem alguma coisa ainda lá. **Eles tiravam a água do rio Tibagi, pelos saltos, pelo seco a água para cair nas rodas pra trabalhar, os maquinário. E ele se agasaiô ali e montou um, um engenho ali, para, para um alambique, para, para construir pinga, e açúcar, essas coisas, mexe com cana. Dali ele cortou uma picadona passando por esses meio aqui e foi pra Ortigueira. Porque na Ortigueira já tinha um vendinha. Já tinha uma cidade ali. Naqueles tempos era Queimada, porque eles tacaram fogo, queimou tudo o lugar então punharam o nome de Queimada, não era Ortigueira. Mas já tinha armazém lá, naquele lugar né. Então ele ia se abastecer lá por picadão por baixo do mato. Então, daí eles... com, com, com o tempo ele conseguiu mais uns animal, uns burro, sabe? E fazia aquelas bruaca de, de couro de boi... e...**

SR.^a EDENIR: Ela (a mãe) contava que era muita luta, muito problema, muita dificuldade. **Eles faziam plantação de café, mexiam com cafezal, um cafezal enorme, lá em baixo na beira do rio. Nós chegamos a conhecer lá. Nós chegamos sim a ver os cafezal.** Eles tiravam a água pelo seco. Tudo manual, tudo eles que faziam. Os mais velhos contavam muito. Soube que os mais velhos se comunicavam com os índios, eles aprenderam um pouco da língua dos índios.

MEDIADORA NELI : QUAL A PROFISSÃO DE SEUS PAIS E AVÓS?

SR. AUGUSTO: **Meu avô era ferreiro e meu pai mexia com agricultura, a vida dele era plantá colhê.** Do meu avô não tenho lembrança. Ele... meu avô é o seguinte: meu avô era ferreiro. Ele só trabalhava com, com ferraria.

O meu pai já era prebisteriano, do meu avô eu não tenho lembrança. Hoje eu sou presbítero. Uma grande parte da família foi, sempre crente. Nós temos duas igrejazinhas que nós congrega.

(SR. AUGUSTO SCHNEIDER e SR.^a EDENIR SCHNEIDER. ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2010) (grifos nossos)



FIGURA 2 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER – REGISTRO DO CAFEZAL PLANTADO NAS TERRAS DA FAMÍLIA. SR.^a LURDES SCHNEIDER (PRIMEIRA À DIREITA) COM 18 ANOS
AUTORIA DO FOTOGRAFO CONHECIDO COMO BAIANINHO. DATA DESCONHECIDA.
DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DA ROCHA - ANO 2012

As redes de sociabilidade aparecem circunscritas ao ambiente religioso e familiar ora representado nas atividades de trabalho, pelo manejo da terra, pecuária e o garimpo; ora, exposto nas organizações de cultos e celebrações festivas apontando o papel da fé no agrupamento daquelas pessoas, por exemplo, por meio de cultos realizados nas casas dos fiéis pela região ou nos encontros realizado à beira do rio como espaços de lazer. Sobre esse aspecto, apresentamos algumas percepções:

DONA NAIR: E... era um lugar muito abençoado, antes isso aqui. A gente também pensava, a gente trabalhava na igreja né? Lugar aonde... é... dando prosseguimento ao trabalho do vovô né? A igreja presbiteriana...

MODERADORA SANDRA: A religião presbiteriana perpassa todas as gerações da família?

DONA NAIR: **Aqui mais a presbiteriana né? No início a presbiteriana, agora já tá bastante diversificado.**

MODERADORA SANDRA: Mas sempre protestante?

DONA NAIR: Sim, sempre protestante. A igreja, a família era protestante, né?

MODERADORA SANDRA: Desde que vieram da Alemanha?

DONA NAIR: Desde que vieram da Alemanha.

MODERADORA SANDRA: **Uma coisa que eu observei, é que as, as igrejas, são dentro dos sítios, das propriedades e as fotos mostram que eram usadas inclusive pra fazer confraternização das famílias, casamentos...**

DONA NAIR: **É uma tradição né? Já vem uma tradição da família Schneider acho. Deve ser.**

DONA NAIR: É. Geralmente uma pessoa que tinha sítio, como na casa do meu pai, do meu tio Manoel, do meu pai Ernesto Sales dos Santos, eles cediam um espaço para a igreja. Doavam um pedaço de terra. Como aqui no sítio do meu sogro, Eduardo Schneider, é... ele cedeu pra igreja protestante, a igreja presbiteriana, um pedaço de terra, né vó Lurdes?"

DONA LURDES: Foi.

DONA NAIR: É, doava, faz a igreja lá no meu sítio, no meu terreno, e era uma tradição, com certeza vem dos primeiros.

MODERADORA SANDRA: **E já fazia a escola junto? Até as escolas ficavam dentro dos sítios, dentro das fazendas...**

DONA NAIR: **Já fazia junto, inclusive eu fui professora aqui na igreja, vários tempo. Eu acho que eu tenho aluno aqui. Que alguém que foi o meu aluno quando eu dava aula aqui, eu acredito que tem.**

DONA NAIR: Eles tiveram dificuldade, então foi uma, uma coisa que ficou e continua até hoje. Era muito, eu perdi meu pai quando eu era muito criança ainda. Apenas com doze anos então a gente aprendeu muito pouco sobre isso aí. Mas geralmente a gente via igrejas no, no terreno né? Como a igreja de Natingui, era na é, no sítio do meu tio.

DONA NAIR: **Até nós tínhamos um lugar aonde a gente fazia retiro espiritual. Assim um lugar bem rústico, mas um lugar aonde a gente reunia o pessoal pra algumas atividades da igreja. E agora a gente perde todo o espaço. Pra mim o que mais me preza, é o trabalho da igreja. Outra coisa é o, é o afinco, o apego familiar que a gente tinha né? Saí... andá três horas, quatro horas pra, pra visitar o parente, um irmão e orar. Lá longe. Isso aí fazia parte da nossa família, uma tradição de família.**

(NAIR SCHNEIDER, 56 ANOS e LURDES SCHNEIDER, 80 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM FEVEREIRO 2011) (grifos nossos)

Dentre as inúmeras questões tratadas no trecho acima nos ateremos sobre as redes de sociabilidades para além do grupo familiar consanguíneo, e inclui também a formação de grupos de oração existentes nesses espaços com igreja e escola inseridas dentro da propriedade. **"E agora a gente perde todo o espaço. Pra mim o que mais me preza, é o trabalho da igreja. Outra coisa é o, é o afinco, o apego familiar que a gente tinha né? Saí... andá três horas, quatro horas pra, pra visitar o parente, um irmão e orar. Lá longe"**. Estas narrativas de Sr.^a Nair Schneider expõem esta relação da família e a religiosidade, inicialmente presbiterianos **"aqui mais a presbiteriana né? No início a presbiteriana, agora já tá bastante diversificado"** diz a Sr.^a Nair. A fé possuiu papel elementar para a coesão e no nível de solidariedade do núcleo familiar atuando como "cimento" agregador da família, como afirmam os mais velhos.

No acervo familiar encontramos diversas imagens que registram os encontros religiosos pela região, nos chama a atenção tanto os formatos das casas como os números de jovens e crianças (FIGURA 3 E 4).



FIGURA 3, 4 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER
REGISTRO DE CULTOS REALIZADOS NAS RESIDÊNCIAS DOS “IRMÃOS” DA REGIÃO
AUTORIA: FOTOGRAFO CONHECIDO COMO BAIANINHO. DATA DESCONHECIDA.
DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DA ROCHA - ANO 2012

É recorrente a narrativa sobre o casamento endogâmico, justificado pela manutenção dos valores da família e da bíblia (devido à crença que o divórcio⁵³ é pecado, por exemplo); este dado reforça a ideia de que as primeiras gerações de famílias colonas rurais pouco interagiam com a população local e se “mantinham fechadas em si mesmo”. **“Os Schneider das primeiras gerações não se misturavam muito, coisa de fé, de sangue”** afirma a Sr.^a Edenir (o que é reforçado por outras mulheres e homens da família). As práticas religiosas em celebrações, cultos e orações pela região, característica que é lembrada como algo do passado, entre os mais velhos. Nesse bojo surge também a crítica às gerações posteriores que não seguem mais esta prática e acabaram **“se misturando muito, tanto nos casamentos quanto na fé”**, narram os mais velhos em tom de denúncia.

Mesmo ressaltando essa mudança em relação ao matrimônio, notamos que as lembranças são seletivas, em nenhum momento surgiu exemplos de possíveis filhos fora do casamento ou abandono de preceitos religiosos por aqueles que deixaram o meio rural e a família, mesmo considerando o alto nível de êxodo rural entre os familiares. É o cuidado em manter internamente temas conflituosos em silêncio.

Outra característica a se ressaltar dessa configuração familiar é o acesso ao letramento, impulsionado pelo domínio da matemática para o controle do escoamento da produção (encontramos inúmeros cadernos e livros-caixa com dados de entrada e saída de produtos agrícolas e pecuária) e pela leitura em grupo ou não da bíblia. A formação educacional de parte dos integrantes homens e mulheres da família⁵⁴, aos homens acompanhar as atividades religiosas e de trabalho e às mulheres significou alfabetizar familiares e aqueles que compartilhassem os preceitos de sua congregação presbiteriana, Sr.^a Edenir Schneider e Sr.^a Nair são exemplos, embora em gerações diferentes.

Por fim, não obstante a família tenha concentrado sua fonte de renda no meio rural, outros espaços profissionais foram ocupados, como agrimensor, ferreiro, lideranças na política com candidatos a vereador e prefeito desde a década de 1950, religiosos como presbíteros, inspetores oficiais de justiça. Panorama que nos mostra sua ramificação pela região e maior alcance nas relações de poder dada a estabilidade econômica e representatividade religiosa na região.

Todos os integrantes da família vivos são nascidos no Brasil, os integrantes mais velhos dos Schneider são: Sr.^a. Rosinha Schneider, 86 anos, dona de casa e agricultora;

⁵³ Divonei, então com 38 anos e recém-separado, iniciou relacionamento Silmara então 18 anos, atual esposa; situação que causou imenso constrangimento aos pais, principalmente a Sr Edenir. Para ela, é muito doloroso o divórcio na família, “está na bíblia que o divórcio é pecado, é contra as coisas de Deus”, fato que trouxe mal-estar para toda a família e à nova companheira. Situação aparentemente vencida após o nascimento de mais uma bisneta.

⁵⁴ Mulheres matriculadas em instituição de educação particular, tipo internato como o Instituto Cristão de Castro.

Sr. Carlos Schneider, 84 anos, agricultor; Sr. Calvino Schneider, 75 anos, agricultor; Sr. Lourdes Oliveira Schneider, 77 anos, dona de casa, parteira, agricultora; Sr. Augusto Schneider, 74 anos, presbítero, agricultor e safrista; Sr.^a Edenir Schneider, 72 anos, professora. Dentre os mais adultos mais jovens Divonei Schneider, 41 anos, agricultor e Nair Schneider, 56 anos, missionária e dona de casa, ambos demonstraram importante preocupação com a memória da família, o primeiro, “pela sua origem imigrante e a importância da família para a região” e a segunda, “pela fé que une a família”.

2.2.1 “ELE QUE PEGOU A FAMÍLIA E DESCERAM DE LÁ POR, POR ÁGUA, PELO RIO TIBAGI”, OU A CHEGADA DOS SCHNEIDER

A família Schneider é conhecida como uma das famílias pioneiras, proprietários de terras desde início do século XX, a área por eles habitada percorre as localidades de Sapé, Sulfurosa, Natingui, Palmital, Lajeado Bonito do município de Ortigueira⁵⁵ (MAPA 2). A chegada ao Brasil, ainda em início do século XX, é marcada pelo processo migratório de trabalhadores livres com a imigração germânica em busca de terras que pudessem recomeçar suas vidas. A chegada ao Brasil se deu por volta do ano de 1905, tendo como pioneiros: Delfino Ribeiro dos Santos (sobre o qual pouco se sabe) e o genro Carlos Schneider. Estes teriam chegado via São Paulo, seguindo em direção a Curitiba até Tibagi, no Paraná. Embora não tenhamos registros documentais, as narrativas de seus descendentes apontam que estes pioneiros adquiriram entre 1.000 e 2.000 alqueires na localidade de Palmital, em Ortigueira (área que se estendia pelas pela cadeia de montanhas até às margens do Rio Tibagi), esta propriedade foi loteada, sendo: parte destinada às despesas de medição e documentação (por volta de 150 alqueires) e outra loteada e distribuída entre os familiares. Estes “abriram caminho” e possibilitaram a vinda de seus familiares também em contexto de ressignificação do cotidiano.

As memórias compartilhadas é o intuito neste momento, sua chegada por via fluvial (embora outras versões informem essa chegada por via terrestre por “*picadão na mata fechada*”) e trazer as narrativas⁵⁶ sobre o “mito de origem” da família, suas percepções sobre o processo de imigração, as lembranças dos mais velhos e as memórias sobre adaptação ao novo contexto social. Apresentamos essas lembranças sintetizadas na fala do Sr. Osvaldo Schneider⁵⁷:

⁵⁵ Ao iniciarmos a pesquisa de campo para esse trabalho, fomos logo informadas de que a família Schneider era uma das que haviam iniciado a ocupação do que conhecemos hoje como Ortigueira mas ao realizarmos pesquisa bibliográfica não localizamos materiais que confirmassem a informação.

⁵⁶ Foram realizadas entrevistas com diversos membros que nos contaram histórias muito semelhantes, assim, nesse capítulo, abordaremos a história contada pelos descendentes do Sr. Eduardo Schneider.

⁵⁷ Em sua residência. Estava presente sua esposa Isabel Da Silva Schneider. Atualmente está com 64 anos, é filho de Eduardo Schneider. O acesso às “histórias dos antigos” veio por meio do tio Paulo Schneider, pois, segundo o entrevistado, seu pai Eduardo Schneider não gostava de contar estas histórias, era muito bravo.

SR. OSVALDO: Meu bisavô ele era da Alemanha, o nome dele era Delfino mais alguma coisa Schneider, ele fugiu, veio para Curitiba não agradou, só tinha uns brejão. Ele tinha que tá escondido, aí ele veio aqui em Tibagi. Daí ele veio na Canoa Grande lá em Tibagi, veio, veio, aí donde tem o saltinho do alemão. **Então ele se acampou um pouco por ali. Daí ele achou que convinha se muda pra mais longe, daí ele desceu com a canoa bem grande, veio e acampou lá embaixo. Ali em cima que eles falam Buraco Quente, ali em cima, ele fez uma oficina ali de novo, tudo era dele aqui.**

A gente não sabe, povo mais novo e essas coisas eu fiquei sabendo bem porque tinha um tio mais véio, ele explicava tudo essas coisas pra mim. Como é que eles viviam, como é que passou a vida dele. Meu pai nunca explicava nada e nem ensino a língua deles. Bom e daí o meu bisavô pego essas terra, de quinhentos e pouco alqueires, a divisão com Palmital, mas na época ele não tinha o dinheiro pra pagar a medição, ele deu cento e cinco alqueire pelas despesas com os documento!

O meu bisavô com o meu avô mexiam com alambique eles tiraram, faziam roda d'água. Aí formaram cafezal, canavial grande, bananal, quando eles vieram pra cá eles trouxeram o "linguará"(intérprete) junto senão eles não podia fica aqui, os índio matava. Ele trouxe o linguará, é quem entende a língua do índio e a nossa... pra prosia com os índio, explica pra nós o que o índio ta querendo. No tempo do pai nós fazia polvilho e farinha de mandioca.

Também tinha alambique, para fazer pinga e açúcar, essas coisas, mexer com cana. Dali ele cortou uma picadona passando por esses meio aqui e foi pra Ortigueira. Daí isso já com os índios manso, amansando, domesticado até, que chegaram os branco, chegaram e não agrediram eles, eram amigo, e começaram a fazê pinga. Eles os índios gostavam de pinga.' Para plantar naqueles tempos era queimada, porque eles tacaram fogo, queimou tudo o lugar então punharam o nome de Queimada, não era Ortigueira.

(SR. OSVALDO SCHNEIDER, 64 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2010) (grifos nossos)

Naquele contexto de chegada, a realidade em terras estranhas impôs adaptações de toda ordem e de diferentes formas aos idosos, adultos e crianças, sejam homens ou mulheres. No início as habitações da família margeavam o leito do rio, assim como o alambique e as plantações, tanto para subsistência quanto para venda. Estudos apontam que esses imigrantes germânicos encontraram uma realidade de dificuldades na reestruturação da rotina familiar, devido à constante adaptação ao novo meio social, desde aquelas referentes às práticas cotidianas como acesso à vestimenta, o manejo da terra, hábitos alimentares, por exemplo.

Nesse contexto, temos o indicativo de que os pioneiros já possuíam experiências com o meio rural e sua rotina, a partir das profissões destes pioneiros, agrimensor e ferreiro, nos possibilita conjecturar que o contexto vivido além-mar teve sua base na realidade camponesa e não urbana. Construir rancho, alambiques e cultivar monoculturas significa o domínio de determinadas técnicas de marcenaria, ferreiro, entre outras. O que significa dominar a técnica de construir um alambique naquele período e naquele

contexto? É a possibilidade de produzir açúcar e cachaça para consumo e venda, gerar lucro e renda em conjunto com outras atividades produtivas como o plantio de roças para subsistência da família. Um indicativo de que havia um saber acumulado de manejo da terra, tornando o meio rural brasileiro um lugar de inserção de seus conhecimentos anteriores. Como expõe Sr. Augusto Schneider:

Então... isso aqui era mata virgem toda parte né. Não existia gente aqui. Na, na época, dae... naquelas época não existia estrada, não existia nada, esses meio nossos aqui né. Viviam, os índios com certeza viviam né? A gente não tem uma noção de como que, que era os índios daí né. Só por água é, o transporte deles. Então ele desceu por água, e veio e se agasaiô aqui na, onde tem esse... tem um 'aroinho' que passa bem aqui nesse fundo aqui ó? E faz barra no Rio Tibagi. Então meu avô veio, e pensou que ali já era o terreno né. Ele se agasaiô ali. Mas a divisa ainda era mais pra baixo um pouco né, era no Cachoeirão, uma cachoeira grande que tem.

Bruaca é um, um tipo de um caixão sabe? Fazia de couro, fazia uma armação um de um lado, do outro. Pindurava no burro então. Então ele colocava os barris de pinga dentro daquela bruaca, daquele negócio, e tocava pelos picadão.

(SR.AUGUSTO SCHNEIDER, 74 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2010) (grifos nossos)

Os trechos acima relatam as memórias socialmente compartilhadas sobre os percalços vivenciados pelos pioneiros e as maneiras criadas para adaptarem-se em terras brasileiras. Inicialmente, pelo convívio com a população nativa e a ocupação preliminar; seguido da produção e escoamento de alimentos e a gradual inserção dos valores religiosos advindos com eles, por meio da construção de igrejas presbiterianas em suas propriedades e celebrações religiosas pela região.

As narrativas expõem o processo de inserção e aproximação com a população indígena, possivelmente Kaigangs, com as primeiras gerações da família. Em nosso entendimento apresentam duas características peculiares, a primeira, os indígenas como não civilizados e algo a ser conquistado; outra, a visível preocupação em expor esta relação como muito pacífica e cordial. Perspectivas que revelam a percepção do grupo familiar sobre o processo de colonização e o tratamento dado à população nativa, assim como a produção social de memória nesta relação construída de maneira assimétrica e hierarquicamente definida.

quando eles vieram pra cá eles trouxeram o "linguará"(intérprete) junto senão eles não podia fica aqui, os índio matava. Ele trouxe o linguará, é quem entende a língua do índio e a nossa... pra prosia com os índio, explica pra nós o que o índio ta querendo. No tempo do pai nós fazia polvilho e farinha de mandioca. Também tinha alambique, para fazer pinga e açúcar, essas coisas, mexe com cana. Dali ele cortou uma picadona passando por esses meio aqui e foi pra Ortigueira. Daí isso já com os índios manso, amansando,

domesticado amansando né. domesticando até, quer dize, viram que chegaram os branco, chegaram e não agrediram eles, eram amigo, começaram a fazê. Eles gostavam de pinga... eles amansaram também a parte dos índio, que minha mãe contava, com a pinga. Porque índio tudo eles gostam só de pinga.

(SR. EDENIR SCHNEIDER. ENTREVISTA REALIZADA NO DIA 27 DE JULHO DE 2010) (grifos nossos)

Ao tratarem do destino inicial da produção de cachaça, esta serviu para estabelecer a aproximação com os indígenas e sua comercialização para garimpeiros da região. Ao chegarem, os colonos precisaram de um *“linguará” (intérprete)* **junto senão eles não podia fica aqui, os índio matava**, o indígena é percebido como algo a ser conquistado e “amansado”, característica que nos aponta a situação de chegada e as formas utilizadas pelos colonos para estreitar as relações com os indígenas.

À medida que houve maior aproximação com os indígenas, as relações são descritas como mais próximas da ideia de serem “quase da família”, **“os Schneider antigos tratavam muito bem os índios e deixavam eles até construir pequenos ranchos em suas terras. Teve índio que se criou mais com meu pai aqui. Tinha uma índia que ela, tinha uma porção de filho assim, tinha dois fio. E... foi se criada com meu pai assim, tudo meio, meio perto. É... meu pai sempre dava o lugar pra eles fazer os barraco deles né? Então essa índia, ela criou os dois fio meio junto assim com nós já né”**.

Em nosso entendimento as narrativas apresentam duas características peculiares, a primeira, expõem as primeiras ações utilizadas para estabelecer proximidade ainda considerando-os como não civilizados ou algo a ser conquistado, o indígena entendido como algo a ser conquistado e “amansado”. Em outro momento, o movimento de percebê-los mais civilizados e necessitando da ação do “bom cristão” por parte do colono. Para quem narra há ainda a visível preocupação em expor esta relação como muito pacífica e cordial, embora possivelmente não o tenha sido. São perspectivas que revelam como a produção de memória atua sobre os indivíduos e os valores morais que as permeiam e é vista como algo do passado. E em nenhum momento encontramos pessoa com ascendência indígena⁵⁸ que tenha convivido com a família de colonos.

Por outro lado, a partir do estreitamento destas relações é perceptível a adaptação da família imigrante à nova realidade por meio das técnicas assimiladas como as utilizadas pela população nativa o uso da *bruaca* essencial para transporte em cavalos ou as formas de locomoção, como a travessia do rio em canoas, por exemplo.

Embora todos os descendentes da Família Schneider vivos tenham nascido no Brasil, obtivemos relatos das lembranças sobre o processo de imigração, em especial o

⁵⁸ Sr. Divonei comentou sobre os mais velhos indígenas da comunidade indígena, Mococa. Certamente alguns deles devem lembrar-se desse período.

tratamento dado por parte do governo brasileiro aos imigrantes e descendentes em terras brasileiras, assim como a ideia de ancestralidade europeia da família. Nas palavras de Sr. Calvino:

quando eles migraram pra cá, pro Brasil, foi mil novecentos, mil oitocentos e cinqüenta e três nasceu Carlos Schneider, meu avô, Carlos Schneider. estacionados na Espanha, uma data seguindo par de dias cinco a seis meses. Depois que eles continuaram a viagem, chegaram no Brasil. Quando chegaram no Brasil, nesse caso aí, 1853 Carlos Schneider. E... de lá, vieram pra Faxina, no estado de São Paulo. Gastaram um ano e meio de viagem. E daí, de Faxina, hoje Itapeva, eles vieram pra Tibaji. **O falecido avô se deslocou pra Tibaji. De Tibaji... se deslocaram, compraram a, o falecido avô requereu mil alqueires aqui, de terra. Desse mil alqueire, com 100 alqueire ele pagou, pagou a medição, a medição. Depois que o falecido avô faleceu venderam eu, eu não tenho certeza é 400 ou 500 alqueires pra ser dividida entre os homens. Outra coisa que eu ia dizer.** Nos falamos de imigração como uma coisa muito comum, muito normal, mas na verdade a imigração é uma coisa dura na realidade, divide famílias, talvez às vezes para nunca mais os que vieram da Alemanha. Eu consultei uma história de que o sobrenome Schneider apareceu a mais ou menos há 500 anos da Alemanha e é dessa linhagem que nos somos, o sobrenome vinha na pessoa em função da profissão que ele tinha. Os imigrante, os descentes de africano, vinha aqui era, era escravo, trabalhava forçado... Era obrigado a trabalhar, os africanos. Depois veio a libertação dos escravos pela Princesa Isabel, aí eles tiveram, pegaram presos alemães, italianos para pagar o pato trabalharam de escravos nas fazes, nas fazendas de café e tudo. E... daí como tinha representante, na em... na embaixada nas autoridades brasileiras de alemães e italianos, por mais que escravizaram, mandaram imediatamente a libertação de descendente de alemães e, e italianos que veio trabalhá aqui. E daí eles foram construir estrada de ferro, os alemães e italianos, estrada de ferro ali. Sudoeste, a todas elas são construídas por descendentes de alemães e italianos. E isso aí fizeram varado de flechas de índio bravo. Deus o livre. Índio bravo esses brancos, imigrantes vem tomá nossas terra. Então sofreram muito profissionalmente por causa disso. (CALVINO SCHNEIDER, 86 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM FEVEREIRO, 2011) (grifos nossos)

O trecho acima expõe o fenômeno social da emigração a partir da percepção de descendente de imigrantes alemães e expressa a noção do indivíduo que vivenciou *por tabela*, ou seja, pela visão de outrem o processo migratório; processo esse visto pela óptica das consequências e dos efeitos da imigração e surgem em tom de denúncia. A abordagem expõe os percalços da viagem de travessia Alemanha-Brasil como algo que instaurou a fragmentação de famílias e provocou ruptura social. Ressaltou-se, ainda a ideia de pertencimento a uma *linhagem* que foi rompida e não mais reestabelecida, processo visto como elemento que trouxe sofrimento aos descendentes.

Além disso, Sr. Calvino expõe que inicialmente os imigrantes europeus foram equiparados, no tratamento, aos escravizados descendentes de africanos, os negros. Fato que teria sido minimizado pela intervenção das embaixadas dos países envolvidos com o

processo de imigração, impedindo ou coibindo esse tratamento. Por fim, Sr. Calvino narra a presença de conflitos entre indígenas e colonos e a distinção destes últimos pela qualificação profissional. Essas passagens expõem a forma como o indivíduo entende relações de poder, a escravidão é tratada equiparada entre imigrantes europeus e escravizados africanos, porém, estes dois acontecimentos históricos da realidade possuem sentidos muito diferentes, assim como seus reflexos na sociedade brasileira, o tratamento a estes grupos humanos foi de toda ordem desproporcional e desigual.

A identificação de lembranças comuns possibilita que o pesquisador justaponha fragmentos de memórias e recomponha acontecimentos vivenciados por integrantes das famílias. Neste contexto, para Ricoeur(2000), “é essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento que nos deparamos com a memória dos outros [...] do papel do testemunho dos outros na recordação da lembrança passa-se gradativamente aos papéis das lembranças que temos enquanto membros de um grupo [...] temos assim, acesso a acontecimentos reconstituídos para nós por outros que não nós.” (RICOEUR, 2001)

Nesse sentido, percebemos durante a realização das entrevistas em grupo com a família Schneider que os integrantes adultos, de gerações mais recentes, demonstravam muito interesse em ouvir dos mais velhos as recordações sobre o “mito de origem” da família, tanto em relação à chegada à região quanto ao papel da religião vinda com os pioneiros.

Por fim, um ponto a ser ressaltado é o considerável material documental, fotografia com registro das memórias da família na região, casamentos, pescarias, celebrações e que remetem à identidade da família e à influência da cultura alemã. O que nos permitirá fazer uma análise documental na composição dos temas mais relevantes para os integrantes da presente família.

2.3 FAMÍLIA CORDEIRO, MARGEANDO O RIO DESDE O TEMPO DOS ANTIGOS.

Em junho de 2010, fizemos nossa primeira visita à residência de parte dos integrantes da Família Cordeiro. Inserida na parte baixa do vale, fora da estrada principal, caminho íngreme, esburacado de poucas casas com acesso direto ao Rio Tibagi, cercada de árvores nativas e frutíferas, estas plantadas pela família, aves à solta pelo terreiro⁵⁹. Casa próxima ao leito do rio, pequena de madeira, poucos cômodos, quartos insuficientes para acomodar as seis pessoas que a habitam naquele momento, o casal e quatro filhas, todas jovens. No terreiro, área aberta de livre acesso, ponto de encontro para pescaria e banho de homens, mulheres e crianças da região e visitantes, sobretudo aos finais de

⁵⁹ A família preparava-se para a mudança e parte da casa já havia sido desmontada para realocação.

semana. Recebidas de forma hospitaleira pelo casal Sr. Adenilson e Sr.^a Genira e a filha caçula Adriana, sem ao menos adentrarmos a casa fomos de pronto “apresentadas” ao Rio Tibagi, o local de recepção foi o próprio rio. Presenciávamos naquele momento a importância material e simbólica do rio na vida daquelas pessoas.

As características de moradia muito nos informa sobre o modo de vida das pessoas. Nesse sentido Comerford⁶⁰ (2003) expõe que a distribuição espacial da família na moradia expressa um modo de vida campesino, ou seja, a localização das casas tem muito a nos informar sobre a lógica cotidiana do núcleo familiar,

as casas compreendem o espaço físico ocupado pela construção e pelo espaço livre em sua volta, denominado terreiro. A parte coberta geralmente inclui uma sala, cozinha e um ou dois quartos de dormir. As casas têm as portas de acesso localizadas nos extremos opostos [...] O setor exterior imediato a esta porta [frontal] ajuda a definir a frente da casa, já que nele esta concentrada a maior parte das árvores frutíferas que cercam a moradia. Há um cuidado em manter este espaço limpo [...] porque este é o espaço “público” da casa. É neste terreno da frente da casa que os homens da família se reúnem quando regressam das tarefas agrícolas e também serve de reunião com os vizinhos quando estes vêm à casa para conversar. (COMERFORD, 2003, p.38).

O núcleo familiar é composto por: Sr. Adenilson, 42 anos, sem letramento, nascido na localidade, retira o sustento da família de pequenos roçados, da pesca e de trabalhos informais “bicos”, transporte de estudantes para escola de Lajeado Bonito e outros trabalhos como aqueles realizados no Porto de Areia⁶¹ próximo ou pela venda dos peixes; sua esposa Sr.^a Genira, 38 anos, pouco letramento, nascida na região, além de realizar os afazeres domésticos, tem apreço pela pescaria de bote “tipo artesanal” e coleta de frutos, ervas e flores da floresta, conhecida entre os moradores como “pescadora melhor que muito homem”. O casal teve quatro filhas, destas somente a mais jovem demonstra “gosto” pela pesca e nenhuma demonstra interesse pelo plantio. Todas as filhas frequentam ou frequentaram a escola de bairro rural de Lajeado Bonito, sendo que as duas mais velhas já concluíram o ensino médio e afirmam não ter interesse em continuar estudando, por outro lado, preparavam sua saída da casa dos pais com os respectivos namorados.

Naquele encontro acompanhamos a família na demonstração da travessia do rio feita de “bote” e o processo de pescaria artesanal desde a colocação das redes pelo curso do rio à sua retirada no dia seguinte, prática devidamente registrada em fotografia e em vídeo.

⁶⁰ O trabalho de Comerford (2003) trata da vida cotidiana de produtores rurais e sua organização interna, refletindo sobre sua sociabilidade, territórios de parentesco e a vida cotidiana, realizado em Pernambuco. Interessa-nos neste trabalho o tratamento dado ao meio de vida campesino, em especial a descrição da vida cotidiana e a importância dada pelas famílias campesinas à moradia e ao roçado.

⁶¹ Local onde uma draga retira areia do rio, esta é vendida para empresas de construção civil. A mão de obra é eminentemente informal e ganha vigor no período da piracema quando os pescadores são impedidos de pescar, seja para consumo ou lazer.

Esses encontros foram marcados pela ativa participação do casal inclusive ao nos indicar pontos preferidos de pesca, locais de plantio e extrativismo de plantas, flores e frutos silvestres inseridos pela mata às margens do Rio Tibagi.

A nossa presença e o perfil de nosso trabalho causaram curiosidade, pois a quem interessaria filmar estes hábitos tão simples vistos como “sem importância” até então? Nos primeiros encontros surgiram questionamentos sobre os motivos para este registro, mesmo após as devidas explicações e o objetivo daquele acompanhamento, e por um período pairou dúvida sobre nossos “reais” interesses. Com a recorrência dos encontros a dúvida tornou-se um meio de reivindicação de direitos, mediante inúmeras reclamações da família com a postura dos representantes do empreendimento pelo não cumprimento dos acordos estabelecidos, principalmente nos últimos encontros em 2013⁶². Éramos vistas como repórteres que queriam ouvir as histórias dos antigos, a ponto de recebermos inúmeros convites para visitá-los em outros momentos, sem ligação com o empreendimento.

Com histórico familiar de ocupação de terra pela posse para morada e plantio, nas últimas décadas a família passou por mudanças na prática de uso da terra. Com a necessidade de adequar-se às novas relações com a terra como a locação de pequenas áreas para plantio na forma de arrendamento com o proprietário legal. Embora não fossem proprietários legais daquela área de morada, gerações da família transitaram pela mesma⁶³, pais, tios e avós de Sr. Adenilson e Sr.^a Genira, instalaram-se por um longo trecho de terra e ilhas em diversos pontos daquela propriedade, e além dela. Desmontando e remontando o rancho e as roças pelas margens do Rio Tibagi e seu afluente o Barra Grande (FIGURA 1). A área contém resquícios de habitações que foram de outros moradores, também integrantes da família, em condições socioeconômicas similares. Nascidos e criados na região, a lida na terra e no rio marcaram a presença desta família e a maneira de autorreconhecerem na região.

⁶² Muitas queixas sobre a forma como eram atendidos pelos representantes da usina causando desavenças entre ambos, a ponto de causar conflitos maiores como processos individuais na justiça.

⁶³ Na área de morada há outra casa de alvenaria, pertencente ao proprietário legal da terra, este a frequenta esporadicamente, pois residem na zona urbana da região, sendo ainda proprietário do Banco de Areia existente há 100 metros da casa. Há relatos afirmando que foram as primeiras terras para a atividade de retirada de água do leito do rio na região.



FIGURA 5 - REGISTRO DE PESCARIA COM A FAMÍLIA CORDEIRO – RIO TIBAGI
AUTORIA: NELI GOMES. DATA: SETEMBRO/2010

Naquele trecho de terra beirando o rio (FIGURA 5) por nós visitado habitaram também a Sr.^a Matilde Cordeiro, 59 anos, sem letramento, agricultora, e o Sr. Brasília Cordeiro, 61 anos, sem letramento, pescador e agricultor, pais de Adenilson Cordeiro. Enquanto casados, Sr.^a Matilde e Sr. Brasília⁶⁴, expuseram, nas entrevistas e conversas, tanto suas lembranças das práticas cotidianas quanto as experiências de sofrimento e violência, o alcoolismo e maus tratos à mulher e aos filhos. Sr.^a Matilde narra que, por vezes, precisou deixar os filhos pequenos em casa para trabalhar em madeiras, trabalhos domésticos e no plantio de roçado para subsistência durante os períodos em que o marido “sumia”. Este, ao retornar habitualmente tratava-a de forma violenta, assim como aos filhos. Foram casados por 30 anos e estão separados, não legalmente, há uma década. Os filhos todos adultos moram pelas proximidades ou deixaram-na. Grande parte dos familiares que ali residiam foi realocada e indenizada pelo empreendimento.

Sr.^a Matilde é a representante da família que nos expôs de maneira mais detalhada o modo de vida no “*tempo dos antigo*”, e sua narrativa reforça a relação que a família mantinha com a terra e o rio. O modo de vida da família, no que se refere à economia é eminentemente de subsistência, configurando como as principais fontes de renda as

⁶⁴ Sr. Brasília fora preso por assassinar um outro companheiro de Sr.^a Matilde e recentemente houve o reencontro do casal depois de cinco anos de prisão de Sr. Brasília.

pequenas “roças” com o plantio de arroz, feijão, mandioca, milho, concomitante à criação de *gado miúdo* (galinhas, porcos etc.) e a atividade de pesca artesanal de “bote” para consumo e venda de eventuais excedentes, diz ela:

passsei 20 anos só beirando o Barra Grande. Minha mãe, minha avó, meus tio tudo nasceu aqui pegava o bote no domingo enchia de criança e ia nas ilhas pescar, lavar roupa, comer peixe.[...] Meu pai mexia toda vida com lavoura, cansei de socar aquela balaçada de arroz, milho. Minha mãe mandava socar a farinha de minjolo (monjolo) [...] meu pai fazia aquele tipiti de taquara para pegar peixe lá no rio. Socar no pé, nosso minjolo era de pé, um ficava de um lado, outro de outro e minha mãe ponhava uma vara no meio.

Se eu achasse um que soubesse fazer um monjolo (pilão) até pagaria para ter a lembrança de minha mãe. É do tempo de minha mãe, minha avó [...] eu já lutei muito com aquilo a mãe moía a cana com o cavalo, amarrava o cavalo no pau do engenho, daí eu montava em cima do cavalo e puxava e ela ia ponhendo a cana e ia moendo. A mãe daí fazia aquela fornada de açúcar e melado, rapadura, fazia de jacatiá, mendoim. Fazia pra comer com mandioca, com farinha. Acaba tudo, com o tempo vai se acabando. Fica a lembrança, pena por que as mães da gente, pai, avó, tio que lutava com aquilo ensinando a gente depois iam tudo morrendo. (MATILDE CORDEIRO, 59 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM 2010.)



FIGURA 6 - REGISTRO DO LOCAL DE PESCARIA DA FAMÍLIA CORDEIRO – RIO TIBAGI
AUTORIA: NELI GOMES. DATA: SETEMBRO/2010

A reflexão de Sr.^a Matilde nos informa quais elementos de sua memória são ativados primeiro quando questionada sobre sua história de vida. Suas lembranças ressaltam algo muito significativo ao habitante do meio rural, “o saber fazer” e o seu processo de aprendizagem, reprodução de hábitos e práticas sociais por gerações. Entre

aqueles mais velhos por ela lembrados o conhecimento circulou de inúmeras maneiras, por meio das práticas cotidianas, como o modo de construir a casa, manejar a terra, transitar pelo rio e ilhas. Por gerações, “o saber” foi transmitido pela prática cotidiana e pela oralidade, suas lembranças remetem às atividades rotineiras com ênfase naquelas voltadas para o espaço privado, os afazeres domésticos. Essas características de morador do meio rural estão em diálogo com o perfil do pequeno agricultor descrito por Beatriz Heredia (1989)

a moradia dos pequenos produtores e suas famílias era composta de uma parte construída (quartos, sala e alpendre na frente) e um pátio que a rodeava (terreiro). Na parte posterior da casa, o terreiro era o local das atividades domésticas e da criação de aves e de porcos. Rodeando a casa encontrava-se a área de cultivo – o roçado. O conjunto das atividades para a manutenção da casa e do roçado era realizado pelo pequeno produtor e pelos membros de sua família. (HEREDIA, 1989, p.47)

As atividades profissionais de um modo geral são: atividades ligadas ao trabalho com a terra, pela agricultura; trabalhos simples, prestação de serviços, “bicos”, como ajudante no porto de área⁶⁵; domésticos na localidade ou para centros urbanos, como Curitiba e Curiúva. A pouca qualificação profissional, aos moldes urbanos, torna esses indivíduos vulneráveis mesmo no meio rural, com o mínimo de autonomia diante da relação com o trabalho. Isso é agravado pelo fato de a maioria ser iletrada (sem a conclusão do ensino básico), característica que os insere em uma configuração social de desigualdade e mínimas possibilidades de escolhas fora daquele ambiente social, implicando o ineficaz acesso aos serviços públicos como previdência, saúde, trabalho etc. A educação tornou-se mais acessível apenas recentemente, na última década (como apontam os dados recentes de órgãos como IBGE), no entanto, sem nenhum integrante possuir inserção no ensino superior, por exemplo. Nesse contexto social rural, a produção de alimentos não é sinônimo de sustento para todos e, por vezes, segundo os próprios, a produção foi insuficiente causando até fome. Características que dialogam com os baixos índices de IDH do município, como apontamos anteriormente.

Além disso, embora a família resida no meio rural, os integrantes adultos possuem experiência de viver na cidade, há inúmeros casos de migração para diversas regiões do Paraná como Curitiba, Baiti, Ponta Grossa, Telêmaco Borba como reflexo das poucas oportunidades de trabalho da região ou apoio ao pequeno agricultor. O êxodo rural se mostra crescente, em especial entre os mais jovens que veem no meio rural pouca possibilidade de conquistar seus anseios. Há relatos sobre a tentativa de “tentar a sorte na

⁶⁵ Porto de areia é o local onde se aluga ou compra um “pedaço” de terra para extrair areia para construção civil em geral.

cidade”, situação que logo se mostrou pouco vantajosa devido às condições financeiras desfavoráveis e às poucas oportunidades de inserção profissional, impossibilitando a permanência na zona urbana, obrigando-os a retornarem e narrarem esta experiência com muita tristeza.



FIGURA 7 - REGISTRO DO ALTAR DE SRA. MATILDE. IMAGENS QUE FORAM DE SUA MÃE, FALECIDA COM 92 ANOS E QUE TAMBÉM FAZIA BENZIMENTOS. O ALTAR SERÁ LEVADO PARA NOVA PROPRIEDADE E COLOCADO EM UMA GRUTA. AUTORIA: NELI GOMES. DATA: SETEMBRO/2010

Entre o grupo familiar a religiosidade é outro tema salutar nas entrevistas, narrativas sobre práticas de benzimento, banhos de ervas, rezas surgem em diversas conversas, especialmente entre os mais velhos. O sincretismo religioso conjuga orações e festas de devoção por inúmeros santos católicos como São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida em paralelo aos relatos sobre cura de doenças humanas e em animais e expõe a estreita relação com práticas indígenas. Sr.^a Matilde rememora as práticas de sua mãe, que aprendeu com a mãe dela, inclusive com lembranças da “casa de reza” de sua mãe, muito frequentada por indígenas que posteriormente foram concentrados na comunidade de Mococa.

benzedeira era minha mãe todo ano ela fazia reza e a festa de São Sebastião por 50 anos. Minha mãe, minha avó era toda vida curadeira, e os fios (filhos) tudo curava com reza. Acho que toda a

irmandade de minha mãe curava. Quando nós moremo (moramos) no tempo das Queimadas e lá tinha muito índio.

Ela (a mãe) foi benzedeira toda a vida, daí os índio vinha lá pra ela benzê. Fazia fogo no meio do paiol e ficava rodeada de índio. Toda semana eles iam na casa. Morava tudo perto, eles morava na Mococa.

(MATILDE CORDEIRO, 59 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM 2010.)
(grifos nossos)

As falas evidenciam diversos *acontecimentos* presentes na memória da Sr.^a Matilde e que foram por ela vivenciados em inúmeros pontos da região do Rio Tibagi. No trecho **“Quando nós moremo (moramos) no tempo das Queimadas e lá tinha muito índio”** nos indica duas importantes lembranças que possuem relação com a trajetória do município de Ortigueira: primeiro, as queimadas de grandes extensões de terras para ocupação humana nos anos 1940, que denominou a região como Queimadas (atual município de Ortigueira) e é descrito como o “mito de origem” do mesmo. Um evento marcante, e compartilhado, entre aqueles que o presenciaram, característica também encontrada entre integrantes da família Schneider, como Sr. Augusto, ao lembrar as **“grandes queimadas de antigamente”**. Podemos dizer que é um exemplo de memória socialmente compartilhada entre grupos familiares daquela região.

Em seguida o trecho nos expõe a informação da presença indígena ainda significativa pela região, e mais, que esta população indígena mantinha proximidade com sua família por meio das figuras femininas, mãe e avó, pela questão religiosa. As pessoas procuravam sua mãe e avó para curar os males do corpo (e quem sabe também da alma). Essas lembranças que permaneceram registradas na memória da Sr.^a Matilde nos informam sobre a relação da família com o sagrado, as relações cotidianas e suas práticas religiosas. Pelas narrativas percebemos tanto preceitos católicos de oração e devoção de santos concomitante à procura de banhos, rezas e benzimento para curar. Essas histórias circulam entre as pessoas da família como “coisa dos antigos” e adquirem nova roupagem a cada geração.

A construção da usina inseriu naquele universo familiar expectativas de toda ordem, inclusive financeira. Em 2007 tem início movimentação entre os moradores para mapear e catalogar as famílias e o perfil da indenização, gradualmente Sr. Adenilson, Sr.^a Genira, Sr.^a Matilde marcam presença e participam das reuniões organizadas pela Associação de Moradores, muito embora esta participação fosse pontual, com ausências justificadas pela falta de tempo para tantos encontros. Nas reuniões com a Associação, a Família Cordeiro é percebida pelos demais moradores como uma família que realmente precisada **“pros bem pequenos mesmo tá sendo bom por serem ribeirinhos e não tinham quase nada”**, diz o Sr. Augusto Schneider.

Para aqueles que habitavam as margens do Rio Tibagi e afluentes, incluindo parte da Família Cordeiro, foi estabelecido acordo sobre valores de indenização e realocação para área de sua escolha, neste caso foi possível mantê-los próximos uns dos outros. Exceto o pai⁶⁶, ausente devido sua condição de presidiário em Curitiba (por cinco anos) não recebeu qualquer indenização. A família Cordeiro indenizada foi reassentada tornando-se pela primeira vez proprietária legal de terra, fato que surge como um “divisor de águas” na trajetória familiar.

Neste campo de pesquisa tivemos a possibilidade de acompanhar o processo de mudança ocorrido na família desde sua saída da área de morada original, para uma curta temporada em casa alugada no Lajeado Bonito até a regularização das terras indenizadas, e, posteriormente, a mudança definitiva para a nova morada e a adaptação à rotina de vida ali construída.



FIGURA 8 - REGISTRO DA PRIMEIRA COLHEITA DO MILHO NA NOVA PROPRIEDADE.
AUTORIA: NELI GOMES. DATA: FEVEREIRO/2011

Percebemos a transição vivenciada pela família Cordeiro e a alteração na rotina dela, em junho de 2010, conferimos sua euforia com o recebimento da indenização, Sr. Adenilson nos expôs que **“a vida mudou 1000%, não tem o que a gente reclamar, mas de vez em quando pego a muié e vô lá no rio matá a saudade, roubá uns peixinhos**

⁶⁶ Em 2012 sr. Brasília Cordeiro retorna ao Lajeado Bonito e entra com pedido via Associação e aguarda revisão de seu caso no processo de negociação com o empreendimento.

do rio enquanto dá”; voltamos a encontrá-los e presenciamos em fevereiro de 2011, a visão de como a vida melhorou, o valor simbólico em produzir na terra que é sua, fruto do muito trabalho que volta para própria família, **“jamais a gente ia sonhá que ia ter um trator desse assim, né. Hoje você tem vontade de comer uma carninha você come, um frango a gente come. Colher o milho que você plantou na terra que é sua.”**, diz Sr.^a Genira. Por fim, depois de um ano na nova propriedade, em janeiro de 2013 em visita de surpresa, presenciamos a frustração da família com o pouco retorno financeiro obtido mesmo depois de muito trabalho com as atividades do sítio, como o plantio de milho, a criação de gado leiteiro, perfuração de poço, afirmam Sr. Adenilson e Sr.^a Genira **“por mais que a gente trabalhe de sol a sol não dá conta de tudo que tem pra fazer, o trabalho não rende, sempre tá faltando o que fazer. Só tem problema e dificuldade.”** As falas expressam a gradativa mudança na forma de lidar com o cotidiano, a convivência, a relação com a terra, com a produção.

Acompanhamos a transição vivenciada pela família Cordeiro e sua adaptação à nova rotina ao longo de dois anos, com visitas agendadas ou sem aviso, com entrevistas e conversas não gravadas. A família deixa de ocupar as margens do Rio Tibagi em uma casa simples, algumas roças inseridas em meio alqueire de terra, tem na pesca e na extração de areia do Rio Tibagi as principais fontes de renda. A prática do sincretismo religioso marcou gerações com presença de benzedores, curandeiras e devotos de santos católicos. Esta família adquire, em um curto espaço de tempo, novos contornos socioeconômicos o acesso à propriedade de terra privada, é um deles. Adquirem com a indenização alguns alqueires em área de pasto, próximo à rodovia que corta o município; uma habitação aos moldes de “casa popular” e renda fixa por um determinado período.

Em junho de 2010, conferimos sua euforia com o recebimento da primeira parte da indenização, Sr. Adenilson nos expôs que **“a vida mudou 1000%, não tem o que a gente reclamar, mas de vez em quando pego a muié e vô lá no rio matá a saudade, roubá uns peixinhos do rio enquanto dá”**. A motivação da família se mantém logo após a mudança para as novas terras de morada, em 2010.

Voltamos a encontrá-los em fevereiro de 2011 e presenciamos a visão de que a vida melhorou muito, tudo é mais fácil. Percebemos o sentido de valor subjetivo em produzir na própria terra, em algo que é seu, fruto do muito trabalho que volta para própria família **“jamais a gente ia sonhá que ia ter um trator desse assim, né. Hoje você tem vontade de comer uma carninha você come, um frango a gente come. Colher o milho que você plantou na terra que é sua”**, diz Sr.^a Genira. Por outro lado, surge também a ausência de atividades realizadas outrora como pescar ou passear de barco pelo rio.

Após de um ano na nova propriedade, janeiro de 2013 em visita surpresa, presenciamos outra realidade. A frustração da família com o pouco retorno financeiro

obtido, mesmo depois de muito trabalho com as atividades do sítio, como o plantio de milho, a criação de gado leiteiro, perfuração de poço, afirmam o Sr. Adenilson e a Sr.^a Genira **“por mais que a gente trabalhe de sol a sol não dá conta de tudo que tem pra fazer, o trabalho não rende, sempre tá faltando o que fazer. Só tem problema e dificuldade.”**

Para este grupo, a própria organização familiar adquire outros sentidos, pois é preciso reaprender os códigos sociais entre si, com os outros e com o meio natural. Os modos de fazer carregam elementos da cultura indígena e dos locais, seja pelo modo de preparo dos alimentos, seja pela forma de extraírem os bens naturais como a pesca de bote, seja pelas formas de comunicarem-se e compartilharem espaços de sociabilidades. Sua configuração familiar adquiriu contornos peculiares às demais gerações, esta modificação insere a família em uma dinâmica de mundo em que a lógica capitalista é que estabelece e rege as normas de conduta dos indivíduos. Características socioeconômicas que alteram significativamente a própria relação dos integrantes entre si e com meio onde vivem.

A realidade outrora marcada pelo cotidiano de vida aos moldes ribeirinhos dá lugar à autonomia para cultivar em suas próprias terras, visando melhor rendimento para venda, ou seja, ganha outro sentido eminentemente econômico. Este poder de escolha é algo recente e ainda em fase de adequação. É preciso se reorganizar, adequar-se aos moldes sociais atuais, que podem ser diferentes daqueles construídos até então, este é um fator muito importante para o processo de adaptação das famílias.

Em nosso entendimento, com o acesso à propriedade o próprio sentido atribuído à colheita adquire outra perspectiva, **“o milho da terra que é minha no papel tem outro gosto”**, diz Sr. Adenilson, após colher pela primeira vez a lavoura de milho nas novas terras, em fevereiro de 2011. Significa a possibilidade de plantar e colher em sua própria terra, sem os riscos do arrendamento, autonomia de trabalho. Nesse sentido, acompanhamos a narrativa do Sr. Adenilson, ao descrever o seu ritmo de trabalho, anterior ao empreendimento. **“Antes de o sol nascer sair. Pegar o bote e pescar. Limpar e vender os peixes entre os vizinhos às escondidas do fiscal. Após o almoço, seguir para o porto de areia e extrair até o fim do dia o máximo de areia do rio. Voltar para casa, pegar o bote, recolocar as redes de pesca para serem retiradas na manhã seguinte.”** O trecho sintetiza uma atividade realizada cotidianamente por um homem adulto ribeirinho do Rio Tibagi.

Em um curto espaço de tempo o ritmo de vida deste homem, e sua família, se apresenta de outra forma, **“Acorda às 9 da manhã; Às 10 horas, separa os bezerros de 3 a 5 vacas; Ordenhar; Transfere o leite para tonéis de 6 litros; Carregar o caminhão com os tonéis de leite para entregar ao comprador até 12h.”** Alimentar animais, cuidar

da horta, arrumar a cerca, vacinar os animais, colher o feijão que sobreviveu à falta de chuva, vender bezerros, estas são algumas das atividades inseridas na rotina de uma família que passou da ocupação de menos de um alqueire de terra durante décadas, em um curto espaço de tempo para a aquisição de dezenas de alqueires, próxima à rodovia, em área de campo e sem fonte de água. Resultado, o excesso de atividades produtivas na propriedade, pouco eficientes, do ponto de vista do mercado; o número insuficiente de pessoas para as atividades e o baixo domínio técnico do manejo com o gado de leite, com o plantio de grandes extensões de terra.

A mudança socioeconômica adquirida com a indenização trouxe ao cotidiano da família o poder de compra, refletido no alto consumo de bens materiais, e com isso a inserção de hábitos urbanos estendendo-se pelo espaço rural, externalizados, no modo de vestir ou se comunicar⁶⁷. Notamos que o discurso inicial comum entre profissionais e indenizados indicava que os maiores beneficiados com o empreendimento foram os mais pobres, os ribeirinhos, por possibilitar a estas pessoas o acesso à propriedade privada, com sua casa e certa estabilidade econômica. Enfim, a possibilidade real de famílias pobres saírem daquele ciclo de pobreza e terem a oportunidade de melhoria em suas próprias terras.

As falas são expressivas por sintetizar as marcas que a experiência cotidiana foi deixando ao longo dos dias, dos meses, os movimentos diários de adequação aos novos hábitos, outras rotinas, e também a mudança da própria maneira de pensar e lidar com o mundo. As narrativas expressam a gradativa mudança na forma de lidar com o cotidiano, a convivência, a relação com a terra, com a produção. E demonstram como os sujeitos percebem tais mudanças.

As terras adquiridas por esta família estão inseridas na localidade “Bairro dos França”, distante da antiga morada e muito próxima à BR que corta o município. Não têm acesso à fonte de água seja rio, nascentes ou córregos, a perfuração de um poço trouxe a informação de que a qualidade da água na propriedade não é adequada nem ao consumo animal. Sr. Adenilson investiu a indenização recebida na infraestrutura de casa, mobiliário, eletroeletrônicos e afins, e no maquinário para o manejo com gado de leite (tanque de leite) e manejo da terra (trator) e na compra de transporte (um carro modelo van para transporte escolar), como possibilidade extra de renda.

A adaptação às novas demandas tem se tornado mais demorada do que em outros contextos, a pouca qualidade da terra para o plantio, a falta de habilidade com técnicas de plantio em grandes extensões de terra, a inexperiência com o gado de leite são exemplos

⁶⁷ A aquisição de celulares, notebooks e internet são exemplos e reflexos desta alteração socioeconômica, principalmente por meio das filhas. Por outro lado, estas jovens são relutantes em executar atividades próprias do meio rural como plantio ou cuidar da horta, internalizaram hábitos, estética e vocabulário próprios do meio jovem urbano. Tema aqui sem o espaço adequado para reflexão e problematização.

deste entrave adaptacional. Situação que desmotiva toda a família em especial sua esposa Genira, que faz reclamações constantes. Para ela, as dificuldades do presente torna sua narrativa ainda mais nostálgica, sua rotina de trabalho diário ultrapassou os limites do ambiente de casa, agravado pela ausência de mão de obra, ou seja, outros braços no núcleo familiar para o número de atividades e ainda sem o auxílio de outros familiares. Atualmente, ela precisa conciliar afazeres domésticos com as diversas atividades da propriedade, como dar comidas às vacas, aos porcos e galinhas; cuidar da horta, das flores; limpar galões de leites e prepará-los para receber o leite recém-ordenhado e realizar as atividades diárias da casa. Tantas atividades que não permitem espaço para o lazer, aos momentos outrora vividos às margens do Rio Tibagi de pesca e extrativismo. O hábito de atravessar o rio de barco é algo que ficará circunscrito ao passado e deixa de pertencer às práticas cotidianas da família, substituídas gradualmente pelas inúmeras atividades na propriedade.

As filhas são outro tema espinhoso para o casal; das quatro filhas, três estão casadas e nenhuma tem trabalho fixo, os genros auxiliam nas atividades da propriedade esporadicamente quando em visita. A nova organização social da família trouxe, por um lado, a comodidade do meio urbano como internet, computador, celular, televisão, carros e motos, concomitante, às demandas cada vez maiores das atividades rurais, como ordenar vaca, tratar a terra, funções pouco apreciadas pelas filhas. O conflito geracional pode ser somado ao desejo dos pais em voltar às pescarias matinais e a insatisfação com o excesso de trabalho e seu pouco retorno.

O interesse inicial da família estava em encontrar algum lugar perto do lago ou dos córregos, **“até encontramos uma terra perto do Tibagi mais o pessoal do consórcio disse que a gente não tinha condições de pegar aquela propriedade”**, nos informa Sr. Adenilson em janeiro de 2013 em nosso mais recente encontro. Porém, a família relatou que a escolha da terra se concretizou mediante certa pressão simbólica por parte dos representantes do consórcio sobre a família para que se resolvesse logo a situação, **“não pegamo uma terra melhor por conta de medo. A conversa que tinha é que teve gente que bateu o pé e conseguiu terra melhor, a gente ficou com medo de ficar sem nada, corria o comentário que se não aceitasse logo perderíamos o direito, por isso aceitamos logo”**; diz a Sr.^a Genira.

Essa informação nos indica facetas do processo de realocação e acompanhamento das famílias, não se teve o cuidado em perceber os valores identitários dessas pessoas, perceber que um grupo familiar que há gerações habitou às margens do rio em um curto espaço de tempo rompe esta relação sem a possibilidade de **“matá a saudade do rio”**, como afirmam. Este fato aponta que para este núcleo familiar houve perdas simbólicas que atuam diretamente nas possibilidades de acionar a memória do grupo, principalmente a

que se refere à memória-lugar, pois as ilhas e os locais de sociabilidade não são mais acessíveis fisicamente e necessitam ser ressignificados para não caírem no esquecimento.

Dentre os mais idosos integrantes da Família são: João Santana Cordeiro, 82 anos, agricultor, benzedor, falecido em 2010⁶⁸; Mateus Ricardo dos Santos, 65 anos, agricultor e mecânico; Brasília Cordeiro, 61 anos, agricultor e pescador; Matilde Maria Cordeiro, 57 anos, agricultora; Irene dos Santos, 52 anos, agricultora. Entre os adultos jovens temos Adenilson Cordeiro, 42 anos, pescador, agricultor; Genira Cordeiro dos Santos “Zena”, 38 anos, dona de casa e pescadora (sem registro); Silmara Cordeiro, 32 anos, dona de casa.

2.3.1 “SEMPRE PASSOU DE PAI PARA FILHO”, TRAJETÓRIA E RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NA FAMÍLIA CORDEIRO

No que se refere à trajetória da Família Cordeiro, esta habita geograficamente a região de Lajeado Bonito (MAPA 2) às margens do Rio Tibagi e seus afluentes como Barra Grande desde tempos imemoriáveis. Embora não fossem proprietários de terras legais, seus relatos afirmam que as terras onde habitavam⁶⁹ **“sempre passou de pai para filho”** por meio de acordos verbais de *“palavra”*, fazendo referência à *“venda”* ou à *“troca”* por *“outro pedaço de chão”*, assim expostos nos trechos das entrevistas realizadas com Sr. Adenilson, Sr.^a Genira, Sr.^a Matilde e Sr. Brasília sobre suas memórias acerca da trajetória da família na localidade.

ADENILSON: Meu pai mermo nunca teve propriedade própria, sempre vivia trabalhando na fazenda. Já... a família da Zena (GENIRA). Minha avó por parte de mãe as terras dela fazia divisa com o terreno do pai da Zena terra, divisa com eles.

MODERADORA NELI GOMES: Eles eram donos da terra com documento?

ADENILSON: Eles eram donos da terra. Herdero dos pais era só o pai da Zena. A dele que ficou para ele, de herança. Era dono de terra herdada, na época nem era documento, era mapa. Ele herdou de herança: do salto aparato, Lajeado Bonito até a ponte do Barra Grande era tudo dele, o Joaquim Rodrigues dos Santos.

Daí começou a chegar gente pedindo um pedacinho de terra pra mode fazer lavoura, como uma tal de Geraldo. Na época era capoeirada. Daí o véio Joaquim disse: _ pode ir fazê. E não saiu mais de cima de 10 alqueires, fez um rancho e tudo. Daí este um já vendeu pra outro e foi tomando, tomando, faltou 8 alqueires. Fizeram uma treta com o véio foi se desfazendo de tudo. Daí o veio Joaquim falou com meu pai [Brasília] que morava do outro lado do rio Barra Grande, contou a história e pediu pra mode a gente ir morar junto com eles, pra mode evitar perder tudo. E a mãe da Zena era muito simples, nós era pequeno, pouco mais de 2 anos tudo pequeno. Daí nós viemos pra lá, meu pai fez rancho nas terras deles.

Aí surgiu um problema na família nossa, o pai matou um cara, e nós fumo embora pra São Paulo. Um tempo depois chegou o prefeito de Ortigueira, um tal de Nilson, e falou com a dona Juventina [mãe da Zena] e fez uma proposta para ela de dá $\frac{3}{4}$ (três quartas) do terreno em troca da outra

⁶⁸ Falecido em agosto de 2010, em torno de um mês após a realização da entrevista.

⁶⁹ E que viviam até serem removidos pelo empreendimento da UHM.

parte, pra mode não ter mais perturbação das pessoas que invadiram a terra. O cara disse para ela: _a senhora vai tá assentada naqueles $\frac{3}{4}$ de terra. Dai eles pensaram, pensaram e acharam mió se mudá, ela tinha documento de posse. Ela se mudou. Os caras tomaram de conta, este Nilson, escriturou e tomou de conta da terra que era dela. Dai naquele pedaço de chão de $\frac{3}{4}$ teve outros rolos, foi vendendo, vendendo e sobrou $\frac{1}{2}$ alqueire que foi dividido entre a Zena e a irmã dela, $\frac{1}{4}$ alqueire para cada e eu comprei a parte da irmã dela. Dai fui fiz a escriturinha de posse daquele pedaço de chão. [nossos destaques]

(ADENILSON CORDEIRO, 40 ANOS; SRA, GENIRA CORDEIRO, 38 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2010) (grifos nossos)

SR.^a MATILDE: **Aqui nasceu minha mãe, meus vô, meus tios tudo nasceu aqui, moravam ali na região do Barra grande, Natingui. Minha vida desde criança foi sofrida. Eu nasci em Monte Alegre, perto do Barra Grande e nós rodamos por tudo até para ali no Porto de Areia. Toda vida na lavoura e no rio, meu pai fazia aquele tipiti de taquara para pegar peixe. Meu pai, quando separou, eu tinha um ano e meio. Ela foi a mãe e o pai nosso. Ela trabaia na lavoura, carpia, fazia tudo. Daí quando nós ficamos maior ela punhou nós na lavoura, eu tinha uns 5 anos. Ela foi tirar documento já com 70 anos.**

Nós de primeiro não tinha um tanque para lavar roupa, nós ia para as pedras do Barra Grande. Pra nós que vivemos na beira do rio só vai ficar a lembrança, já não podemos morar na beira do rio.

(MATILDE CORDEIRO, 57 ANOS, ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2010) [grifos nossos]

SR.^a BRASÍLIO: **Nascido e criado, meu pai se amigô com minha mãe e logo nasci. Nós se criêmo na beira do rio, naquele pedacinho de chão lá no porto de areia.** Minha mãe não tinha condição de me criá e me deu adotivo para um casal sem filhos, Abílio e Clotilde conhecida como Doca. Não tenho estudo, meu pai não deixava, o veio falava assim: _ pega a caneta ali no paiolzinho. Eu já sabia. Era pegar a enxada e ir carpir. Eu sozinho ia lá carpir a lavoura. Quando pequeno eu fugi de casa e parava [morava] nas terras do véio Joaquim, pai da Genira, ele era o único que era mais miózinho da família e dava uns pedacinhos de chão pra gente morar. Fazia roçinha para ajudar, carpir lavoura e no rio pegar uns peixinhos para ajudar em casa. Tenho 60 anos de beira de rio, eu digo que sou o pai dos meus fio, o outro pai é o rio. Eu ficava 10 dias no rio, desde os saltinhos até a cachoeirão, era o ponto meu de pescar.[...]Fui batizado e crismado ali no Lajeado Bonito, na igreja católica, minha mãe nos levava de mês na igreja.

(BRASÍLIO CORDEIRO, 61 ANOS, ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2012)

Os fragmentos de entrevistas reforçam a percepção sobre a relação com a terra **“Meu pai mermo nunca teve propriedade própria, sempre vivia trabalhando na fazenda.”**, afirma Sr. Adenilson. Os depoimentos indicam a presença da família na região desde o *“tempo dos antigos”*, seus antepassados (bisavós, avós, pais) estiveram inseridos na região de forma continuada, na *“lida”* com a terra, no trabalho com a lavoura por ilhas presentes no Rio Tibagi. Podemos identificar nesta família a dinâmica social de *“passar”* as

terras de plantio e a morada aos descendentes, características que apontam uma prática de “*terras de herdeiros*”, segundo Heredia⁷⁰(1989):

As posses eram tradicionalmente transmitidas de geração em geração; por ocasião da morte do posseiro chefe da família, a terra era dividida entre seus herdeiros. Ainda que cada um dos herdeiros desfrutasse de uma parcela de forma individual, não era necessário que se fizesse demarcação legal, pois a divisão era reconhecida de fato pelos usufrutuários. (HEREDIA, 1989, p.63)

Os relatos expressam ainda uma complexa rede de relações entre homens, o uso da terra e as relações de poder na região, expondo suas implicações no acesso à propriedade. Ao descrever o “tempo dos antigos”, Sr. Adenilson, enfatiza a relação com a terra; o fato de não serem proprietários “legais” da área de morada e plantio; os acordos realizados em torno do uso da terra e a gradual fragmentação da propriedade herdada pela família da esposa. Chama a atenção para as reminiscências sobre o modo como o pai da Sr.^a Genira, “dono” de considerável proporção de terra (com documentação), estabeleceu relação com outras pessoas e esta propriedade foi-se fragmentando a ponto de restar ½ alqueire às netas. Aponta os acordos informais, ditos “de boca”, que trouxeram implicações para toda a família. Cabe ressaltar que nosso intento não é fazer juízo de valor sobre as ações expostas nas narrativas, nos interessa identificar as informações que os integrantes da família possuem sobre seus antepassados e o modo de ocupação na região, mesmo sem referência sobre o modo de chegada ou documentação que possa identificar o período. Nesse sentido, para Ricoeur (2000), “é essencialmente no caminho da recordação e do reconhecimento que nos deparamos com a memória dos outros” e completa “o testemunho não é considerado enquanto proferido por alguém, para ser colhido por outro, mas enquanto recebido por mim de outro a título de informação sobre o passado.” (RICOEUR, 2000)

Encontramos presente nas narrativas a íntima ligação com o meio natural e a figura do Rio Tibagi como elemento constante na dinâmica social vivenciada pela família, diz Sr. Brasília: **“Fazia roçinha para ajudar, carpir lavoura e no rio pegar uns peixinhos para ajudar em casa. Tenho 60 anos de beira de rio, eu digo que sou o pai dos meus fio, o outro pai é o rio.”** A afirmação de que o rio foi “o outro pai” de seus filhos é muito significativa para expressar os valores estabelecidos neste núcleo familiar. E isso é reforçado por Sr.^a Matilde **“*nós de primeiro não tinha um tanque para lavar roupa, nós ia para as pedras do Barra Grande. Pra nós que vivemos na beira do rio só vai ficar a lembrança, já não podêmo morar na beira do rio*”**. O processo de urbanização adentra o

⁷⁰ Nossa referência são os dados obtidos pela tese de Beatriz M. Alasia de Heredia, O Campesinato e a *Plantation*. A história e os mecanismos de um processo de expropriação, de 1989. Inserido na obra Processos de Constituição e Reprodução do Campesinato no Brasil.

meio rural e gradativamente afeta o ritmo de vida, que é gerido pelo ritmo das águas, tempo de cheia, tempo de pesca, tempo de seca, e expõe uma temporalidade muito distinta daquela encontrada no meio urbano e que esteve efetivamente presente por várias gerações naquele contexto familiar. As falas ressaltam esta construção social do rio e *lugar* deste no cotidiano daquelas pessoas.

Outro tema presente nas entrevistas se refere à origem familiar, as narrativas ressaltam a proximidade com a etnia indígena da região, possivelmente Kaingangs, expondo o elo com ascendência cabocla, sua contínua socialização com a população indígena e a ligação com a religiosidade popular como as rezas e benzimentos.

ADENILSON: **Eu fiquei sabendo que a mãe do pai da Zena foi pega a cachorro no mato, daí criaram ela, casou e gerou tudo eles. Pode vê, minhas fias tudo raça de índio, a Zena é bugra, o pai dela era indião.**

MATILDE: “Minha sogra era índia, filha de índio bravo, pega a cachorro no mato, morreu com 115 anos. Sabe que raça de índio dura bastante e é muito fraco pra beber (rsrsrs). Quando nós moremo [moramos] no Sôco, no tempo das queimadas, perto de Mococa, no tempo dos índios, lá tinha muito índio. Pra nós eles falavam na nossa língua, agora entre eles falavam tudo enrolado. Falava tudo atrapalhado só que eu compreendia o que eles falava. Eu entendia tudo, não sei falar, mas eu entendia tudo, por causa que eu me criei com minha sogra, ela morou comigo 40 anos. Quando ela tava brava eu sabia, nem o filho dela entendia, mas eu entendia.

Minha mãe era benzedeira, sempre foi, aprendeu com minha avó. Ela punhava fogo no meio do paiol e fazia aquela fogueira para assar mandioca e fica rodeada de indiozinho na beira do fogo. Toda vida a indiazada gostava de ir na casa de minha mãe, nós se criêmo juntos, tudo eles ia na casa da mãe. Isso há uns 50 anos, eu era pequena, tinha uns 8 anos.

(SR. ADENILSON CORDEIRO E SR.^a MATILDE CORDEIRO, 59 ANOS, ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2010)

Essas lembranças indicam as redes de sociabilidade entre os indígenas e integrantes da Família Cordeiro, a memória compartilhada sobre esta relação são recorrentes, desde o tempo em que os **“índios viviam soltos, como nós”**, diz a Sr.^a Matilde. Ela própria possui traços físicos que remetem à ascendência indígena, assim como seus filhos o Sr. Adenilson e irmãos, indicando um processo de miscigenação com os indígenas. Características que nos chamaram a atenção desde o início das entrevistas e que é pouco comentado em conversas abertas. Os relatos reafirmam este indicativo de parentesco direto com os *“Índios bravos”*, *“pegos no laço”*, como a avó paterna da Sr.^a Genira e o seu pai, assim como a mãe do Sr. Brasília, uma *“índia brava”*.

A nosso ver, a reflexão da Sr.^a Matilde aponta a proximidade com elementos culturais indígenas e a interdependência entre os grupos **“nós se criêmo juntos, tudo eles ia na casa da mãe. Isso há uns 50 anos, eu era pequena, tinha uns 8 anos”**. Podemos identificar, por exemplo, a influência na base alimentar pelo modo de preparo de alimentos

e as técnicas utilizadas para seu aproveitamento, como o uso de *monjolo* para o preparo de milho e arroz; construção de “bote” para pescaria artesanal; modo de construção das habitações. Elementos sociais estes que podem ser reconhecidos nas práticas cotidianas das populações indígenas e identificados como reminiscências ainda praticadas pela família.

Expõem também o distanciamento⁷¹ ocorrido nos últimos tempos entre a população da região e a comunidade indígena com a área de reserva instalada na localidade de Mococa. Situação que explicita, por um lado, a visão que os entrevistados possuem sobre a população indígena, outrora e atualmente, e por outro lado, a pouca referência à contribuição cultural dos indígenas em seu próprio modo de vida, pois não há uma direta identificação com a identidade indígena. Nas palavras da Sr.^a Matilde: **“agora os índios da Mococa vivem numa terra só deles, com médico e escola só deles”**.

Outro ponto a ser ressaltado, a partir dos relatos, é o indicativo do hábito de compartilhar a mesma morada por inúmeras gerações: a mulher assume o papel de “cuidar” dos parentes, ser responsável por aqueles mais velhos que já não podem mais realizar atividades de um modo geral. A Sr.^a Matilde “cuidou” da sogra (Felisbina, 115 anos), coabitaram por 40 anos na mesma morada, assim como sua mãe (Izaltina, 92 anos). Ambas possuíam um quatinho nos fundos da casa e a saída se deu com o falecimento. Nesse sentido, Comerford (2003) aponta que a distribuição da família na casa corresponde a um elo de parentesco que, por vezes, gerações coabitam na morada, diz o autor, “cada uma das casas é habitada por indivíduos ligados entre si por laços de parentesco: pai-mãe e filhos solteiros e, excepcionalmente agregam-se a eles o pai ou mãe de um dos cônjuges. São estes indivíduos que compõem o grupo doméstico.” (COMERFORD, 2003)

Para a Sr.^a Matilde, a partir desse convívio, foi possível compartilhar outros saberes como a língua indígena, pela sogra, e o aprendizado com os procedimentos de “cura” como benzimentos e “garrafadas”, transmitidos pela mãe durante toda a vida pela oralidade, inserindo o conhecimento daquele meio social por via da prática cotidiana. Segundo Le Goff(1990), esta modalidade de passagem de conhecimento, nas sociedades sem escrita por meio da internalização de práticas sociais envolve uma complexa rede onde a memória é transmitida pela aprendizagem e “não é uma memória ‘palavra por palavra’ assimilada de forma que “raramente é sentido como necessário”. Para o autor, “a memória coletiva parece, portanto, funcionar nestas sociedades segundo uma

⁷¹ As comunidades onde estão concentrados os descendentes indígenas Kaingang são de responsabilidade de órgãos governamentais. O afastamento destes grupos sociais não apenas geográfico, produz também aos “de fora” das comunidades a visão que há formas diferenciadas no tratamento dado aos índios, “ele são muito bem criados, tem hospital”, diz Sr.^a Matilde. Não há o entendimento dos processos políticos que envolvem a salvaguarda das populações indígenas em âmbito nacional, sendo possível visualizar certos “privilégios” que outros grupos não possuem.

‘reconstrução generativa’ e não segundo uma memorização mecânica. Parece pelo contrário que o papel importante cabe à dimensão narrativa e a outras estruturas da história cronológica dos acontecimentos". (LE GOFF, 1990).

Para esse autor, nesses agrupamentos sociais, sem o domínio da escrita, a memória coletiva “parece ordenar-se em torno de três grandes interesses: a idade coletiva do grupo que se funda em certos mitos, mais precisamente nos mitos de origem, o prestígio das famílias dominantes que se exprime pelas genealogias, e o saber técnico que se transmite por fórmulas práticas fortemente ligadas à magia religiosa.” (LE GOFF, 1990)

Embora haja uma constante reiteração de que **“naquela época era muito mais sofrido”**, estas informações sobre a família são transmitidas às gerações como uma memória compartilhada da trajetória daquele núcleo familiar, por meio de conversas cotidianas sem um espaço definido para esta transmissão. Nessas conversas informais a trajetória da família é passada dos mais velhos aos mais jovens, em especial de mãe para filhos, e possui seu valor como mito de origem da família. Tais lembranças estão repletas de nostalgia de um período que, embora sofrido e de muito trabalho, trazem também narrativas de um tempo em que havia opções variadas de alimentação que foi se tornando cada vez mais escassa com sua gradativa substituição e interrupção não apenas dentro da família, mas acompanhando o processo ininterrupto de inserção de práticas urbanas no meio rural. Para este debate, acompanhamos Sobral (1995) quando nos diz que “a nostalgia do passado estará ligada aos processos de mudança e aos conflitos que as atravessam [...] procurar-se-ai no passado a força de uma identidade escrita no tempo e que possa mesmo, em muitos casos, representar uma imagem composta a um presente vivido como inseguro”. (SOBRAL, 1995)

Outra reflexão importante a se ressaltar é que com o falecimento destes “mais velhos” parte do conhecimento morre junto; nas palavras da Sr.^a Matilde: **“Acaba tudo, com o tempo vai se acabando. Fica a lembrança, pena, porque as mães da gente, pai, avó, tio que lutava com aquilo ensinando a gente depois iam tudo morrendo”**. Com o passar do tempo e das gerações, o saber compartilhado ganha outras roupagens, por exemplo, a substituição de *monjolos* por produtos já descascados e moídos, prontos para consumo, adquiridos por compra ou troca, sem a necessidade do trabalho manual para sua preparação como arroz, farinha ou o açúcar, tornando a vida mais fácil e ao mesmo tempo frágil diante do avançar constante do urbano.

Nesse sentido, Perrot (1989) nos aponta que “o modo de registro das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração”, característica social que retoma a valorização dada ao meio doméstico e o detalhamento deste universo social que se diferencia da forma como o meio masculino reconstrói suas memórias, em geral pontuando as ações ocorridas nos

espaços públicos. As atividades realizadas no espaço privado da casa para as mulheres ganham maior atenção e detalhamento, enquanto os homens, em geral “não falam de suas experiências pessoais, da infância ou da vida privada, assuntos considerados pouco interessantes” (PERROT, 1989).

Cabe expor ainda que há um parco registro documental e fotográfico da família, segundo integrantes da família, a dificuldade de acesso a esses materiais e seus altos custos impediam que cerimônias e momentos festivos fossem registrados com fotografias. Mesmo documentação pessoal, com o falecimento dos parentes seus pertences aos poucos “se perdem” e caem no esquecimento material, característica na qual indica um desapego do núcleo familiar aos pertences materiais após a ausência física do parente. Atualmente as novas gerações já utilizam equipamentos eletrônicos para registrar encontros e celebrações familiares, embora ainda de forma muito singela.

2.4 SOCIABILIDADE ENTRE A FAMÍLIA SCHNEIDER E A FAMÍLIA CORDEIRO

O propósito neste momento é identificar as relações de *interdependência* entre as duas famílias e as novas configurações sociais diante da emergência do empreendimento na região. Percebemos⁷² durante as narrativas de ambas as famílias as memórias sobre o modo como se estreitaram os laços de amizade, por meio de histórias e causos, como demonstrado pelo Sr. Adenilson e Sr. Divonei. Estes narraram o modo como se conheceram apontando o intermédio das pescarias realizadas no Rio Tibagi.

MODERADORA: O que a população da região faz pra se divertir? O que vocês fazem como atividade de lazer?

DIVONEI: O rio. No município de Ortigueira todo lugar tem rio, mas o lugar mais famoso que vai mais gente é o Rio Tibagi, aqui na altura do Lajeado Bonito. Sempre foi um ponto de encontro entre amigos. Eu mesmo, fiquei conhecendo muita gente, fiz muita amizade através de pescaria. Porque a gente com sítio na beira do rio, então aumentou muito mesmo o número de amigos.

ADENILSON: **nós dois se conhecêmo no rio, olhe a famíia dele faz muitos anos que mora aí, a minha e da minha esposa também, mas nos conhecemos mesmo foi no rio e pegamo amizade foi no rio. Se não fosse o rio talvez a gente pudesse passar um pelo outro e virá a cara nem se oiá [olhar] direito.**

DIVONEI: Você lembra da história de como nós ficamos mais íntimo, que vc nos socorreu lá? Tem uma história engraçada que aconteceu, praticamente foi a segunda vez que a gente conversou que a gente acabou ficando mais íntimo por causa dessa história engraçada no rio. A gente cruzou pro outro lado do rio com um amigo a noite e o bote, deu um vento, e o bote foi embora e agente ficou a pé ilhado do outro lado. E ele tava pescando no outro dia. Posamo no mato, na cachoeira lá e no outro dia cedo vimos um barco descendo, era o Denilson pescando.

ADENILSON: e o medo dos home pegar minhas redes!

DIVONEI: E ele com medo de ser um fiscal, sei lá. Demorou um pouco e por sorte ele conheceu, ele conhecia mais o outro rapaz que eu. Mas foi ali que nós ficamos mais íntimo. Depois disso veio a usina e tivemos que debater nossos direitos, isso nos fez conhecer um e outro direito.

(ADENILSON CORDEIRO, 40 ANOS e DIVONEI SCHNEIDER, 42 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM JULHO 2010) (grifos nossos)

A partir das narrativas percebemos o parco contato entre os entrevistados em outros ambientes sociais da região, nem mesmo nos distritos rurais como o Lajeado Bonito, próximo à morada de Adenilson, e o distrito de Sulfurosa e Natingui, onde se concentram as terras da família Schneider. Percebemos que as relações estabelecidas no período anterior ao advindo da UHM se restringiam aos eventuais encontros durante pescarias de lazer, assim como as trocas materiais e simbólicas existentes nos encontros religiosos realizados nos bairros rurais (inicialmente na igreja católica e posteriormente em sedes de inúmeras congregações protestantes instaladas nos bairros rurais e em

⁷² Embora não seja possível mensurar o nível de inter-relações entre ambas, por não ser temática que apareça espontaneamente nas entrevistas.

propriedades particulares), mas estes também se restringiam aos frequentadores daqueles espaços religiosos e aos valores neles contidos.

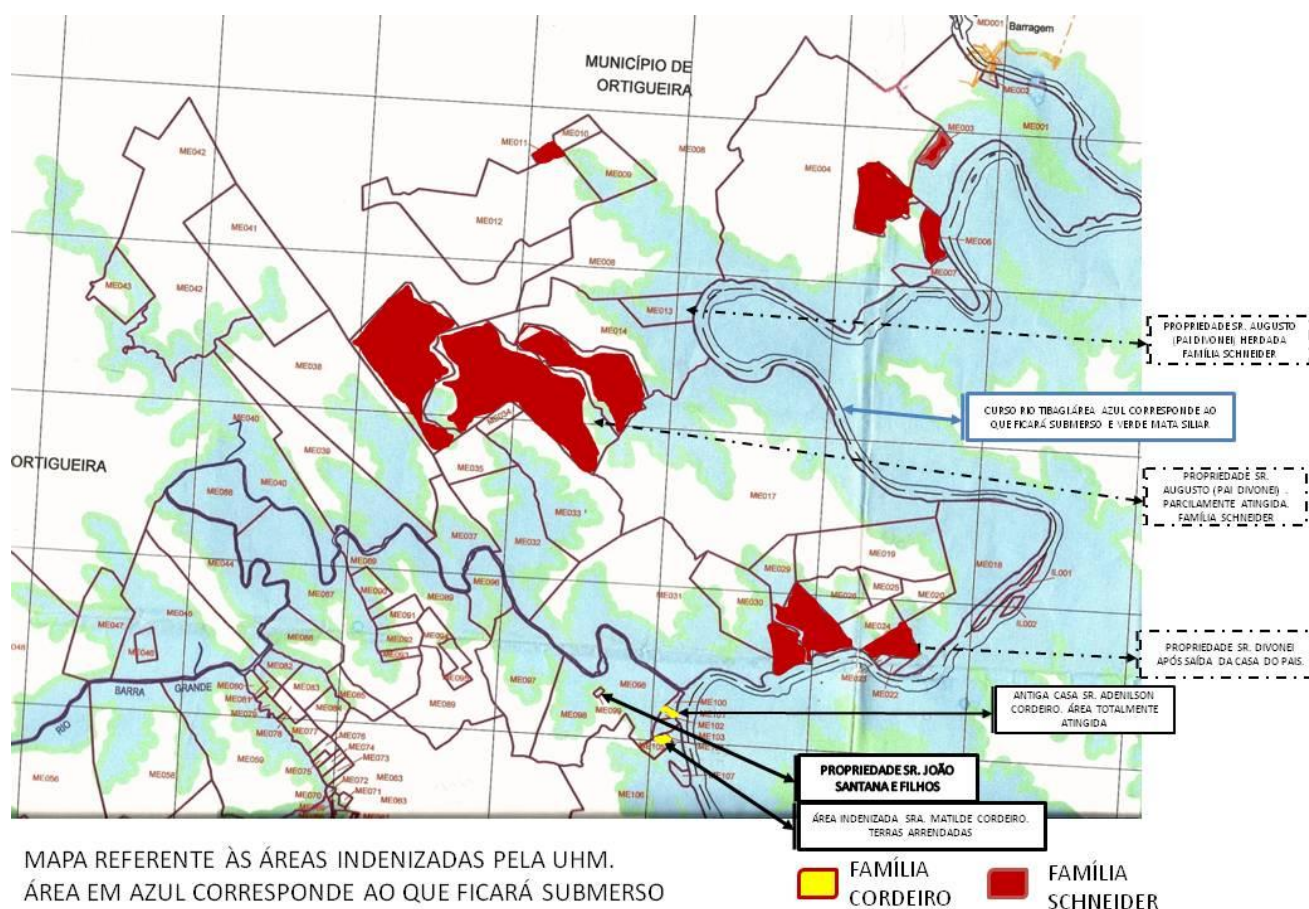
O espaço ocupado pelo rio, para além de suas características geográficas, atuou como “Espaço de Sociabilidade” na região confluindo trabalho e lazer, mediante a prática de pescaria, em geral pelos homens, e de lavagem das roupas e banhos de lazer, pelas mulheres e crianças. Este “Espaço de Sociabilidade” possibilitou que houvesse uma aproximação entre estes sujeitos, atuando como um elo de identificação que os tornaram mais próximos, embora reforçado pelo acontecimento narrado acima. Apesar de ambos compartilharem os mesmos espaços geográficos, de morada e trabalho, é no rio que eles mantinham práticas sociais semelhantes, a pescaria, não obstante o fim fosse diferente. Pescar para Adenilson, além de lazer, correspondia a parte da subsistência de sua família, ao passo que para Divonei, a pescaria eminentemente estava voltada para o lazer e o descanso.

Perspectivas essas que ressaltam a relação destas pessoas com o lugar onde habitam e as relações ali estabelecidas com o meio e com outras pessoas, “o lugar recebeu a marca do grupo, e este a do lugar [...] cada aspecto, cada detalhe deste lugar tem um aspecto que apenas é inteligível para os membros desse grupo, porque todas as partes do espaço que ocupou correspondem a outros tantos aspectos diferentes da estrutura e da vida da sua sociedade, pelo menos no que se refere aos elementos mais estáveis da mesma.” (HALBWACHS, 1968)

Os trechos das entrevistas expõem que, embora as duas famílias habitassem a mesma região há varias gerações, realizando práticas similares, mantinham restritas relações entre si. Diz Adenilson, **“nós dois se conhecêmo no rio, olhe a famía dele faz muitos anos que mora aí, a minha e da minha esposa também, mas nos conhecemos mesmo foi no rio e pegamo amizade foi no rio. Se não fosse o rio talvez a gente pudesse passar um pelo outro e virá a cara nem se oiá [olhar] direito.”**

A chegada da hidrelétrica inseriu outro ponto de aproximação entre ambos tornando-os pertencentes a um mesmo agrupamento de pessoas, aqueles moradores atingidos pela usina, com anseios e demandas semelhantes. Estes possuíam terras que margeavam o rio ou estavam inseridas na área atingida pela UHM e teriam que decidir quais condições e caminhos a serem tomados, decisões estas que permearam desde a forma de indenização em relação à terra e ao plantio, se individual ou coletiva, até outros acordos indenizatórios que necessitavam de decisões coletivas. E o espaço da Associação configurou o local para estes diálogos entre os moradores e o empreendimento.

MAPA 3 – ÁREAS DE OCUPAÇÃO DAS FAMÍLIAS CORDEIRO E SCHNEIDER



Em relação aos núcleos familiares por nós estudado, a Família Schneider e a Família Cordeiro, observamos uma distinção social importante, o acesso à propriedade (MAPA 3). O mapa ilustra a maneira de estas famílias ocuparam a região do Rio Tibagi, para a primeira (área em vermelho), há um histórico de ocupação, com acesso a grandes extensões de terra pela região, destas, parte foi herdada dos pioneiros na região e parte adquirida ao tornarem-se adultos e saírem da propriedade dos pais. Para esta família, o empreendimento não trará tantas alterações sociais do ponto de vista econômico. Característica que emerge em inúmeras entrevistas e conversas, expressas nos trechos que seguem:

DIVONEI: É então aí eu, eu vejo assim, financeiramente pro município isso é bom né. Pra economia do município isso é bom, e pra muitos, principalmente pros bem pequenos mesmo tá sendo bom. Pra quem teve seu direito adquirido e garantido tá sendo muito bom, porque a pessoa tinha lá um pedacinho pequeno e vai pegar hoje um pedaço bem maior de terra, né? E muitos que eram arrendatários, né. Que comprovaram que eram arrendatários vão ter um sítio próprio. Então pra eles vai ser bom. [...] Agora, minha opinião, pra quem já tinha uma vida estável, um, um... assim tipo a nossa família parte dela já tinha né, assim uma condição mais tranqüila de viver, é... não vale muito a pena pelo, pelo lado sentimental né. (DIVONEI SCHNEIDER, 42 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM AGOSTO 2010)

Ao passo que para a Família Cordeiro (destaque amarelo do MAPA 3), as pessoas fazem uso da terra na forma de posse e não limita sua área de ocupação a um espaço demarcado, são grupos familiares que habitam a região e deixam aos herdeiros o uso da terra, são seu sentido de propriedade. Estes com a indenização migram de arrendatários ou posseiros para a posição de proprietário, o empreendimento possui importante influência sobre as perspectivas de vida daquelas famílias indenizadas, com implicações materiais e simbólicas, como já apontadas em diversos momentos neste trabalho.

Refletindo inclusive nas condições sociais para produção de memória, reflexão que está em diálogo com Sobral (1995) ao nos afirmar: “alguns dispõem de um amplo repertório de suportes e modos de objetivação da memória, enquanto outros estão praticamente reduzidos à rememoração oral”. (SOBRAL, 1995) A base de transmissão oral precisa ser reorganizada, para que possa manter o vínculo da família Cordeiro com o meio natural em volta.

Aos moradores atingidos por uma usina hidrelétrica não lhes é permitido o direito pleno de escolher continuar vivendo da forma que sempre viveram, com sua lógica de mundo, aquela mais próxima do tempo natural “tempo de seca, tempo de cheias” do que aquele tempo racionalizado, dos tempos modernos em que “tempo é dinheiro”. Todavia sejam mínimos os conflitos ou questionamentos, sem balar suas estruturas, tanto por parte do empreendimento ou do morador indenizado; quanto governo ou do município. Firmam-se os acordos de liberação do espaço pela população, o que satisfaz o empreendimento. Garante satisfação do morador que se concretiza diante da nova realidade financeira e mantém a vantagem do Estado brasileiro em resolver a situação sem maiores empecilhos, garantindo, por tabela, a entrada de mais pessoas consumidoras e contribuintes para o município.

Esta é outra faceta desta adesão por parte do Estado brasileiro em investir nesta modalidade de expansão de energia elétrica. Conseguem inserir aquelas famílias que viviam à margem do poder estatal, sem histórico de contribuição social e participação, tornando-os aquelas pessoas anteriormente vistas como à margem da sociedade, passam a cidadãos, novos consumidores, contribuintes e eleitores. De quebra, deixará de “manchar” a imagem do município e do país, com a melhora dos índices de qualidade de vida e queda da pobreza extrema.

A questão sociocultural emerge nos momentos de crises, extravazados com a frustração diante do baixo rendimento sem o retorno esperado, os prejuízos e endividamentos, logo surgem falas que ressaltam diferenças nas práticas do trabalho, a simplicidade e tranquilidade de suas vidas e as narrativas de lembranças da rotina de outrora **“antes eu trabalhava o dia todo e ainda saía para pescar, pegar plantas no mato e não ficava cansada. Agora, mesmo trabalhando direto não dou conta de**

terminar, ainda sem a ajuda das filhas. tô cansada!”, desabafa Sr.^a Genira em nosso último encontro, janeiro de 2013. Situação percebida pelo grupo como caminho sem volta, nem solução aparente, dada a impossibilidade de tomar outras decisões, fazer outras escolhas.

Devido às circunstâncias da família, suas condições de produção da memória relacionada ao lugar se tornaram inacessíveis, nem mesmo a relação com as fontes de água que historicamente marcaram sua trajetória foi mantida no cotidiano, a relação com o meio foi alterada: já não é possível acessar cachoeiras, grutas, ilhas ou a própria antiga casa, se assim o desejarem, seus **lugares da memória** estão intimamente ligados ao meio natural.

Acompanhamos as narrativas de moradores e expõem as vantagens lado a lado às insatisfações diante da nova realidade. Expõem o excesso de atividades e o reflexo nas alterações cotidianas e principalmente a ausência dos elementos simbólicos de pertencimento cultural em suas práticas cotidianas, as relações de sociabilidade estabelecidas com o meio natural que os cercaram durante gerações. A nosso ver, este é um fator de significativa importância para a própria manutenção dos agrupamentos sociais no meio rural.

Para essas famílias ribeirinhas não é possível desfazer o acordo, não há mais para onde voltar, pois o lugar está submerso. Sua casa, roças, ilha de pescaria entre amigos, não podem ser visitados, mas, e o direito à memória de sua história, do seu passado. Sua construção sociocultural, seus valores e preceitos. De que forma mantê-los, se as relações foram rompidas? Esta perda não é mensurável, ela é simbólica e socialmente construída que ressurge com o tempo. Como, então, garantir a preservação do patrimônio imaterial daquele grupo social e sua relação estabelecida com o Rio Tibagi?

3 OS PORTADORES DA MEMÓRIA

Ao refletir sobre as maneiras que as sociedades lançam mão para transmitir aos seus e aos “outros” o conhecimento e os valores do grupo, traremos aqui algumas perspectivas presentes em diversas sociedades, modelos que podem dialogar uns com os outros, mas devem ser percebidos com suas especificidades.

Para Norbert Elias (2000), “nas sociedades humanas a experiência vivida de sua estrutura evolutiva pode contribuir para modelar o desenrolar dos próprios processos sociais. Por isso é que a experiência vivida das sequências de acontecimentos é parte integrante, na ordem social, do próprio desenrolar dessas sequências.” (ELIAS, 2000) A ideia de tempo e espaço orienta as sociedades diante de sua trajetória, a internalização de símbolos socialmente construídos ganha formas diversas, assim como as maneiras de orientação sobre as práticas.

O autor expõe uma importante reflexão sobre quais as informações ou características que sintetizam simbolicamente um grupo social e as maneiras utilizadas para manter sua trajetória presente no grupo, e além dele, pela aprendizagem de símbolos compartilhados, “o fato de homens deverem e poderem se orientar em seu mundo adquirindo um saber, e de, com isso, sua vida individual e coletiva depender totalmente da aprendizagem de símbolos sociais, é uma das particularidades que diferenciam o ser humano de todos os outros seres” (ELIAS, 2000)

A história de um grupo é transmitida pela narração, seja ela oral ou escrita, “uma história é uma narração, verdadeira ou falsa, com base na ‘realidade histórica’ ou puramente imaginária”, afirma Le Goff (1998). A tradição oral e a tradição escrita são exemplos de maneiras como as sociedades transmitem seu conhecimento e dão sentido ao seu percurso, “escrita e oralidade coexistem em geral nas sociedades, e esta coexistência é muito importante para a história” (LE GOFF, 1998).

Na cultura ocidental, a escrita se construiu como meio de transmissão e se tornou simbolicamente um paralelo entre o conhecimento místico e a razão. A história para Le Goff é a “ciência do tempo” e possui intensa relação com os meios técnicos de reprodução para a efetiva transmissão dos fatos históricos. A obra *Mythe et Pensée chez les Grecs: études de psychologie*, escrita em 1965 por Jean-Pierre Vernant, é um exemplo. Abordar o processo histórico a partir do *interior do homem grego* expondo sua relação com Memória e o Tempo com base nos mitos gregos. Esta relação entre valores de transmissão oral objetivados no processo da escrita. Neste caso, o pensamento grego é retratado ora reafirmando o mito, ora reiterando os valores daquela sociedade, estabelecendo assim um paralelo entre as duas áreas de conhecimento: mito e razão, o espaço e o tempo, memória, imaginação, pessoa. (RICOEUR, 2000)

Dessa obra, nos interessa em especial a representação feita de *Mnemom*, o *homem-memória*, aquele que “*tudo que foi, tudo que é, tudo que será*”, personagem no qual sintetiza a figura religiosa e mítica daquele que é o encarregado de manter viva a lembrança do passado. O ser mitológico responsável por evitar que se apaguem da memória dos humanos suas “origens” e mais que isso a função de transmiti-las aos seus pares, evitando assim cair no mal maior, o esquecimento. O mito traz o esquecimento como o grande algoz do herói, equivalente à morte simbólica, e tem na figura de *mnemom* o papel fundamental de rememorar o herói dos atos ou eventos acontecidos “o servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte”. Cabendo-lhe, por fim, a função de organização dos calendários religiosos.

Para Le Goff (1990), “o saber ocidental considera, pois, que a história nasceu com os gregos. Está ligada a duas motivações principais. Uma, de ordem, étnica, consiste em distinguir gregos dos bárbaros. À concepção de história está ligada a ideia de civilização.” (LE GOFF, 1990)

Em outros contextos sociais o ato de “transmitir o saber” foi socialmente construído pela oralidade pela palavra dita, mediante a tradição oral. A transmissão desses saberes sobre o grupo e sobre o mundo em volta é feita pela figura dos *homens-memória*, indivíduos de sabedoria e respeito, em geral por uma figura religiosa ou política. Le Goff (1990) estes contextos sociais como “sociedades sem escrita” e afirma:

nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, *homens-memória*: “genealogistas”, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, “tradicionalistas”, “a memória da sociedade” e que são simultaneamente os depositários da história “objetiva” e da história “ideológica” função desempenhada pelos “chefes de família idosos, bardos, sacerdotes”, esses personagens exercem “na humanidade tradicional, o importantíssimo papel de manter a coesão do grupo. (LE GOFF, 1990, p.371-372).

Essa perspectiva compartilha a trajetória do grupo por meio de narrativas épicas e representa a continuidade daqueles saberes dos antigos, e mesmo que sejam adaptados aos contextos contemporâneos mantêm seu elo com o passado.

Hampâté Bâ (2003), em sua publicação “Amkoullel, o menino fula”, narra a tradição oral africana com o intento de esta ser reconhecida como fonte legítima de conhecimento histórico e aborda a trajetória de Amkoullel pela savana africana com referenciais islâmicos. O autor considera a tradição oral como expressão do *conhecimento total*, reestabelecendo a relação entre o indivíduo com o mundo de modo que haja uma apreensão holística da realidade em que vive, para o autor:

uma relação viva, de participação e não uma relação de pura utilização (...). Aquilo que se aprende na escola ocidental, por mais útil que seja, nem sempre é vivido, enquanto o conhecimento herdado da tradição oral encontra-se na totalidade do ser. [...] É, pois nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere. Está comprometido com ela. Ele é a palavra, e a palavra encerra um testemunho daquilo que ele é. [...] A própria coesão da sociedade repousa no valor e no respeito pela palavra [...]. Nas tradições africanas, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à origem divina e às forças ocultas nela depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizada sem prudência. (HAMPATÉ BÂ, 1982, p.199) [grifos nossos]

No trecho **“é, pois nas sociedades orais que não apenas a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a palavra é mais forte. Lá onde não existe a escrita, o homem está ligado à palavra que profere”**, o autor sintetiza a dinâmica social da oralidade de inúmeras sociedades que ainda habitam o continente africano e outras culturas tradicionais nativas pelo mundo e como estas mantêm vínculo direto com aquele indivíduo que as transmitem, representado na figura denominada *Griôs*, o guardião da memória para os africanos. A expressão tem origem francesa *griot ou griote*, e sua significação se aproxima de “o contador de histórias”, em geral desempenhada pelo ancião ou anciã conhecido e reconhecido pela sua sabedoria e conhecimento das coisas do mundo dos vivos e dos não vivos.

Segundo Hampaté Bâ (2003), “um mestre contador de histórias africano não se limitava a narrá-las, mas poderia também ensinar sobre numerosos outros assuntos”, o autor completa “o *griot* quando conta sua história, revela os momentos sociais nos quais a prática de contar foi adquirida. Seus relatos têm relação com a identidade coletiva e permite a sua identificação com o povo, com a comunidade”. (HAMPATÉ BÂ, 2003) Para este *agente social*, o griô, a tradição oral ressurgiu *palavra a palavra*, entretanto, a ela não se restringe adquirindo outras linguagens. Ora utilizando a fala, por meio do canto e da poesia, ora o corpo, por meio da dança e da *performance*, assim, a transmissão de valores é ressignificada a cada lenda, cantigas, danças e canções épicas, assegurando por meio da oralidade a preservação dos ensinamentos desenvolvidos nas práticas rotineiras daquele meio social, segundo Cisto (2005):

Houve um tempo em que um contador tradicional, um griô só podia nascer numa família de griôs, ou seja, formavam uma espécie de sociedade de castas. E aprendiam, desde muito cedo, as histórias do seu povo, as lendas, os mitos, as histórias genealógicas; aprendiam ainda a tocar o kora e os tambores e as danças rituais [...] As funções sociais de um *griô*

são mais extensas do que se pensa: atuar como genealogista; como conselheiro; como guerreiro; como testemunha; recontar a História, servir de porta-voz; representar o governante como diplomata, mediar conflitos, interpretar e traduzir a palavra dos outros em diferentes línguas; tocar instrumentos; compor canções e melodias; cantar louvores; ensinar os estudantes; exortar os participantes numa guerra ou competição esportiva; transmitir notícias; conduzir cerimônias, como nomeações, iniciações, fazer a corte, casamento, tomada de posse, funerais. (CISTO, 2005).

O patrimônio cultural, nas sociedades ditas “sem escrita”, é ressignificado pela tradição oral que congrega mitos, contos, causos e modos de fazer, representam espaços de manifestação de sua identidade, alimentado pelo exercício de acionar constantemente de sua memória no cotidiano.

Nas culturas indígenas a oralidade é algo também presente, a *palavra por palavra* se faz presente, citaremos o exemplo os Borôro. Encontrados na região do pantanal brasileiro, a oralidade entre os Borôro é transmitida pelo contador de histórias, o Areôtorare, como aponta Gonçalves (2009). Nessa configuração social “todo índio privilegiado na aldeia onde vivia, como profeta, orador, historiador, contador de lendas, etc. À noite, em volta da fogueira assanhada ou à luz do luar, os boróros se reuniam para ouvi-lo. Espichados na areia, uns; outros, acorados, mas todos atentos, escutavam o verbo do irmão privilegiado”, e completa: “o verbo profético que lhes repetia histórias, que lhes transmitia tradições e que lhes explicava os fatos de maior relevo. Ao explicar a minha gente a significação da palavra que titula este livro, sinto-me como Areôtorare, feliz, rodeado por boróros que me escutem...” (GONÇALVES, 2009 apud MATOS, 1935).

Assim sendo, compartilhar o saber de um grupo envolve inúmeras formas de transmissão, nosso propósito neste momento é perceber e identificar no contexto estudado quais as maneiras que estes grupos familiares utilizam para falar de si. Se fazem uso eminentemente da transmissão oral ou podem recorrer a “objetos memoráveis”, como o faz Pierre Nora, ou os *aide-mémoire*⁷³ (lembretes) de Ricoeur, e acionarem suas memórias individuais e coletivas.

⁷³ Ambos atuam como “associação mais ou menos mecânica da recordação de uma coisa por outra que lhe foi associada na aprendizagem” (RICOEUR, 2000, p.38).

3.1 “NÓS SOMOS UM POVO SEM MEMÓRIA”, SR. CALVINO.

Em janeiro de 2011 agendamos o encontro com a Família Schneider visando perceber de que maneira o grupo familiar narra sua história, como falam de si e do lugar onde moram, suas percepções sobre a mudança na região com a vinda da usina. Foi organizado um churrasco em família⁷⁴, debaixo do bambuzal amarelo de 30 anos foi o local escolhido para o encontro, na propriedade da Sr.^a Lourdes, viúva de Eduardo Schneider.

A intenção do encontro conjugava interesses diversos, uma parte deles participava de mais um churrasco convencional em família, como tantos realizados; para outra parte, aquele encontro significava a oportunidade de contar a sua história, e à sua maneira. Outros mais, como nós, buscávamos ouvi-los, cada narrativa, observar gestos, posturas, discursos sobre a família, para, em seguida, recontar sua história de outra maneira, pelo olhar das ciências sociais, e as condições sociais para produção de memória.

O Encontro reuniu em torno de 40 pessoas, entre parentes “de sangue” e “irmãos de fé” (os irmãos da igreja), grande número de idosos, muitos adultos, algumas crianças e poucos jovens (nenhum morador do meio rural). Algumas pessoas assumiram a função de “cuidar” do churrasco; outras eram responsáveis pelo culto ecumênico que seria realizado após o almoço; e outros ficaram com a organização de um grupo menor, como os mais velhos da família para conversarem⁷⁵. Essa divisão de atividades foi iniciativa dos adultos e expõe a importância dada aos parentes mais velhos para contar a história oficial da família, entre os mais velhos a fala masculina é a predominante. Por outro lado, sinaliza que os mais jovens não estão autorizados a falar sobre a família e o discurso oficial é contado pelo olhar dos mais velhos. Esse grupo de mais velhos congregou em torno de 10 pessoas reunidas em semicírculo (a pedido do Sr. Divonei, por causa da câmera de vídeo), esta dinâmica permite que as pessoas olhem umas para as outras. Gerações de homens e mulheres em torno de uma mesma temática: “A História dos Schneider”.

Após apresentações gerais o primeiro a ser incentivado pelos demais a falar foi o Sr. Calvino que é considerado “o que mais sabe” e de “melhor memória” dos antepassados da família. Sr. Calvino está entre os mais velhos descendentes de alemães, brasileiro e agricultor. De pronto, nos expôs que sua família deveria cuidar melhor de sua história e **“respeitar a linhagem que tem origem na Alemanha pra mais de 500 anos”** e não

⁷⁴ A organização do encontro foi mérito de Divonei, este em 15 dias conseguiu contatar os familiares moradores da região e convidou um pastor da cidade para ministrar um culto ecumênico. Sr.^a Lourdes cedeu o espaço para o encontro em sua propriedade e um dos tios mais velhos, Sr. Elias Schneider, disponibilizou um boi para o churrasco; este feito foi amplamente elogiado, pois, o “tio Elias” homem viúvo que mora sozinho, é conhecido entre os familiares por ser “mão de fechada”. Sandra, então coordenadora da pesquisa de campo, foi a moderadora do encontro e mediu as entrevistas semiestruturadas. Eu estava impossibilitada de participar pelo fato de naquele período acabara de dar à luz ao meu primeiro filho, então com um mês. O encontro foi realizado em fevereiro de 2011 devidamente registrado por áudio, fotografia e vídeo.

⁷⁵ Sr. Divonei, Sr.^a Nair, Sr. Felipe, Sr. Augusto e outros.

deixar cair no esquecimento. Sua percepção é que os mais jovens deveriam agir de maneira diferente dos demais familiares e procurar saber sobre sua história e sua linhagem, em suas palavras ***“somos um povo sem memória, eu considero a minha família sem memória, porque não preservamos quase nada”***.

Enquanto o Sr. Calvino narrava suas lembranças, os demais ouviam atentamente, e, quando reconhecia alguma passagem, notávamos os gestos de contentamento, tristeza, atenção, satisfação, a respeito do passado da família. Surgiram lembranças que se referem às realizações dos pioneiros, seus feitos. O tom nostálgico ao falar sobre um tempo de trabalho e luta, seria uma antítese de hoje? Narrou suas memórias sobre o processo migratório, a chegada e a adaptação em terras brasileiras; o trabalho na lavoura, no garimpo, os causos envolvendo a construção da estrada de ferro e o enfrentamento com a população indígena, para ele os “índios bravos”. Contou, ainda, das “desavenças familiar” que resultaram em tragédias, como a morte o avô que foi assassinado pelo sobrinho, ou ainda, a presença da fé, e da religião, vinda com os pioneiros até os dias atuais.

Sua explanação não linear e anacrônica trouxe suas reflexões sobre as dificuldades na travessia e chegada dos imigrantes ao Brasil; a proibição do uso do idioma alemão; o esquecimento da língua-mãe e o contato com a língua indígenas “dos índios”; os casamentos fora da família e sem os preceitos da religião presbiteriana vinda com eles (como já exposto no início deste trabalho) e as mudanças que aconteciam a cada geração; a importância do antigo cemitério da família; relação com a terra de morada. Naquele momento foi possível identificar os indivíduos que atuam como “guardiões” e transmissores dos saberes e valores da história daquela família.

As narrativas dos homens mais velhos se sobressaíram, com pequenas intervenções dos adultos mais jovens, como Sr.^a Nair e Sr. Divonei, com o intuito de “saber mais” sobre o grupo familiar, e a cada questionamento sobre a trajetória da família, o grupo dirigia-se de imediato ao Sr. Augusto e Sr. Calvino como os mais “conhecedores” do passado. Esse reconhecimento de ambos como “transmissores” da trajetória da família os insere em um *lugar social* de respeito e sabedoria naquele grupo social familiar e religioso. Essa transmissão oral do conhecimento possui como alicerce a questão religiosa, explicitando a importância da fé para obterem um retorno satisfatório de suas ações.

Os dois nasceram e passaram a maior parte da vida na propriedade da família e exerceram a atividade de presbíteros⁷⁶ nas sedes da igreja inseridas nas propriedades da família ao mesmo tempo em que se dedicavam ao plantio, ao garimpo e à pecuária. Neste sentido Sr. Calvino expõe seu apego àquelas terras e nos afirma que

⁷⁶ Há 15 anos Sr. Augusto converteu-se à Igreja Assembleia de Deus, embora ainda mantenha estreitos laços com a Igreja Presbiteriana, inclusive organizando seus cultos.

o que eu mais admiro e gosto daqui é da terra vermelha, a pedra ferro, a areia preta que escorre na enxurrada por isso que a grama é saudável, o milho é saudável, o 'arroz'. Parece a terra de Israel que emana de leite e mel, uma terra abençoada. O que dá ali no sítio eu tenho muito amor, eu gosto de me chamar de pé vermelho por causa do Mauá, viu. Eu nasci aqui e tomei gosto aqui, se dependesse de mim eu recuperava o cemitério aonde tá nossos ancestrais e queria ser sepultado ali junto com eles.

(CALVINO SCHNEIDER, 86 ANOS. ENTREVISTA REALIZADA EM FEVEREIRO, 2011)



FIGURA 9 - REGISTRO DA CELEBRAÇÃO DE CULTO NA CAPELA DA PROPRIEDADE DA FAMÍLIA SCHNEIDER.

AUTORIA E DATA: DESCONHECIDA DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES. DATA: MARÇO/2012

Em momentos diferentes ambos foram líderes religiosos na igreja presbiteriana, realizaram cultos nas residências das pessoas e dentro de suas propriedades. Suas narrativas remetem ao elo entre trabalho e fé, seja narrando a importância do trabalho duro na lavoura ou em outros afazeres para obterem o sustento da família, seja na perspectiva de que sem muito trabalho e suor o homem não pode conquistar as “bençãos” de Deus. Reforçando a percepção de que a fé e o trabalho caminham juntos para obtenção da graça de Deus, diz o Sr. Augusto, **“nossa vida é prantá e cóiê” e “orar para Deus nos abençoar, meu pai e minha mãe era uma benção. Foi, por isso que é, é eu falei que a benção se estendeu sobre nós. Eu, nós aqui, nossa família”**, a religiosidade como agregadora das pessoas.

Cabe ressaltar ainda que os narradores da história de sua família, Sr. Augusto e Sr. Calvino, estão transmitindo aos seus filhos, a Sr.^a Nair (filha do Sr. Calvino) e o Sr. Divonei (filho do Sr. Augusto), este papel de mantenedores dos *acontecimentos* relevantes e que devem mantê-los “vivos” ou lembrados pelo grupo familiar. Por sua vez, os filhos também assumiram essa responsabilidade, ou seja, o trabalho de valorizar a trajetória de sua família. Sr. Divonei assim se manifesta: **“nossa história é mais importante que as outras, tenho vontade de montar a genealogia e não perder nossa história”** ou retomar a presença da religiosidade na família. Sr.^a Nair diz que **“este lugar é muito abençoado, a gente trabalhava na igreja tentando dar prosseguimento ao trabalho iniciado pelos antepassados como o seu Eduardo Schneider, a família era toda protestante e hoje se misturou muito”**. Ambos demonstram o interesse em não permitir que a sua trajetória “caia” no esquecimento, dialogam, assim, com o intento exposto pelo Sr. Calvino logo no início de sua fala, como vimos.

Dentre suas lembranças houve pouca referência à terra de “origem” dos pioneiros, a Alemanha, as memórias estavam circunscritas ao tempo vivido em terras brasileiras, não obstante seja valorizada, e até enaltecida como um “valor” identitário a ascendência germânica. Os temas abordados nas entrevistas circundam ora o meio do trabalho, ora da religião e sua relação com a população indígena. Nesse sentido, segundo Woortmann (2000), a memória de imigrantes compõe uma lógica de organização em torno de temas centrais. Nas palavras da autora:

se a memória é ancorada em eventos, os eventos significativos compartilhados diziam respeito já ao novo mundo. Um deles, referido em todos os lugares, diz respeito à organização do espaço ritual-simbólico da comunidade, isto é, a construção da igreja e da escola (e mais tarde, do cemitério). Nas comunidades teuto-brasileiras a igreja tem um significado especial, notadamente o sino da igreja. (WOORTMANN, 2000, p.222)

No início da entrevista houve certa resistência, por parte do Sr. Augusto, alegando esquecimento do passado, similar a primeira vez que o entrevistamos, no entanto, com a avançar da conversa e o auxílio de sua esposa, Sr.^a Edenir, e de seu filho, Sr. Divonei, as lembranças de eventos relevantes foram narrados. Principalmente em torno das figuras masculinas como o pai Carlos e tio Nhô Paulo, o que viabilizou inclusive traçar um esboço da árvore genealógica da família e perceber a base religiosa e a dinâmica econômica da família. Esse fato adquiriu maior respaldo com o acesso ao acervo documental e fotográfico da família, possibilitando o diálogo entre História de Vida e Análise Documental e assim ampliar a percepção sobre a trajetória familiar.

3.2 “GUARDIÃS DA MEMÓRIA” CAIXAS DE HISTÓRIAS.

Em inúmeras entrevistas individuais sobre as histórias de vida da família Schneider, nos foi indicando que deveríamos procurar duas pessoas: Sr.^a Edenir e Sr.^a Lourdes, pois ambas são conhecidas por guardarem muitas fotos e documentos da família. Ao conseguir agendar encontros com ambas, separadamente, nos deparamos com a mesma situação. Acomodadas na varanda da casa ou cuidando dos afazeres domésticos, tão logo cientes de nossa presença, a recepção educada foi marca registrada.

Após expor nosso objetivo⁷⁷, prontamente iniciavam o ritual: oferecer-nos café com pão ou mesmo refeição e nos acomodar na sala de estar ou na varanda⁷⁸. Tão logo bem acomodadas, elas adentravam a casa em direção ao quarto pessoal à procura de caixas e mais caixas empoeiradas sobre velhos móveis. Procedimento realizado em silêncio e sozinha, dispensando qualquer ajudar de outrem. Ao retornarem, seguravam uma grande caixa, repleta de papéis, documentos e fotografias ou outras caixas menores com mais documentos e mapas, dando início a uma longa viagem no tempo, interrompida a cada nova imagem posta às mãos.

No caso, a Sr.^a Lourdes assumiu a responsabilidade pelo acervo que originalmente pertenceu, parte, herdado da mãe e parte, em posse do ex-marido Sr. Eduardo Schneider, falecido há poucos anos. O objetivo de guardar este acervo é *“para não deixar se perder”*, informou-nos ainda, que não sabe pra quem deixar *“aquela montoeira de papel dos mais velhos”*; pensou em falar com o Sr. Divonei e conseguir alguém que ficasse responsável pelo acervo, afinal ali continha a *“nossa história”*, diz ela. Situação similar ao da Sr.^a Edenir, seu o acervo foi também herdado da mãe *“alemoa”* responsável pelos *“papéis da família”*, e nos informou ainda que deixará tudo com Sr. Divonei, seu filho. Informação importante por indicar que posteriormente o Sr. Divonei poderá congrega a tradição oral e documental de sua família, assim como a Sr.^a Nair.

Ao perguntarmos sobre o motivo de guardarem aquelas fotos e documentos, nos disseram que, como haviam assumido a responsabilidade por *“cuidar das coisas da igreja”*, acabaram por assumir também a guarda das *“coisas da família”*. Ou seja, ambas se responsabilizaram pela função de organização dos documentos, tanto religiosos, das duas

⁷⁷ Naquele momento o objetivo central era digitalizar o acervo de fotos e documentos da família e obter descrições sobre as memórias das entrevistadas. Para dar agilidade ao nosso trabalho foi possível levar o equipamento eletrônico para digitalização do acervo, o scanner e notebook, assim como um gravador digital, para registro das descrições de fotografias identificadas como as mais importantes por parte das entrevistadas. Para conseguirmos digitalizar as imagens no local, foi desnecessária a retirada do acervo pessoal de suas casas, o que traz mais segurança às entrevistadas pelo valor simbólico que aquele material possui, pois já houve casos de extravios de fotos da família por visitantes e parentes. O equipamento trouxe muita curiosidade e, segundo Sr.^a Lourdes, *“coisa moderna de gente inteligente que deixa as fotos graúdas”*.

⁷⁸ Com a recorrência nos encontros e conversas aquele, se tornou o local para as entrevistas, em nenhum momento fomos convidadas a adentrar pelos demais cômodos da casa ou a estrutura interna da casa, exceto a cozinha, para alimentação.

sedes de Igreja Presbiteriana inseridas nas propriedades, quanto familiares, ao “resguardar” fragmentos da história da família no Brasil.

Uma característica salutar que diferencia as duas “guardiãs” da memória familiar está no nível de escolaridade. Sr.^a Lourdes não tem escolaridade, em suas palavras, **“eu se criei com os avós e a escola era muito longe. Eu não sabia lê, Eu aprendi a minha custa. Daí o véio Eduardo comprou uns livros e aprendi a lê e escrever um pouquinho”**. Já para a Sr.^a Edenir o incentivo aos estudos veio de casa por meio dos pais; ela estudou e posteriormente exerceu a atividade de professora. O que lhe possibilitou o acompanhamento dos primeiros anos de formação educacional de gerações mais recentes da família, hoje adultos.

Aquelas caixas continham objetos que “contavam” histórias de homens, mulheres, crianças representadas em fotografias ou em documentos de nascimento e óbito. Estes objetos acionaram suas memórias e trouxeram descrições, lembranças “congeladas” naqueles “instantes do passado”, cada imagem remete a um *evento*, um *acontecimento*, que, em geral, registram celebrações familiares e religiosas, concentradas nas propriedades da família. Seletiva, a memória documental expõe o que pode ser visto, temas permitidos como celebrações de casamentos, batizados de crianças e adultos; cultos religiosos realizados nas sedes da igreja ou em casas da região; fotos mais antigas dos próprios imigrantes, pessoas que por vezes tornaram-se desconhecidas para a maioria.

Em geral, as imagens do acervo familiares se concentram em torno de celebrações, como já exposto anteriormente, esta maneira de representação restringe o olhar do observador por impossibilitar perceber o discurso não oficial, possíveis desavenças, conflitos ou insatisfações. Para Koutsoukos (2010), “os álbuns de família expunham a história da vida de diversas personagens, expunham a crônica daquelas famílias; mas apenas a história que se queria registrar, os momentos de união, de alegria”, com isso por meio do retrato não é possível vislumbrar situações indesejadas, “ali eram registrado e armazenado apenas o que interessava que se fizesse parte da memória familiar” (KOUTSOUKOS, 2010)

Para fins de pesquisa podemos identificar formas de sociabilidade, traçar parte da trajetória da família e sua relação com o meio, localizar no tempo e no espaço o momento do registro. Identificamos os encontros de lazer, em especial realizados às margens do Rio Tibagi, como os banhos em família, pescarias, familiares executando atividades de labor especialmente em lavouras de café, outrora plantadas na propriedade, assim como as “porcadas”, garimpagem e outros. Notamos em algumas imagens mudanças sociais vivenciadas pela família, os meios de transportes utilizados, por exemplo, a passagem do uso do cavalo para a utilização de automóveis, caminhonete; a transição dos botes de

madeira para os barcos a motor e atualmente a lancha que corta o lago da usina. Em muitas imagens em preto e branco, gastas pelo tempo, notamos a presença recorrente de cercas feitas em madeira ao fundo, elemento que surge como um “divisor” simbólico entre o espaço natural e o espaço social. Além disso, observamos a preocupação com a “construção” mínima de um cenário, representado pela utilização de lençóis, cadeiras e tapetes para viabilizar um mínimo de organização de um espaço de representação e registro.



FIGURAS 10 e 11 – ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTRO DE MULHERES EM POSE NAS ÁGUAS DO RIO TIBAGI. AO CENTRO, DE ÓCULOS, SR.^a EDENIR SCHNEIDER; ABAIXO, O REGISTRO DE HOMEM IDOSO COM SEUS NETOS, TENDO A CERCA COMO DEMARCADOR DE OCUPAÇÃO. NHÔ PAULO SCHNEIDER E OS NETOS EM POSE PARA FOTO. AUTORIA E DATA DESCONHECIDA. DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DATA: MARÇO/2012



FIGURAS 12 e 13 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. REGISTROS DE DUAS FORMAS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELA FAMÍLIA, PRÁTICAS DO MEIO MASCULINO, POIS AOS HOMENS CABE O DOMÍNIO DO ESPAÇO PÚBLICO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO FAMILIAR. AUTORIA DESCONHECIDA. DATA DESCONHECIDA. DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DATA: MARÇO/2012

Percebemos, ainda, que não há uma preocupação maior com a manutenção e preservação das fotografias mais antigas, corroídas pelo tempo. No entanto, há o cuidado em descrevê-las e situar o *lugar* daquelas pessoas ali expostas na árvore genealógica da família, como é o caso da foto a seguir em diálogo com trecho da entrevista.

SR.^a LOURDES: “Ah! Achou onde? Estas são dos antigos, as duas são irmãs do velho Eduardo. Elas é alemoa, esta é Fortunata (à esquerda) e esta é Maria Emília (à direita). Eles vieram tudo junto lá da Alemanha, elas falavam na língua dos alemão. O veio Eduardo não aprendeu, mas entendia e Nhô Paulo aprendeu. O veio Eduardo nasceu aqui mesmo, o pai dele Carlos e a mãe Maria Leopoldina tiveram o Eduardo aqui, elas são mais véia que ele e tão enterradas no antigo cemitério da família. Vieram de canoa pelo rio, vieram de carro até a cidade e fizeram uma canoa punharam a família dentro da canoa e desceram o rio Tibagi. (SR.^a LOURDES SCHNEIDER. EM ENTREVISTA REALIZADA 03 EM SETEMBRO DE 2012.)



FIGURA 14 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER. IRMÃS FORTUNATA E MARIA AMÉLIA, VINDAS DA ALEMANHA.
DATA E AUTOR DESCONHECIDO. DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DATA: MARÇO/2012

Nessa última imagem, o fato de não ter convivido pessoalmente, ou sequer as conhecido, não impede a construção de uma narrativa em torno da identificação e contextualização daquelas duas senhoras que aparecem na fotografia. Sr.^a Lourdes não as conheceu pessoalmente e as informações sobre ambas se restringem à imagem acima e poucos comentários do falecido marido Eduardo. A imagem retrata duas irmãs do Sr. Eduardo que são descritas como duas “alemãs de verdade”, com ênfase na origem de ambas, intensificado pela característica social distintiva, a língua, “falavam língua deles e vieram tudo junto de lá”.

Em diálogo com os códigos compartilhados pelo seu vestuário, a presença de um livro nas mãos da Sr.^a Maria Emília, possivelmente uma bíblia, o ato de segurá-lo no momento que são fotografadas, nos indica sobre o pertencimento religioso. Percebemos, ainda, que os retratos emoldurados ao fundo possivelmente representam outros antepassados da família ainda em terras alemãs. A Sr.^a Lourdes afirma que essa foto veio junto com eles da Alemanha, embora não se saiba o período, dos “tempos dos antigos”. Esse registro atua como “prova” ou “evidência” material de sua ascendência germânica e elemento identitário da família e traz em seu cenário elementos simbólicos que ressaltam esta percepção.

Em diálogo com essa perspectiva, Koutsoukos (2010) expõe “os detalhes e objetos usados em uma cena participam de um sistema de códigos, constituem uma linguagem simbólica que torna inteligível a ideia que se queria passar. Assim como acontecia na pintura, em fotografia a presença de determinados objetos induzia o observador da foto a uma associação de ideias: a pena e o tinteiro indicavam um comprometimento com a escrita; o livro, a possível cultura, a erudição.” (KOUTSOUKOS, 2010)

Outro registro fotográfico remete aos modos como aquele núcleo familiar de imigrantes se adaptou em terras brasileiras, dentre os quais, meios de transportes possíveis naquele contexto. Como indicado na descrição feita pela Sr.^a Lourdes, seguida de suas lembranças sobre o registro fotográfico.

SR.^a LOURDES: Eles vieram descendo de canoa pelo rio, eles vieram de carro até a cidade, até onde pudesse acampar, fizeram uma canoa e foram descendo com a família junto. Eles vieram vindo e acharam bom aqui e aqui . [...]De primeiro o rancho foi montado na beira do rio, depois fez mais pra cima. Essa canoa era meu veio Eduardo que fazia, um tronco inteiro de peroba, tinha muita peroba aqui antigamente. Ele aprendeu aqui, a fazer a canoa de um tronco só. A travessia era feita sempre que nós queria fazer algum culto lá, aqui eu tinha uns 20 anos. Era normal fazer a travessia, passava porco, boi e gente. Quando era bastante gente não ia na canoa sozinha e já dava um jeito de ir todo mundo junto. Ali tinha pouca gente, cabia muita gente ali. (SR.^a LOURDES SCHNEIDER. ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2012)



FIGURA 15 - ACERVO FAMÍLIA SCHNEIDER
REGISTRO DA EMBARCAÇÃO PARA TRAVESSIA DO RIO TIBAGI. EMBARCAÇÃO CONSTRUÍDA PELOS
HOMENS DA FAMÍLIA SCHNEIDER FORMADA POR ESTRUTURA EM MADEIRA SIMILAR A UM CURRAL
SOBRE DUAS CONOAS FEITAS DE UM ÚNICO TRONCO DE ÁRVORE. NO CANTO ESQUERDO ESTÁ
SR.^a LURDES AOS 20 ANOS.

AUTORIA DO FOTOGRAFO CONHECIDO COMO BAIANINHO. DATA DESCONHECIDA.
DIGITALIZAÇÃO: NELI GOMES DA ROCHA - ANO 2012

O trecho da entrevista ***“Essa canoa era meu veio Eduardo que fazia, um tronco inteiro de peroba, tinha muita peroba aqui antigamente. Ele aprendeu aqui, a fazer a canoa de um tronco só. A travessia era feita sempre que nós queria fazer algum culto lá, aqui eu tinha uns 20 anos”*** expressa o diálogo com o registro fotográfico e levantam inúmeras questões sobre aquele contexto social. Inicialmente, a Sr.^a Lourdes aborda as memórias sobre a chegada da família na região, reiterando outras narrativas nas quais reforçam a chegada do grupo familiar por via fluvial, às terras adquiridas, ou seja, o

Rio Tibagi configurou o meio de locomoção da família para a região e o significado material e simbólico desta prática para aquele meio social.

Outro ponto a ser ressaltado é o indicativo de que os imigrantes teriam aprendido em terras brasileiras a construir aquele tipo de canoa, feitas de um tronco só, técnica de construção que remete ao modo indígena de construção de canoas, inclusive na atualidade. E, por fim, o registro da forma de travessia do rio realizada no período, indicando a adaptação da família aos meios existentes de transporte indicando, por um lado, sua eficiência, afinal o transporte coletivo é menos oneroso do que fazer várias travessias individuais; por outro, demandava muita atenção, habilidade e perspicácia dos navegadores e a eminente possibilidade de acidentes que poderiam envolver inúmeras vítimas ou prejuízos, a maneira utilizada para travessia de pessoas e animais no Rio Tibagi.

Presente no acervo familiar, encontramos, também, o mapa referente à propriedade inicial adquirida pelos pioneiros, a preocupação com a ideia de propriedade de terra, sua documentação e metragem da área pertencente à família é algo que muito nos informa sobre os valores daquelas pessoas. O mapa compõe o acervo da família Schneider guardado pela Sr.^a Lourdes, também herdado do falecido marido, parte ainda pertence aos descendentes, um indicativo da preocupação dos pioneiros em possuir registro da área adquirida e evitar possíveis conflitos de terra, assim como a segurança para trabalhar em sua propriedade e deixar algum legado aos herdeiros.

Por fim, cabe ressaltar que as “guardiãs da memória” acima descritas reforçam conclusões de outras pesquisas sobre o papel das mulheres como mantenedoras do acervo familiar, sua percepção do âmbito privado ocupado e gerido predominantemente pelas mulheres, o universo da casa que historicamente sob égide da percepção feminina, como o cuidado da casa e criação dos filhos e entes idosos (Ecléa Bosi, 1979; Capelo, 1988; Pereira, 2009; Koutsoukos, 2010). Esta parte iconográfica do material empírico possui grande riqueza analítica e pode gerar outros trabalhos em inúmeras vertentes de pesquisa, neste momento sem o espaço merecido de aprofundamento.

3.3 “MAIS VALE A FÉ QUE O PAU DO BARCO”, DITO POPULAR DO RIO TIBAGI. QUEM SÃO OS NARRADORES NA FAMÍLIA CORDEIRO?

Sr. *João Santana*, reconhecido pelo meio rural de Ortigueira e Telêmaco Borba, considerado “ **muito bao de benzimento, aqui é o João Santana, cura picada de cobra, benze**”⁷⁹, seu nome surgiu nas narrativas de outros moradores, inclusive pessoas de outras religiões. Com auxílio de seu sobrinho, Sr. Adenilson, chegamos a sua morada, encontramos sentado em um banquinho beirando o fogão à lenha. Aos 82 anos, o mais velho da família Cordeiro morador do meio rural, viveu depois de adulto nas terras herdadas do pai com a esposa Maria Castorina, 30 anos mais jovem; passaram 40 anos juntos e tiveram quatro filhos. Encontramos o Sr. João muito enfermo, a “**gripe me pegou, ê gripe safada**”, o clima chuvoso tornava seu estado de saúde mais frágil, no entanto, não se recusou a nos receber e entrevistá-lo.

Suas narrativas apontam lembranças sobre aquele lugar de morada da família, aquelas terras presenciaram a trajetória da ocupação familiar por gerações em contextos sociais diversos: acompanhou a construção um grande paiol para rezas e benzimentos frequentado pela população indígena, a casa de rezas, como já apontamos anteriormente; presenciou as orações e festas que parte da família realizava em devoção aos santos católicos, fogueiras e violeiros, como forma de interação social; é testemunha da construção de ranchos simples, que abrigaram gerações de uma mesma família; e nos últimos anos, acompanha outra mudança, a desocupação humana devido à cheia do lago da usina.

O valor econômico atribuído àquela área para indenização da família considerou sua área produtiva, números de pessoas, os dependentes e a medida da área em registro de posse, o que totalizou meio alqueire. Naquela área, muito além do ½ alqueire, gerações mantiveram inter-relações, com configurações sociais circunscritas a um espaço social, um lugar-memória. Presenciou mudanças de toda ordem e que atua diretamente nas condições para a produção de memória, aquele espaço geográfico, assim como outros, não poderão mais recontar histórias de vida, impossibilitando que a trajetória de grupos sociais permaneça entre as lembranças das pessoas, sem a memória-lugar para acionar lembranças ali vivenciadas pela família. Este é a nosso ver a perda mais significativa, a ausência dos “lugares da memória” e seu teor identitário que conjuga valores simbólicos e modo de vida.

Ao recordar-se do tempo de juventude as lembranças do Sr. João são pontuais e fragmentadas, as lágrimas logo surgem, a ponto de termos que interromper a entrevista. Essa postura ressalta a ação das lembranças sobre o indivíduo, em especial aquelas que não querem ou não podem ser verbalizadas, por acionarem situações de sofrimento e que

⁷⁹ Entrevista realizada em julho de 2010 e faleceu de pneumonia em agosto de 2010.

desejam ser esquecidas **“nós era muito pobrezinho, trabaiaava para sobreviver, trabalhei em muita lavoura de café, lidava com porcada da grande, soltos no meio do mato e não perdia um, um tempo muito sofrido.”**

Exerceu atividades de pescador, agricultor, meeiro e caseiro, além de soldado quando muito jovem, em suas palavras, As atividades com o plantio, a pesca e o garimpo surgem em suas falas de diferentes formas, ora com o tom de denúncia, ora com o tom de nostalgia, **“quando eu era sadio eu pescava, garimpava [...] No tempo do garimpo moravam os baianos que davam muito medo, mataram gente pra desgrama, briga, bebedeira, bailes”**.⁸⁰

Com o decorrer da conversa, suas lembranças surgem voltadas para a relação estabelecida, com a mãe, com o pai, os tios. Narrativas sobre muitas “curas” e rezas, orações fortes; aprendeu a “*fazer chover*”; a devoção por São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida ambos santos católicos. **“Eu aprendi com minha mãe, aprendi a curar mordida de cobra, aranha e cortar limpa, aprendi tudo com minha mãe desde muito pequeno”**. *Aqui*, a figura materna surge nas recordações de infância e sua relação com o aprendizado adquirido (muitos, ainda executado quando necessário)⁸¹. De maneira similar aconteceu ao tratar sobre seu pai, as memórias da relação pai e filho expõem a influência do aprendizado que durou até a morte do pai, **“meu pai fazia e eu olhava, ele nunca me ensinou, aprendi tudo de olho”**⁸², curas para várias enfermidades, sejam elas males do corpo ou da alma.

Notamos ainda em suas falas o cuidado em deixar explícito seus valores diante daquela prática social do benzimento, repetindo em vários momentos que a relação com as pessoas que o procuravam não envolvia relação comercial; dinheiro, para ele, **“não prestava cobrar, nem fazer o mal. Faço oração, oferecimento, faço o bem, serviço do bem, se não me defender direito pega em mim”**. Este trecho nos indica como a prática dos benzimentos, por exemplo, possuem seus próprios impedimentos, regras e tabus, configurando um conjunto de valores sociais presente em sua realidade.

⁸⁰ Assim como Sr. João, por diversas vezes as pessoas se referiam ao distrito de Lajeado Bonito⁸⁰ como um lugar violento que **“sempre dava morte”**, esta informação surge tanto em narrativas da Família Cordeiro, em especial Sr. João Santana e Sr.^a Matilde, quanto entre a Família Schneider.

⁸¹ Sr. João relatou sobre as pessoas curadas que o procuraram para resolver picada de cobra ou aranha, benzer os parentes enfermos, **“eu curei uma penca de merinos, hoje tudo grande, tem a fia do meu sobrinho, a moça do Natingui, era menina, tava quase morta”** comenta.

⁸² A relação entre pai e filho se estreitou após da morte da esposa de Sr. João, este retorna a casa do pai, também já viúvo. Ambos casaram-se novamente, mas passaram a morar juntos na mesma terra, até sua morte. Significa dizer que Sr. João conviveu por 40 anos com o pai, dos 30 anos aos 70 anos. Dado que é muito significativo, pois nos indica que foram 40 anos de aprendizado, orações, ervas e refletem a maneira utilizada por aqueles indivíduos para transmissão do saber e assim dar continuidade àquela prática social.

Essa mesma dinâmica de transmissão de conhecimento pela oralidade foi realizada também pelo Sr. João Santana com os filhos, em especial Abraão⁸³. Este ao completar 30 anos passou a receber os ensinamentos do pai, os procedimentos e as técnicas para identificação de ervas, plantas para cada necessidade; as orações fortes e formas de proteção espiritual, **“agora que meu filho fez 30 ano tô ensinando tudo que sei para ele, Abraão é o que mais sabe das coisas que sei, assim como meu pai fez comigo na idade dele”**, afirma Sr. João.



FIGURA 16 - REGISTRO DO NÚCLEO FAMILIAR DE SR. JOÃO SANTANA. AO FUNDO A CASA DE MORADA.

AUTORIA: NELI GOMES

DATA: JUNHO/2010

Esse relato reforça a percepção sobre a transmissão oral entre esses indivíduos, para além da palavra, utilizando um conjunto de códigos possíveis de serem compartilhados por meio do fazer e do refazer no cotidiano. Perspectiva que dialoga com o alicerce desta modalidade de passagem do saber popular sobre o mundo, “uma recordação estruturada fundamentalmente no eixo da filiação e que se constrói no convívio

⁸³ Em 2011, ao reencontrarmos Abraão e família, fomos informados que após a morte de Sr. João Santana, agosto de 2010, o filho não ficou mais “normal”, isolou-se e não quer contato com ninguém de fora. Sua esposa informou que está com problemas mentais e não consegue nem trabalhar.

entre os mais próximos, em primeiro lugar com aqueles que houve laços de coabitação. O conhecimento directo é a fonte de recordação mais pormenorizada. [...] A memória familiar mais detalhada é a que diz respeito aos progenitores.” (SOBRAL, 1995)

A estrutura de conhecimento humano que é passado de uma geração a outra sem ter por base o saber do mundo escrito possui suas próprias regras e preceitos. Neste caso, o sincretismo religioso tem forte influência católica, no entanto, sem a utilização do texto bíblico e sua leitura cotidiana, sua presença se mantém por meio da repetição de orações, na devoção dos santos católicos, nas promessas alcançadas e as festas, fogueiras, orações e viola como forma de agradecimento e respeito.

Posteriormente, questionamos aos familiares⁸⁴ a presença de benzedeiros na família e de que maneira esta prática religiosa dos mais velhos, a relação com o sincretismo religioso popular é percebida entre eles. Os relatos apontam para um histórico na família em recorrer às rezas e aos benzimentos como forma de tratar ou “complementar” tratamento convencional. Sr. Adenilson narrou o modo como o Sr. João Santana “salvou” sua filha que estava “quase morta”, quando os médicos informavam que a jovem “não tinha nada”. Sr. Adenilson expõe:

minha filha tava beirando a morte, magra e sem comer nada. Peguei um burro véio e fui procurar o tio João Santana, anotei o nome dela num papel, ela não aguentava andar, depois disso ela tá uma uva, nunca mais teve nada. Foi assim também com mãe dela a Zena (esposa Genira) quando criança. Pena que nós só vamos atrás dele quando precisamos de ajuda, nunca fui lá para visitar, mas sempre lembro dele em momentos de precisão, de doença.

(ADENILSON CORDEIRO. ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO, 2010)

O relato indica a crença em outras modalidades de cura para enfermidades nas quais a medicina convencional não trabalha ou o saber científico não respalda. O hábito de recorrer às formas não convencionais de tratamento é característico também nas narrativas da Sr.^a Matilde, que nos expôs esta prática desde sua avó, diz ela, **“minha mãe, minha avó era toda a vida foi curadeira, e os fios tudo curava com reza. Acho que todas as irmandades de minha mãe curava”**. Há uma valorização e um reconhecimento da ação a partir do reestabelecimento da saúde do enfermo, a promessa do benzedor cumprida, neste caso a experiência com a filha e a esposa do Sr. Adenilson.

Nesse contexto as figuras femininas são relatadas como conhecedoras desses procedimentos por várias gerações, as mulheres narram sobre práticas do universo feminino com predominância do referencial matrilinear. Por outro lado, a figura paterna, e

⁸⁴ A entrevista em grupo foi realizada na casa de Sr. Adenilson com parentes durante a filmagem da pescaria, irmãos, filhas e alguns vizinhos conversavam sobre suas memórias.

(ou) masculina, se torna coadjuvante, de acordo com o avançar das lembranças. No caso da Sr.^a Matilde, a figura masculina do pai e do marido estão ausentes, ambos pelo abandono da casa, situação repetida com seus filhos. A nosso ver, mesmo convivendo com o meio masculino, Sr. Adenilson externaliza suas memórias sobre o cotidiano da família a partir dos referenciais maternos, nem mesmo a pescaria é narrada como uma contribuição do pai, que era pescador profissional. A figura paterna surge pontualmente, um personagem que pouco aparece nas narrativas da família, possivelmente reflexo das ações do passado, da trajetória de abandono e maus tratos com a esposa e filhos, reconhecido por ambas as partes.

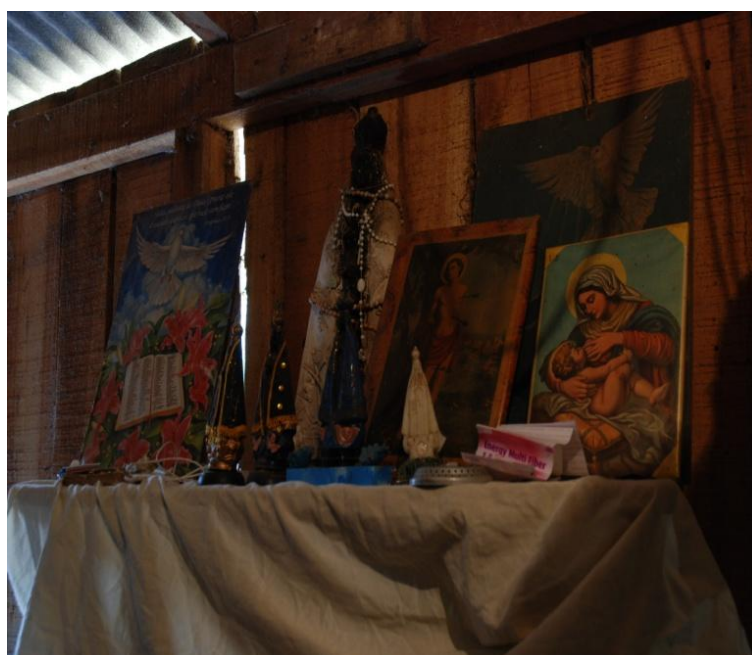
3.3.1 “A GENTE COMEÇA A LEMBRÁ E DÁ UM NERVO NA GENTE LEMBRAR DO PASSADO”, SR.^a MATILDE.

Durante as entrevistas realizadas com Sr. João Santana e Sr.^a Matilde, o tema “lembrança do passado da família” exercia sobre os entrevistados certa pressão e acarretava em longos momentos de silêncio e lágrimas, principalmente quando se referia às lembranças dos antepassados. O tema da devoção aos santos católicos e o hábito de manter um altar com santos em algum lugar da casa surgiu por acaso, ao se reportarem às lembranças dos mais velhos. Restritos ao universo familiar, tanto o Sr. João Santana quanto a Sr.^a Matilde resguardaram imagens de santos que foram dos seus familiares, gastas pelo tempo e que acionam suas memórias, tanto do ponto de vista da lembrança de entes próximos quanto de práticas religiosas que os representam.

A “descoberta” do altar mantido pelo Sr. João Santana aconteceu de forma inesperada durante a entrevista individual, escondido no fundo de um dos cômodos da casa, envolto a roupas, sacos plásticos, cortinas e móveis desmontados, em um local muito empoeirado. Uma imagem de São Sebastião em gesso com inúmeras rachaduras, gasto pelo tempo; uma imagem pequena de Nossa Senhora Aparecida, bem envelhecida em gesso; algumas imagens de anjinhos também em gesso; um terço rompido e restos de velas. Ao lado do altar, um violão mais novo e a violinha que era utilizada em tempos de festa “**quando eu tinha saúde eu tocava e muito, as rezas iam até vará a noite**”, diz Sr. João.

É recorrente entre os familiares, em especial os mais velhos, as lembranças sobre a realização da Festa para São Sebastião, sempre no dia do santo, 20 de janeiro, “*todo ano queimo foguete*”, diz o Sr. João. Essa celebração é narrada por vários integrantes da família como eventos de encontro e música e oração para agradecer às graças alcançadas. “**Festa de São Sebastião todo ano ela fazia (mãe de Sr. Matilde). Morava dividindo terreno do pai com eles, a fogueira para São Sebastião é pra mode**

agradecer, para juntar os parentes, os vizinhos, os amigos", nos conta Sr. João Santana. Essas memórias compartilhadas trazem lembranças que evidenciam suas redes de sociabilidade por meio da religiosidade, reportam às experiências de grupos sociais rurais portadores de conhecimentos complexos balizados por saberes de tradição oral e sem a ênfase no saber escrito.



FIGURAS 17 e 18 - OBJETOS DA FAMÍLIA CORDEIRO
REGISTRO DOS INSTRUMENTOS MUSICAIS VIOLÃO E VIOLA, UTILIZADOS NAS AS FESTAS DE SÃO SEBASTIÃO. A VIOLA MAIS ANTIGA ESTA PROTEGIDA POR CAPA E APENAS SR. JOÃO PODE PEGAR; AO LADO, O REGISTRO DO ALTAR COM AS IMAGENS DE SANTOS DEVOTOS DE SR.^a MATILDE.
AUTORIA: NELI GOMES. DATA: SETEMBRO/2010

As imagens dos santos significam para esses indivíduos um elo entre a fé e seus antepassados, e, mais ainda, são mecanismos para “ativar” a memória individual e coletiva daquele grupo. Segundo Connerton (1999), “conservamos nossas recordações através da referencia ao meio material que nos cerca [...] as nossas memórias estão localizadas em espaços materiais e mentais do grupo”. As reminiscências, em parte materializadas nas imagens de santos, e toda a simbologia envolvida permitem ao grupo familiar a manutenção da religiosidade e pode ser identificado como *habitus*⁸⁵ da família transmitido a cada geração, conforme observou Connerton (1999):

toda recordação, por muito pessoal que possa ser, mesmo a de acontecimentos que só nós presenciamos, ou a de pensamentos e sentimentos que por exprimir, existe em relação a um todo, um conjunto de ideias que muitos outros possuem, como: pessoas, lugares, datas, palavras, formas de linguagem, isto é, com toda a vida material e moral das sociedades que fazemos partes, ou dos quais fizemos parte. (CONNERTON, 1999, p.41)

As imagens presentes no altar da Sr.^a Matilde percorreram gerações, imagens de santos católicos que estão com Sr.^a Matilde há décadas, algumas pertenceram a sua avó materna, passaram por sua mãe e chegaram às suas mãos, em suas palavras, “*é de família ter os quadros e os santos em casa*”. Essa relação com a religiosidade é exposta no trecho que segue:

minha história, da minha mãe, sempre guardando tinha uma santinha dela, Nossa Senhora Aparecida. No tempo do Solto (localidade de morada a beira do rio) queimou tudo nossa casa, nosso paiol, nós não tinha casa, era pau a pique. Daí na cinza do paiol, nós fomo com ela, eu tinha uns 5 anos, fômo lá daí nós fomo mexendo com pauzinho a cinza, a santinha dela tava lá de pezinho toda enrugadinha, assim... sabe com caco de vidro dos outros santos que derreteram e grudou nela. Daí ela pegou, só salvou a santinha, aquela santa acompanhou ela a vida toda, mesmo quando virou crente. (SR.^a MATILDE CORDEIRO. ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO, 2010)

A manutenção desses símbolos religiosos superou até mesmo a mudança de religião por parte da mãe, **“depois de idosa minha mãe virou crente, mas nunca se desfez dos santos dela. Toda a vida São Sebastião acompanhou, a mãe sempre fez altar, os santinhos. Ela me pediu para não desponhá (desfazer) em muitos sonhos. Depois que ela morreu eu sonhava com ela me pedindo para cuidar deles. Por isso eu cuido”**. Podemos perceber que mesmo a adesão da mãe ao protestantismo não

⁸⁵ Conceito inserido em consonância ao proposto por Bourdieu. Habitus é o sistema de disposições partilhadas por indivíduos que estejam submetidos aos mesmos condicionamentos ou ainda práticas sociais que seguem princípios de classificação, hierarquias e disposições corporais entre outros códigos.

implicou abandonar por completo o hábito de manter seus santos protetores, suas orações **“os santinhos acompanharam ela, quando os crentes iam embora ela descobria e voltava a rezar para eles”**, afirma Sr.^a Matilde.

Entretanto, mantê-los implicou divergir com os preceitos religiosos das pessoas que seguem o protestantismo, “os crentes”. Estes, balizados pela leitura bíblica em geral, consideram que a manutenção de altares configura uma forma de idolatria de santos e pessoas, vista como uma prática não recomendada. Para Fraxe (2004), “tal dualidade não é exclusividade brasileira. Em todos os países, existiu sempre oposição entre as necessidades religiosas espontaneamente formuladas pela massa da população, aliadas a conservação de antigas tradições religiosas, e a estrutura de uma hierarquia sacerdotal, sustentada por um dogmatismo mais ou menos rígido.” (FRAXE, 2004, p.320)

Com o falecimento do Sr. João e a mudança de residência da família, os altares foram desfeitos e as imagens permanecem guardadas pela viúva, no caso do Sr. João; ou recolocadas sobre uma madeira que os sustenta, coberto por panos nos fundos de casa. Alguns de seus filhos mantêm o hábito de montar altares com santos devotos, Sr. Adenilson e Silvana possuem em sua casa um altar similar com a imagem de Nossa Senhora Aparecida, santa de devoção familiar em destaque, entretanto, os altares dos filhos ganham o espaço central, visível, na sala a vista de todos, como flores e muito limpo. Adenilson, por indicação da avó materna, recorre ao tio materno, Sr. João Santana, presente nos momentos de enfermidade de familiares, **“a gente vai lá quando o médico não da conta”** diz Sr. Adenilson. Com o falecimento de Sr. João Santana em 2010, passou a percorrer um longo caminho até o município vizinho de Telêmaco Borba à procura de uma famosa benzedeira da região, *“nós não pode ficar sem proteção”*, afirma Adenilson.

Outro movimento percebido é a intenção em manter esta prática familiar de relação com as orações e os santos devotos, expresso no desejo de construir na propriedade da Sr.^a Matilde uma gruta para os santos, **“eu queria fazer um altarzinho na gruta do milagre que você chegue precisado e saia curado. Todo domingo de mês rezamos um terço como minha mãe fazia. Dá continuidade ao que minha mãe fazia, chamar meus fios todo domingo do mês. Quero unir meu filhos, até eu morrer, se eles quiser continuar eles decidem.”** Essas narrativas da Sr.^a Matilde ressaltam a nossa percepção sobre o interesse em manter a lembrança dos mais velhos utilizando essas imagens que contam parte de sua trajetória na região.

Atualmente com o êxodo de familiares e a morte dos mais velhos há poucas possibilidades de diálogo com pessoas da geração da Sr.^a Matilde, o que dificulta a continuidade destas práticas sendo gradualmente ressignificadas, como notamos, por exemplo, no modo que seu filho Adenilson dá continuidade a esta relação da família com o

sagrado. A cada geração, esses conhecimentos concentram-se entre os poucos mais velhos e desigualmente valorizados, por meio das mudanças sociais, com a inserção de outros valores morais, outras relações entre as pessoas e com o meio natural que as cercam. Essas ressignificações tendem a suprimir esses saberes, “congelando-os” como práticas do passado.

Cabe, por fim, ressaltar que estas crenças e visões de mundo atualmente estão em processo de ressignificação e gradualmente passam a ser consideradas elementos culturais reconhecidos como patrimônio imaterial de comunidades tradicionais, como ribeirinhas, quilombolas e indígenas, valorizando seu modo de vida e a relação com o místico⁸⁶, no intento de evitar que esses saberes populares caiam no esquecimento.

⁸⁶ Therezinha Fraxe (2004) nos auxilia a refletir sobre o modo de vida do morador ribeirinho, para ela, “são inúmeras as supertições em relação à agricultura, à pesca, à caça, a saúde, e a outros setores da vida humana. Destituído do “conhecimento científico” a respeito do solo, da genética das plantas e de outros princípios da agricultura, o cabloco estabelece uma relação entre a fase da lua na época de plantação e o êxito de uma safra de macaxeira, maxixe,, melancia etc. A mãe relaciona a doença de seu filho com o olhar fixo de um ‘forasteiro’ a quem atribuiu ‘mau-olhado’ .” (FRAXE, 2004, p. 315)

CONCLUSÃO

A bacia do Tibagi no Paraná despertou interesses humanos diversos ao longo do tempo. Kaingangs, agrônomos, tropeiros, arqueólogos, aventureiros, Guaranis, senhores de terra, jesuítas, garimpeiros, curandeiras, colonos imigrantes, pescadores são exemplos de grupos sociais que percorreram as águas do Rio Tibagi no avançar ininterrupto do meio urbano sobre o meio rural. Configurações sociais diversas em torno da ocupação e explorações humanas surgem como seus personagens naquele lugar ao longo do Rio Tibagi.

Nesse processo, o Rio Tibagi testemunhou conflitos entre etnias indígenas, a escravidão mineradora, a ocupação e exploração agrícola e pecuária, a retirada da areia para construção civil, o aumento da poluição. Acompanhou as mudanças dos grupos sociais nativos e migrantes, a ocupação humana cada vez maior e suas intervenções no meio natural.

No entanto, pela primeira vez a intervenção humana afeta de forma significativa a estrutura de seu curso. Nesta última década tem início na região a implantação de uma usina hidrelétrica, tornando parte do Rio Tibagi um grande lago represado. O Rio Tibagi, ou parte dele, deixa de executar sua principal característica, seguir a diante o seu curso natural, outrora marcado pelas suas águas caudalosas em corredeiras sinuosas. Pelas mãos do homem torna-se um espelho d'água que lentamente se move, represada. A água leva ao fundo o que outrora foi superfície. O seu sentido socialmente construído ao longo do tempo é alterado. E não apenas em seu trajeto, mas em sua trajetória. As relações de sociais ali estabelecidas precisarão ser recriadas ou cairão no esquecimento.

A região, do ponto de vista socioeconômico, possui altos índices de êxodo rural; os menores índices de desenvolvimento humano do Paraná; concentra sua população de base rural em torno da pequena e média propriedade e ainda mantém um quadro de baixa escolaridade. Nos últimos anos houve a inserção de investimentos econômicos, com indenizações e realocação de famílias para outras áreas, todavia, além da mudança sociogeográfica, também surgem questões socioculturais. O lago deixa submersa (ilhas, fontes, grutas ou o próprio Rio Tibagi inacessíveis) parte dos lugares compartilhados por aquelas pessoas, “*espaços de memória*” do lugar, rompendo laços socioculturais estabelecidos por diversos grupos humanos no decorrer do tempo.

Diante dessa configuração social, propusemo-nos do ponto de vista da sociologia e pela perspectiva da memória socialmente compartilhada identificar as condições sociais para a produção de memória daquele meio rural diante da mudança em curso, observando as relações estabelecidas entre as pessoas em seus grupos sociais, entre si e com o meio.

E, por fim, considerar que a readequação às novas condições sociais atua inclusive na própria produção da memória das pessoas e do grupo, pois afeta as maneiras de eles contarem e recontarem a própria história e suas adaptações, assim como de acessar os lugares da memória. A memória é seletiva e delimita temas, elementos culturais, pessoas. Quais devem ser lembrados, são elementos aqui presentes nesta perspectiva de análise.

A memória como objeto de estudo exige vigilância metodológica na aplicação de técnicas que ressaltem “pontos de vista do sujeito de pesquisa e no significado que eles atribuem às experiências e eventos” (BLUMER, 2012) por meio da interpretação de suas narrativas, histórias contadas a partir das experiências pessoais e(ou) àquelas “*vividas por tabela*”, como diria Michel Pollak⁸⁷. A análise qualitativa que visa enxergar o meio social pelo prisma dos sujeitos de pesquisa, deve “conseguir entrar no processo de definição do ator para compreender sua situação” (BLUMER, 2012). Metodologicamente, acionamos ferramentas que nos possibilitassem a realização de análise qualitativa, por meio de entrevistas, observação participante, análise documental, quer de acervo familiar, quer daquelas produzidas no local. Suas lembranças individuais ou em grupo, pontos de confluência e divergência entre as perspectivas, silêncios e lágrimas; valores, visões de mundo; dinâmicas sociais em torno das práticas cotidianas de trabalho, de fé e de sociabilidade.

Chegamos a duas famílias: uma família colona, descendentes de alemães, com trajetória de ocupação e exploração dos recursos naturais, proprietária de terra. Apresenta trajetória de mobilidade social, estabilidade econômica e representatividade política e religiosa; a outra, uma família de ribeirinha, ascendência cabocla, habita as margens do Rio Tibagi há gerações sem a propriedade legal da terra, modo de vida em geral extrativista. Transitou pela região por vários pontos da bacia do Rio Tibagi, instável financeiramente, histórico de analfabetismo e desemprego, pescadores, religiosidade sincrética e representativa.

Os Schneider, já historicamente proprietários de terra, preocupados em manter a memória dos seus. Os Cordeiros, agora também proprietários preocupados em melhorar a vida para os seus. Quais os mecanismos utilizados por essas pessoas, e suas famílias, para recomporem seu passado? Seus narradores, quais as condições sociais para produção de memória, individuais e coletivas, temas relevantes para definir quem são. Essas duas perspectivas, aparentemente assimétricas, nos apresentaram aproximações e afastamentos, identificar formas de ocupação do espaço, maneiras de se perceberem

⁸⁷ Expressão utilizada pelo autor na publicação: POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

como indivíduos pertencentes a grupos sociais com trajetórias diferentes, mas que mantêm inter-relações nos espaços compartilhados, como o Rio Tibagi.

A presença de práticas de plantio, o garimpo e a comercialização da produção são experiências que assumem um papel de destaque nas narrativas por várias gerações da família Schneider. Concomitante, temos o tema da religiosidade e da fé como meio de manter o grupo familiar agregado, sendo a bíblia o objeto central, por carrega a palavra de Deus onde se esteja, *“o trabalho, a família e a fé dignificam o homem”* é ideia presente em suas falas.

Entre os Schneider, podemos aferir a prática da transmissão oral do conhecimento, concentrada em torno das práticas de exploração natural e produtiva do ponto de vista do masculino, em especial mais os velhos e religiosos. E expressam em suas ações e intenções de determinada visão de mundo, seus valores e elementos simbólicos ressignificados a cada geração, mantendo, contudo, a prática de disseminar sua crença na região utilizando a tradição oral (orações em grupo e louvores), a tradição escrita (leituras bíblicas e encontros religiosos); e o patrimônio arquitetônico, construções de espaços coletivos, como escola, igrejas e casas em propriedades particulares.

Aos mais velhos, em geral homens, é legitimada a autoridade do discurso oficial, são os narradores da trajetória familiar a partir de suas lembranças as reminiscências de sua própria visão de mundo para a definição de temas que podem ou não ser ditos. Seletivas, fragmentadas, não lineares, as memórias compartilhadas são delimitadas às condições sociais. Como vimos, o “mito” de chegada da família dispõe percepções de mundo a partir do olhar masculino sobre as práticas masculinas, as figuras dos homens ocupam espaço de destaque como pessoas desbravadoras que fincaram raiz e estabeleceram suas relações de interdependências no espaço público, dado o trânsito para além de suas propriedades na região.

Todavia, há outras percepções e narrativas sobre esse mesmo momento de chegada da família, a visão feminina ou a dos jovens são exemplos. Poucas são as mulheres indicadas pelo grupo para narrarem sobre o passado, quando o fazem, suas falas por vezes também fazem referência às ações masculinas, seus feitos e realizações. Notamos ainda a pouca presença das gerações mais novas no recontar da trajetória familiar, situação que é agravada pelos altos índices de êxodo rural das gerações mais recentes. Quando há um jovem que narra sua percepção sobre a família ou o passado, a participação se restringe às relações com a escola e a igreja, de forma monossilábica.

Percebemos a predominância do olhar feminino no âmbito privado, as mulheres são responsáveis pelas funções do espaço da casa conjugada com atividades do espaço público da igreja, inserida na propriedade, bem como a organização e preparação desses espaços para receber e acomodar as pessoas, no sentido de cuidadoras. Com isso,

assumiram o papel de “guardiãs”, a responsabilidade de resguardar as memórias concretas da trajetória familiar, o material documental e acervo fotográfico de sua família, como fotos e documentos etc. Essa constatação está em consonância com outros estudos (Bosi, 1979; Barros, 1989; Pereira, 2008) que ressaltam o papel dos mais velhos na transmissão da trajetória da família e das mulheres como portadoras da “*memória física*” do grupo social e consequentemente da região.

As narrativas visuais e silenciosas que as fotografias possuem, registraram instantes, momentos de interação entre as pessoas e aquele lugar; os diálogos com as memórias acionadas e revisitadas possibilitam ainda perceber as mudanças sociais ao longo do tempo, por exemplo, as substituições dos meios de transporte utilizados pela família, dado que nos indica sua mobilidade e adaptação às contínuas mudanças sociais.

Do ponto de vista socioeconômico, para esta família, até então, não houve alteração no cotidiano de forma significativa, ou que tenha reflexos na sua organização social. No entanto, surgem outras demandas, uma delas, a percepção da perda simbólica com a vinda da usina, nas palavras de Sr. Divonei, **“Muito, muito. O rio significa muito. Ele é um, é um marco na nossa história, na história da nossa família, né. Porque a família sempre teve na beira desse rio, pelo menos o começo de todos foi aqui, foi aqui na beira do rio. Hoje tem muita, muita, muitos da família Schneider em Curitiba, em Telêmaco e em outros lugares, mas todos se criou por aqui né. Nasceu e se criou por aqui, depois por causa de opção de trabalho, estudo, foram saindo né?”**.

Nesta família, parte dos lugares de sociabilidade da família tornou-se inacessível, como aqueles lugares naturais em torno do rio. Todavia, outra parte manteve-se estável, a exemplo dos espaços arquitetônicos da família, distribuídos pelas propriedades mais antigas, que permanecem como patrimônio cultural material como as casas e igrejas; fontes de batismo ou “o paiol do “Nhô Paulo”, o cemitério dos primeiros Schneider, todos configuram espaços de sociabilidade inseridos nas propriedades da família. Elementos que permanecem acessíveis como lugares da memória, em especial quando conjugados com outras referências de tradição oral, um diálogo com a presença de objetos, imagens, documentos que contem a trajetória na região.

Porém, alguns integrantes da família expõem: “nós somos um povo sem memória”, nas palavras de Sr. Calvino – foram as primeiras palavras, em tom de crítica e apelo, um pedido para que as novas gerações mantenham viva a saga dos pioneiros da família. A geração de adultos, do Sr. Divonei e da Sr.^a Nair, já aponta sua posição de manutenção da trajetória familiar transmitida às novas gerações, como elemento de identidade daquele grupo de descendentes de alemães que construíram naquelas terras suas memórias, **“o que mais gosto daqui é da terra de vermelha, a pedra ferro, a areia preta. Parece a terra de Israel que emana leite e mel, uma terra abençoada. Gosto de me chamar de**

pé vermelho, por causa do Mauá, eu nasci aqui” diz Sr. Calvino. Representa a consciência de si diante da mudança ali em processo, os caminhos que a família deve trilhar compartilhados por outros integrantes da família que veem no silêncio um passo para o esquecimento.

Em outra perspectiva, a família Cordeiro possui o histórico de ocupação da terra por meio do uso e posse; esta é primeira geração da família proprietária legal de terras. Percebemos que a tradição oral perpassa gerações como modalidade de transmissão do conhecimento. Os saberes circulam entres as pessoas pela observação contínua, o aprender-fazendo corriqueiramente. É muito recente o hábito de utilizar a tradição escrita como forma de passagem de conhecimento, reforçado pelo alto índice de analfabetismo. Suas memórias coletivas enaltecem o aprendizado pela perspectiva da oralidade, sem a consciência do ato, como algo presente nas relações, *“aprendi todo com meu pai só olhando, ele não me ensinava”*, afirma Sr. João.

As narrativas indicam o domínio de técnicas manuais para o manejo na terra, a pesca e a alimentação, características que os identificam como mantenedores de práticas antigas, oriundas dos povos nativos daquela área. Percebemos vestígios dessas influências pelas lembranças da utilização de monjolos, pilões, fogões feitos de barro, canoas de madeira oriunda de um único tronco, garrafadas que curam, além de hábitos alimentares da região. Para a Sr.^a Matilde, o monjolo e o pilão remetem às experiências cotidianas com sua mãe, inclusive, ela procura alguém que ainda saiba construir esses utensílios para tê-los como objetos que acionem o recordar daquele período, relembrar práticas inseridas em outra configuração social, outra perspectiva de ruralidade.

As trocas de saberes pela oralidade mantêm estreita a relação com a religiosidade, com o sincretismo religioso no qual se conjugam elementos da religião católica (devoção aos santos e recitar de orações) com práticas populares (como rezas, banhos e benzimentos). Nesse sentido, Fraxe (2004) aponta que “para os ribeirinhos, os santos são protetores, com poderes benevolentes, aos quais podem pedir auxílio e proteção. [...] a promessa é a principal maneira de se obter a proteção de um santo ou seu auxílio em momentos de crise.” Para aquelas pessoas, essas duas práticas não se contrapõem, mas se completam para resolver problemas do corpo e da alma, “estas crenças religiosas nativas entravam inevitavelmente em conflito com a ideologia cristã que fornecia outras explicações para a origem das coisas. [...], entretanto, o povo continua a crer em poderes sobrenaturais e acredita-se que sejam necessários benzedores para enfrentar tais poderes” (FRAXE, 2004).

Para esse grupo, a própria organização familiar adquire outros sentidos, pois é preciso reaprender os códigos sociais entre si, com os outros e com o meio natural. Os modos de fazer carregam elementos da cultura indígena e dos locais, seja pelo modo do

preparo dos alimentos, seja pela forma de extraírem os bens naturais como a pesca de bote ou nas formas de comunicarem-se e compartilharem espaços de sociabilidades.

Outro dado salutar é o lugar do feminino nas narrativas, as figuras femininas ganham destaque nas lembranças representadas pela imagem da curandeira ou benzedeira que possuíram estreita relação com a população indígena e detinham muito conhecimento popular; outra representação está associada ao papel da maternidade e à constante presença dos filhos. As mulheres estão presentes tanto no âmbito privado quanto no espaço público como a religiosidade e o trabalho, personagens que transitam entre a lida com a terra, o plantio e a pesca, mas também com as lavações de roupas nos rios e a preparação dos alimentos. Perspectiva matrilinear de transmitir o conhecimento, tendo a oralidade como meio e os elementos naturais como símbolos de troca.

Notamos a presença do discurso comum entre profissionais e indenizados, quase um consenso de que os maiores beneficiados com o empreendimento foram os mais pobres, os ribeirinhos, por possibilitar a essas pessoas o acesso à propriedade privada, com sua casa e certa estabilidade econômica. Enfim, a possibilidade real de famílias pobres saírem daquele ciclo de pobreza e terem a oportunidade de melhoria em suas próprias terras. Essa é a base para a ressignificação e adaptação social aos novos moldes sociais de produção e lógica de mundo, mais uma vez, a perspectiva das relações econômicas justifica e supera qualquer outra forma de relacionar-se com o outro. Diante desse quadro social indagamos: isso basta para a readaptação do indivíduo ou grupo?

O tempo nos mostrou que essa não é uma relação de causa e efeito, afinal estamos falando de pessoas, de grupos humanos. Esses mesmos indivíduos vivenciaram em um curto espaço de tempo mudanças sociais com implicações diversas. Repentinamente passam da posição de posseiro de terra para a posição de proprietários de vários alqueires de terras, com casa e renda fixa mensal por um determinado período. O que configura uma aparente autonomia sobre as próximas relações de trabalho e meios de produção, pois significa condições adequadas para autonomia de vida da família ou do grupo, por meio de compensações econômicas.

Acompanhamos a narrativa do Sr. Adenilson descrevendo o seu ritmo de trabalho, anterior ao empreendimento. ***“Antes de o sol nascer sair e pegar o bote. Pescar por um tempo, até o sol clarear e esquentar. Limpar e vender os peixes entre os vizinhos às escondidas do fiscal. Após o almoço, seguir para o porto de areia e extrair até o fim do dia o máximo de areia do rio. Voltar para casa, pegar o bote, recolocar as redes de pesca para serem retiradas na manhã seguinte.”*** O trecho sintetiza uma atividade realizada cotidianamente por um homem adulto ribeirinho do Rio Tibagi.

Sua configuração familiar e de vida cotidiana adquiriu contornos peculiares às demais gerações, esta modificação insere a família em uma dinâmica de mundo em que a

lógica capitalista é que estabelece e rege normas de conduta dos indivíduos. Características socioeconômicas que alteram significativamente a própria relação dos integrantes entre si e com meio onde vivem. A realidade outrora marcada pelo cotidiano de vida aos moldes ribeirinhos dá lugar a autonomia para cultivar em suas próprias terras, visando a melhor rendimento para venda, ou seja, ganha outro sentido eminentemente econômico. Esse poder de escolha é algo recente e ainda em fase de adequação.

Em um curto espaço de tempo o ritmo de vida desse homem, e de sua família, se apresenta de outra forma, *“Acorda às 9 da manhã; Às 10 horas, separa os bezerros de 3 a 5 vacas; Ordenhar; Transfere o leite para tonéis de 6 litros; Carregar o caminhão com os tonéis de leite para entregar ao comprador até 12h.”* Alimentar animais, cuidar da horta, arrumar a cerca, vacinar os animais, colher o feijão que sobreviveu à falta de chuva; vender bezerros, estas são algumas das atividades inseridas na rotina de uma família que passou da ocupação de menos de um alqueire de terra durante décadas, em um curto espaço de tempo para a aquisição de dezenas de alqueires, próxima à rodovia, em área de campo e sem fonte de água. Resultado, o excesso de atividades produtivas na propriedade; pouco eficientes, do ponto de vista do mercado; o número insuficiente de pessoas para as atividades e o baixo domínio técnico do manejo com o gado de leite, com o plantio de grandes extensões de terra.

Em nosso entendimento neste contexto alguns fatores são marcantes: 1) o acesso à propriedade altera o próprio sentido atribuído à colheita e ao próprio uso da terra *“o milho da terra que é minha no papel tem outro gosto”*, diz Sr. Adenilson, após colher pela primeira vez a lavoura de milho nas novas terras, em fevereiro de 2011. Para ele, significa a possibilidade de plantar e colher em sua própria terra, sem os riscos do arrendamento e a certeza de autonomia de trabalho; 2) a mudança socioeconômica adquirida com a indenização trouxe o cotidiano da família o poder de compra, refletida no alto consumo de bens materiais e com isso a inserção de hábitos urbanos estendendo-se pelo espaço rural, externalizados no modo de vestir ou se comunicar⁸⁸; 3) a questão sociocultural emerge nos momentos de crises, extravazados com a frustração diante do baixo rendimento sem o retorno esperado, os prejuízos e endividamentos. Falas nostálgicas que ressaltam as diferenças com as práticas do trabalho, a simplicidade e tranquilidade da vida que passou e as seguidas narrativas de lembranças da rotina de outrora: *“antes eu trabalhava o dia todo e ainda saía para pescar, pegar plantas no mato e não ficava cansada. Agora, mesmo trabalhando direto não dou conta de terminar, ainda sem a ajuda das filhas. tô cansada!* desabafa a Sr.^a Genira em nosso último encontro, janeiro de 2013. Situação percebida

⁸⁸ A aquisição de celulares, notebooks e internet é exemplo e reflexo dessa alteração socioeconômica, principalmente por intermédio das filhas. Por outro lado, essas jovens são relutantes em executar atividades próprias do meio rural como plantio ou cuidar da horta, internalizaram hábitos, estética e vocabulário próprios do meio jovem urbano. Tema aqui sem o espaço adequado para reflexão e problematização.

pelo grupo como caminho sem volta, nem solução aparente, dada a impossibilidade de tomar outras decisões, fazer outras escolhas.

Nessas circunstâncias, suas condições sociais de produção da memória da família relacionada ao lugar tornaram-se inacessíveis, pois seus *lugares da memória* estão intimamente ligados ao meio natural. Nem mesmo a relação com as fontes de água que historicamente marcaram sua trajetória na região foi mantida no cotidiano. Já não é possível acessar cachoeiras, grutas, ilhas ou a própria antiga casa, se assim o desejarem.

Os moradores narraram as vantagens lado a lado às insatisfações diante da nova realidade. O excesso de atividades, o reflexo nas alterações cotidianas e principalmente a ausência dos elementos simbólicos de pertencimento cultural em suas práticas cotidianas, as relações de sociabilidade estabelecidas com o meio natural que os cercaram durante gerações. Um fator de significativa importância para a própria manutenção dos agrupamentos sociais no meio rural e as condições de produção social da memória de si e do lugar.

A nosso ver, aos moradores atingidos por uma usina hidrelétrica não lhes é permitido o direito pleno de escolher continuar vivendo da forma que sempre viveu, mantendo sua lógica de mundo, aquela mais próxima do tempo natural, “tempo de seca, tempo de cheias”, ao invés do tempo racionalizado em que “tempo é dinheiro”. Aquelas famílias ribeirinhas outrora consideradas como improdutivas e que viviam à margem do poder estatal, sem histórico de contribuição social e participação, à margem da sociedade, passam a ser vistas como cidadãos, novos consumidores, contribuintes e eleitores. De quebra, deixarão de “manchar” a imagem do município e do país com a melhora dos índices de qualidade de vida e queda da pobreza extrema.

A negociação e os acordos financeiros bastam, tanto por parte do empreendimento ou do morador indenizado quanto do governo ou do município. Firmam-se os acordos de liberação do espaço pela população, o que satisfaz o empreendimento. Garante satisfação do morador diante da nova realidade financeira e mantém a vantagem do Estado brasileiro em resolver a situação conflituosa sem maiores empecilhos, assegurando, por tabela, a entrada de mais pessoas consumidoras e contribuintes para o município. Essa é outra faceta da adesão por parte do Estado brasileiro em investir nesta modalidade de expansão de energia elétrica.

Para essas famílias ribeirinhas não é possível desfazer o acordo, não há mais para onde voltar, pois o lugar está submerso. Sua casa, roças, ilha de pescaria entre amigos, não podem ser visitadas. Mas e o direito à memória de sua história, do seu passado? Sua construção sociocultural, seus valores e preceitos? De que forma mantê-los, se as relações foram rompidas? Essa perda não é mensurável, ela é simbólica e socialmente

construída, que ressurge com o tempo. Como, então, garantir a preservação do patrimônio imaterial daquele grupo social e sua relação estabelecida com o Rio Tibagi?

É preciso se reorganizar, adequar-se aos moldes sociais atuais, que podem ser diferentes daqueles construídos até então, e este é um fator muito importante para o processo de adaptação das famílias.

Como pesquisadora, e também como pessoa, me foi possível acompanhar aquele processo de mudança ocorrido na Bacia do Tibagi, o que implicou vivenciar o cotidiano daquelas pessoas, seguir trilhas, entrar em grutas, orar durante os cultos ou receber benzimentos, ver a subida da água e o rio tornar-se lago. Vivenciar a mudança do lugar e das pessoas com consciência do meu de fala, perceber minha trajetória como socióloga “garimpando” discursos, navegar em águas escuras e silenciosas de uma região com pouco material sobre sua própria história. Esta dissertação traz o constante exercício de contar recontar a trajetória de pessoas e lugares a partir deles mesmos, adentrar em suas vidas como meio de perceber aproximações e distâncias nas formas de elas narrarem suas caminhadas. Também mudei; meu olhar sobre as pessoas mudou, assim como a maneira de ser vista por eles. O pesquisador não está isento de subjetividade e da influência de sua trajetória nos trabalhos que realiza, acredito que pude proporcionar o diálogo entre teoria e prática, utilizar conceitos como ferramentas de análise social.

Por fim, sabendo dos limites de uma dissertação, muitas questões devem ser aprofundadas em outras pesquisas, por exemplo, a percepção dos jovens diante da nova configuração social; os diálogos possíveis entre as gerações e suas visões de mundo; os impactos socioculturais ainda sem possibilidades de mensuração; as novas condições para a produção da memória individual e coletiva, todos, recortes para estudos posteriores.

Trouxemos aqui a perspectiva do rural de hoje, um espaço que, diferente de outrora, se mostra mais complexo, multifacetado e em constante readaptação, o morador do rural também mudou, é possível organizar-se para questionar o que lhe é dado, surgem demandas que buscam a valorização da diversidade cultural, práticas sociais e modos de vida. Resta saber como as novas gerações irão lidar com essas mudanças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA, G. (orgs) **"A Natureza dos rios História, Memória e Territórios"**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro : Editora DP&A, 2003.

ALVES FILHO, Aluizio. **As metamorfoses do Jeca Tatu: A questão da identidade do brasileiro em Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: INVENTA, 2003.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia: olhares fora-dentro**. São Paulo: Estação Liberdade; EDUC, 2002.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6.º edição: São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BÂ, Amadou Hampâté. **Amkoullel, O menino fula**. São Paulo: Palas Athena, Casa das Áfricas, 2003.

BARROS, M.. Memória e família. **Revista Estudos Históricos**, Brasil, 2, jun. 1989. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2277/1416>. Acesso em: 04 Out. 2012.

BECKER, H. – 1993 – **"História de Vida e o Mosaico Científico"**, in _____. Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: Hucitec.

_____. **"A Escola de Chicago"**. In Mana. RJ, nº 2, vol. 2 Vozes, 1996.

BERGSON, Henri. **Duração e Simultaneidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Memória e Vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos**. São Paulo, 3 ed., Cia Da Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia. Grandes Cientistas Sociais**, São Paulo, Ática, 1983, Texto 3: *Gostos de classe e estilos de vida*.

_____. **Esboço de uma Teoria da Prática – Precedido de Três Estudos de Etnologia Cabila**. Oeiras, Portugal, Celta Editora, 2002.

_____.and BOURDIEU, Marie-Claire. **O camponês e a fotografia**. Rev.Sociol. Polit. 2006, n.26, pp. 31-39.

_____. **O camponês e o seu corpo**. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR:PPRPPG/SCHLA, n.26, p. 83 -92

_____. "L'illusion biographique". In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1989, Vol. 62-63, pp. 69-72.

CÂNDIDO, Antônio. 1987. **Os Parceiros do Rio Bonito**, São Paulo: Livraria Duas Cidades.

CAPELLO, Verônica A. **"Mudança e Memória: Histórias de Vidas de mulheres migrantes"**. PUC/RJ: 1988.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998

COMERFORD, John. 2003. **Como uma Família. Sociabilidade, Territórios de Parentesco e Sindicalismo Rural**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

DAMAMME D. “**Grandes illusions et récits de vie**”. In: *Politix*, Vol. 7, N°27, 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma História dos Costumes**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1990, vol.1.

_____ e SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1999.

_____. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 2001.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. Conceitos Sociológicos Fundamentais. In. *Escritos & Ensaios 1*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006. p. 27

FRAXE, T. J. Pinto. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

GODOI, Emílio P. **O trabalho da Memória. O cotidiano e história no sertão do Piauí**, Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

GOFF. Le. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

GUÉRIOS, P. R. – 2009 – “**O uso de trajetórias de vida como estratégia de análise sociológica: o caso de Heitor Villa-Lobos**”, in *Anais do 33º Encontro Anual da Anpocs (GT 30: Pensamento Social no Brasil)*. 24pp.

GURAN, M., 1986. “**Fotografia e pesquisa antropológica**”, in : *Caderno de Textos - Antropologia Visual*, Rio de Janeiro: Museu do Índio PP.

_____. 1999 [1992]. *Linguagem*

HEREDIA, Beatriz Maria A. 1979. **A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

IANNI, Octavio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

MENDRAS, Henri. 1978. **Sociedades Camponesas**, Rio de Janeiro: Zahar

NASSER, A.C. Arantes. **A pesquisa qualitativa. Enfoques epistemológico e metodológicos**. Petropolis/RJ, 3. Ed., Vozes, 2012.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Rev. Adm. Pública**, mar./abr. 2006, vol.40, nº.2, p.273-287. ISSN 0034-7612.

PIERSON, D. **Cruz das Almas**.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

PAUL, Thompson. **A voz do Passado – História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978-1992.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a história e o esquecimento**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2007.

SANTOS, M. S. **Memória Coletiva e Teoria Social**. São Paulo: Anna Blume, 2012.

MORAES, Maria Stela M. de . **O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação políticoeducativa dos mediadores**. 1996, PUC do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Rev. Adm. Pública**, mar./abr. 2006, vol.40, nº.2, p.273-287. ISSN 0034-7612.

ROMANO, Jorge O., (1988). **Discursos e movimentos: o efeito da teoria e a ação política dos trabalhadores rurais do sul do Brasil**. Comunicação nº 11, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ROTHMAN, Franklin D. **Mediações nas lutas de resistência aos projetos de barragens no sudeste de Minas Gerais**. *Anais do VI Congresso de la Asociacion Latinoamericana de Sociologia Rural (ALASRU), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 25 a 29 de novembro de 2002*. p. 2706-2713.

TOURAINÉ. Alain. **Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina**. Tradução de Iraci D. Poletti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. **Crítica da Modernidade**. Trad. De Elia Ferreira Edel. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático**. Tradução de Modesto Florenzano.

SOUZA, Celina. "Estado do campo" da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, fev. 2003, vol.18, nº.51, p.15-20.

SCHWANDT, Thomas A.. **Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa**: Interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, Norman K. ;

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ – Rio Tibagi – PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – 2007 – Consorcio Energético Cruzeiro do Sul

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ – Rio Tibagi – PROJETO BÁSICO AMBIENTAL – 2007 – Consorcio Energético Cruzeiro do Sul

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ – Rio Tibagi – CADASTRO SOCIOECONOMICO – Relatório Consolidado - 2007

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ – TERMO DE ACORDO COM AOS ATINGIDOS

USINA HIDRELÉTRICA DE MAUÁ – Rio Tibagi – Elaboração de estudos Sócio-Ambientais nas Terras Indígenas de Queimadas e Mococa em Atendimento ao Termo de Referência Funai – Of. N. 235/CMAM/CGPIMA/2006. Consorcio Cruzeiro do Sul – LACTEC, 2007.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo : Ática, 1983.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TCHAYANOV, A. V. 1976. Teoria dos Sistemas Económicos Não-Capitalistas in **Análise Social**, ano XII, n. 46, Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

WACQUANT, Loic. **Segundo Pierre Bourdieu no Campo**. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: UFPR:PPRPPG/SCHLA, n.26, p. 13-29 ;2006 (Dossiê Pierre Bourdieu no campo) - a revista está on line <http://www.scielo.br/rsocp> ISSN 1678 – 9873.

WOORTMANN, Klaas. 2009 (1990). Migração, família e campesinato in WELCH. Clifford A. et alli (org.). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas**, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD.

_____. 1990. “Com Parente não se Neguceia”. O Campesinato como Ordem Moral in **Anuário Antropológico 87**, Brasília/Rio de Janeiro: Editora UnB/Tempo Brasileiro.

MORAES, Maria Stela M. de . **O Movimento dos Atingidos pelas Barragens da Bacia do Rio Uruguai e a ação políticoeducativa dos mediadores**. 1996, PUC do Rio de Janeiro.